

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

FERNANDA MACIEL ZIOBER

**O ESCRIVÃO MANOEL DE BARROS E OS
TERMOS DA IRMANDADE NOSSA SENHORA
DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS:
O Português Popular do Recife na priméria metade do século XIX**

**Recife
2014**

FERNANDA MACIEL ZIOBER

**O ESCRIVÃO MANOEL DE BARROS E OS
TERMOS DA IRMANDADE NOSSA SENHORA
DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS:
O Português Popular do Recife na primeira metade do século XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal de Pernambuco como
exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Stella Virginia Telles de Araujo Pereira Lima

Co-Orientador: Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa

**Recife
2014**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

Z79e Ziober, Fernanda Maciel

O escrivo Manoel de Barros e os termos da irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos: o português popular do Recife na primeira metade do século XIX / Fernanda Maciel Ziober. – Recife: O Autor, 2014.

167 p.: il., fig.

Orientador: Stella Virgínia Telles de Araujo Pereira Lima.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2014.

Inclui referências e anexos.

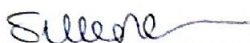
1. Linguística. 2. Língua portuguesa – Português falado. 3. Irmandades.
4. Língua portuguesa – Escrita. 5. Língua portuguesa – Regionalismos I.
Lima, Stella Virgínia Telles de Araujo Pereira (Orientador). II.Título.

FERNANDA MACIEL ZIOBER

**O ESCRIVÃO MANOEL DE BARROS E OS TERMOS DA IRMANDADE
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS: O Português
Popular do Recife na Primeira Metade do Século XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do
Grau de Mestre em Linguística, em 27/8/2014.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Stella Virgínia Telles de Araujo Pereira
Orientadora – LETRAS - UFPE



Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza
LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Valéria Severina Gomes
LETRAS - UFRPE

Recife – PE
2014

Canta Branco e Canta Preto

Que coco bom!

Que coco bom!

Vem lá do Chão de Estrelas, um coco bom! (BIS)

Não é por quê?

Que o coco é dos pretos, que nós temos preconceito e não sabemos o que falar ...

E nesse coco canta branco e canta preto,

Não é porque o coco é dos pretos que o branco não vai cantar!

Que coco bom!

Que coco bom!

Vem lá do Chão de Estrelas, um coco bom! (BIS)

Coco dos Pretos, da comunidade Chão de Estrelas da cidade do Recife.

Agradecimentos

Entre inspiração, dedicação, esforço e reviravoltas, fica o sentimento de gratidão profundo que é o de concluir este trabalho. Foram muitos os que colaboraram e confiaram que eu chegaria ao término dessa etapa, em momentos em que eu mesma duvidei. A todos que acreditaram meus agradecimentos.

Em especial gostaria de agradecer aos meus orientadores, professora Stella Virgínia Telles de Araujo Pereira Lima pelos inúmeros comentários e contribuições, pela paciência, pelas oportunidades, e por ter me trilhado com suavidade e paz por este caminho, e ao professor Marlos de Barros Pessoa por ter acreditado na pesquisa e compartilhado o seu conhecimento histórico sempre que necessário, pelas conversas e pela compreensão. A vocês, professores, muito obrigada, esse trabalho só foi possível graças a sua colaboração!

Agradeço a Venerada Confraria Nossa Senhora do Rosário do Recife e ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Recife pelos textos que serviram de dados para este trabalho.

Agradeço à minha família, em especial, meu pai, Francisco, minha mãe, Marcia, e minha irmã, Thaís, pelo apoio e suporte com o qual sempre pude contar. Agradeço ao meu companheiro Thiago pela alegria, paciência e força no dia-a-dia desta pesquisa, que a nossa união ainda gere muitas felicidades e superações.

Agradeço às minhas companheiras do NEI - Núcleo de Estudo Indigenistas, Paula Mendes Costa, Claristella e Letânia, pela amizade e cumplicidade, foi um prazer tê-las ao meu lado durante estes anos no Recife.

Aos meus amigos Ery e Natália por terem me apresentado a beleza da cultura afro-brasileira do Recife. Aos meus companheiros de pós-graduação e universidade pelas partilhas e contribuições, Ricki, Sivaldo, Léo, Eduardo, Shenian, Pri, Rafa, Gabi, Alice, Dirce, Leandro, Noádia, Sônia, Ana Karine, Maria, ... Às companheiras de pesquisa da Universidade de Brasília, Joyce e Júlia, pelas conversas e artigos.

Aos professores e acadêmicos, que diretamente contribuíram para este trabalho: professora Virgínia Almoedo de Assis e ao secretário Levi do Departamento de História, e a todos que indiretamente complementaram a formação científica para realização dessa pesquisa. Ao funcionários da PPGL - Programa de Pós-graduação em Letras, Jozaías e Diva, muito obrigada.

Aos pesquisadores, Cláudia , Dorothy, Adeilson e Marcelo pelo excelente trabalho e pesquisa que sempre foi, para mim, um exemplo. Aos professores Alberto e Valéria por participarem da banca e pelas sugestões, espero ter alcançado os resultados esperados nesta versão final.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de mestrado.

Aos meus amigos candangos e do mundo afora que mesmo com a distância estão presentes na minha vida e no meu coração, com vocês é mais feliz!

Resumo

Este trabalho propõe-se a analisar os termos do escrivão Manoel de Barros da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, produzidos entre os anos de 1829 e 32, situando sociohistoricamente o sujeito e a instituição na cidade do Recife na primeira metade do século XIX. As irmandades de homens pretos e pardos foram importantes instituições do período colonial, e seus cargos principais eram ocupados por pessoas de respeito e prestígio da comunidade. Escrivãos tinham de saber ler e escrever, pelo menos o necessário para exercerem sua função. Os resultados da pesquisa permitiram observar (1) os conflitos culturais e as relações entre oralidade e escrita na perspectiva colonial; (2) o gênero textual termo, em situação de intergênero com a ata, criando um ponto de início para pesquisas de tradição discursiva; e, (3) uma descrição linguística da língua empregada nos textos, enquanto variedade do português popular. Na descrição linguística, os fenômenos observados foram: de natureza gráfica, em sua maior parte erros de convenção de escrita; de natureza fonética; divergências de escrita comum pela associação que se faz à oralidade; e, alguns fenômenos morfossintáticos, provenientes da segmentação das palavras e de concordância nominal.

Palavras-Chave: Linguística; Língua portuguesa – Português falado; Irmandades; Língua portuguesa – Escrita; Língua portuguesa – Regionalismos.

Abstract

This study proposes to examine the texts written by the registrar Manoel de Barros of the Brotherhood of Our Lady of the Rosary of Black Men, produced between 1829 and 32, sociohistorically standing the subject and the institution in the city of Recife in the first half of nineteenth century. The brotherhoods of black and brown men were important institutions of the colonial period, and its main offices were occupied by people of prestige and respect in the community. Registrars had to read and write, at least the minimum to perform its function. The research results allowed us to observe: (1) the cultural conflicts and relations between orality and literacy in colonial perspective; (2) the textual gender "termo" in situations of inter-gender with autos, creating a starting point for research on the topic of discursive tradition; and (3) a linguistic description of the language used in the texts, while variety of popular Portuguese. Throughout the linguistic description, the observed phenomena were: graphical in nature, mostly of written agreement errors; phonetic; differences in common writing while orality; and some morphosyntactic phenomena, from segmenting words and nominal agreement.

Key Words: Linguistics; Portuguese - Portuguese spoken; Brotherhoods; Portuguese - Writing; Portuguese - Regionalisms.

Listas

Tabelas

Tabela 1 — The Colored Population in Late Colonial and Imperial Brazil to the Census of 1872

Tabela 2 — Autores

Tabela 3 — Tabela de Abreviaturas

Tabela 4 — Ç, S e SC

Tabela 5 — CH e X

Tabela 6 — M e N

Tabela 7 — S e Z

Tabela 8 — U e V

Tabela 9 — H

Tabela 10 — I e J

Tabela 11 — R e RR

Tabela 12 — Q

Tabela 13 — Inversão de letras

Tabela 14 — F e FF

Tabela 15 — Metátese

Tabela 16 — Rotacismo em coda

Tabela 17 — Áferese

Tabela 18 — Apócope

Tabela 19 — Epêntese

Tabela 20 — Elevação de vogais médias pretônicas

Tabela 21 — Elevação de vogais médias postônicas

Tabela 22 — Elevação de vogais médias tônicas

Tabela 23 — Posteriorização de vogal pretônica

Tabela 24 — Posteriorização de vogal nasal tônica

Tabela 25 — Abaixamento de vogais altas

Tabela 26 — Ditongação

Tabela 27 — Redução de ditongo

Tabela 28 — Redução de ditongo nasal

Tabela 29 — Hipo-segmentação com duas palavras autônomas

Tabela 30 — Hipo-segmentação com clítico

Tabela 31 — Hipersegmentação motivada pelo contato com a escrita

Tabela 32 — Maiúscula para marcar segmentação

Tabela 33 — Hipersegmentação motivada por escrita lenta e penosa

Tabela 34 — Concordância Nominal

Figuras

Figura 1 — Exemplos de frases

Figura 2 — População do Recife

Figura 3 — Assinaturas

Figura 4 — *Continuum* oral e escrito

Figura 5 — Análise dos termos da INSRHP

Figura 6 — Imagens da Igreja Nossa Senhora do Rosário

Figura 7 — Imagens dos Termos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário

Sumário

OBJETIVO	1
INTRODUÇÃO	2
1 África-Brasil	8
1.1 Uma história em constante reconstrução	8
1.2 Demografia social	15
2 Metodologia	24
2.1 Linguística histórica: textos	24
2.2 Os Termos	27
2.3 Paleografia	33
2.3.1 Normas de transcrição	33
2.4 Hipótese sobre escrivão afro-descendente	37
3 Recife, a Raiz Africana e as Irmandades	40
3.1 Recife	40
3.2 Realidade sócio-histórica do Recife no séc. XIX	43
3.3 Irmandades	46
3.4 Irmandades religiosas de homens pretos	48
3.5 Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Santo Antonio ou Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	52
4 Escrita e Escrivão	60
4.1 Tradição oral e tradição escrita	60
4.2 Ortografia da língua portuguesa no século XIX	64
4.3 Manuscritos e impressos	67
4.4 Aspectos sobre Letramento	71
4.5 Alfabetização de negros escravos e libertos em Pernambuco	75
5 O Gênero Termo	78
5.1 Gênero e tipologia textual	78
5.2 Ata ou Termo?	81
5.3 Percurso histórico do Termo	87
5.4 Análise do Gênero Termo na Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	91
6 Português Popular do Recife: escrivão Manoel de Barros	93
6.1 Fênomenos gráficos	97

6.1.1	S, C, Ç, SS e SC	97
6.1.2	CH e X	101
6.1.3	M e N	102
6.1.4	S e Z	103
6.1.5	U e V	105
6.1.6	H	106
6.1.7	Demais casos	107
6.2	Fenômenos Fonéticos-Fonológicos	109
6.2.1	Metátese	109
6.2.2	Rotacismo	110
6.2.3	Ganho e perda de grafemas e fonemas	111
6.2.4	Elevação de vogais médias pretônicas	113
6.2.5	Elevação de vogais médias postônicas	115
6.2.6	Elevação de vogais médias tônicas	116
6.2.7	Posteriorização de vogais	116
6.2.8	Abaixamento de vogais altas	118
6.2.9	Ditongação e redução de ditongo	118
6.3	Fenômenos Morfológicos e Morfosintáticos	121
6.3.1	Hipo-segmentação	121
6.3.2	Hipersegmentação	125
6.3.3	Concordância Nominal	129
7	Conclusão	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
	ANEXOS	141

OBJETIVO

Analisar os termos produzidos pela mão inábil do escrivão Manoel de Barros entre os anos de 1829 e 1832, situando sociolinguisticamente o escrivão e considerando as relações entre tradição oral e escrita, a fim de contribuir para a descrição do Português Popular do Recife, na primeira metade do século XIX.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a Irmandade Nossa Senhora do Rosários dos Homens Pretos e sua relação com o Recife, como contexto de produção dos textos.
- Refletir sobre os conceitos de gênero e tipologia textual, e sobre os gêneros termo e ata, para elaborar um panorama de estudo inicial para a tradição discursiva dos termos da Irmandade Nossa Senhora do Rosários dos Homens Pretos.
- Descrever aspectos estruturais da língua observados nos termos, de modo a colaborar com estudos linguísticos do Português Popular Brasileiro, do Recife, na primeira metade do século XIX.

INTRODUÇÃO

A minha nação é nagô, a vocês eu vou apresentar.
Eu sou da nação Porto Rico, faço num apito os tabores falar!

Nação Maracatu Porto Rico, comunidade do Pina do Recife.

A realidade nua e crua em todas as suas nuances em todas as suas formas é um fenômeno quase impossível de ser verdadeiramente apreendido e percebido. Pela própria singularidade da observação e percepção do sujeito sobre os fatos, observar, descrever e analisar um determinado fato ou momento é sempre uma atividade única e é da repetição desse exercício que nascem os estudos dentro de uma tradição acadêmica. Estudos estes que, apesar da expectativa científica do objetivismo neutro e seguro, se materializa de maneira única e singular, transmitindo não só os fatos, mas também o espírito e o filtro do sujeito que o produz.

No século XXI, pesquisa-se com a certeza de que, mesmo com todas as intenções de clareza e objetividade, em algum momento futuro, os estudos atuais serão superados e novos olhares e novas significações partirão de um mesmo tema. O que sustenta a mais de dois milênios a tradição acadêmica ocidental¹ sobre o conhecimento científico não são os fatos em si, mas a pergunta que indaga o fato. Assim, o mecanismo de formação do saber se constrói pelas incertezas e pelas perguntas que dominam o pesquisador, instigando-o e impedindo-o de seguir adiante antes de desvendar tal mistério que o assola e persegue. Como um domador de dúvidas, o pesquisador parte em caça do tesouro que seria a resposta simples e clara para cada uma destas perguntas, mas logo que as encontra ele cai em tédio e percebe que o grande tesouro não era a resposta em si, mas a longa aventura que trilhou pela sua paixão e determinação até alcançar as maravilhas que logo se tornam novas inquietações.

Este trabalho certamente foi fruto destas inquietações que surgiram e assolaram a autora durante todo o processo de produção e vivência da pesquisa. O que era a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos? Qual era a importância dela para a população escrava e para a população forra emergente do século XIX? Por que a caligrafia destes termos é tão insegura? Quem foi Manoel de Barros? Em meio a uma predominância absoluta de escravos brancos, em uma sociedade segregada racialmente, como este aprendeu as primeiras letras? Qual o gênero destes textos se estes são intitulados termos, mas estão dentro de um livro de atas? Qual a diferença entre gênero e tipologia textual dentre tantas correntes de estudos textuais? Por que há tantas divergências de convenção de escrita nos textos? Seria possível perceber características da oralidade em perspectiva diacrônica por meio de textos escritos? Como esta pesquisa se situa na linguística histórica? É possível promover mudanças para uma maior compreensão da história da língua a partir de questionamentos teóricos da sociedade?

¹Levando em consideração a produção de conhecimento ocidental que remonta à Grécia Antiga, à época em que há os registros de origem de várias das áreas de pesquisa atuais, como a história, a oratória, a matemática, a linguagem.

Quais são as características de escrita específicas do escravão? Como se formou e como se constitui o português popular falado no Recife? Essa seria variedade de origem do português popular brasileiro? É claro que se objetivou e se conseguiu responder a algumas das questões propostas, e logo certas inquietações alcançaram descanso, mas muitas ainda ficaram e ficarão em busca de novos olhares e novas perspectivas.

Este trabalho parte da crítica literária dos estudos pós-coloniais que sugerem uma nova epistemologia organizada não a partir da perspectiva europeia "universal", mas a partir da perspectiva africana ou das ex-colônias, inclusive o Brasil, rompendo com a hegemonia dos ideais europeus e valorizando o conhecimento tradicional que os povos africanos e seus descendentes mantiveram sobre si mesmos. Assim, a introdução desta pesquisa não se inicia a partir das memórias europeias, mas das memórias dos povos africanos que deram origem ao povo brasileiro, pretendendo desta forma explicitar o conhecimento e as possíveis origens dos membros, irmãos, que vieram a compor a Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos do bairro de Santo Antonio (doravante, INSRHP) e a própria cidade do Recife. Não se pretende excluir as perspectivas europeias que são importante ao objeto desta pesquisa, entre estas heranças: a convenção ortográfica e a normatização da língua portuguesa, apenas deixar claro o eixo da pesquisa, ou seja textos produzidos por escravão negro em uma irmandade negra durante os anos finais da escravidão no Brasil em uma cidade construída sobre tal paradigma social.

A cultura africana, na sua imensa diversidade, foi basilar para a formação da cultura brasileira, junto da matriz europeia e da indígena. Como expõe Ribeiro, na teoria social do mito das três raças no livro *O Povo Brasileiro* de 1995 (p. 30), foi desse misto de contato e convivência que surgiu aquela que entendemos como a cultura brasileira². Declarada antropofágica pelo movimento nacionalista brasileiro da Semana de Arte Moderna de 1922, a cultura brasileira engole e digere todas as culturas que tiveram contato com ela, buscando desta e de outras os elementos que reorganizados e ressignificados dão origem a si mesma.

Percebendo de um olhar mais amplo, observa-se que isso não é uma especificidade do Brasil, mas uma realidade que formou e integrou todas as colônias americanas, principalmente as das Américas Central e Sul, onde a concentração de indígenas e escravos aliada à colonização exploratória teve um papel fundamental para a formação destas sociedades. Dos batuques, dos tambores, das cores, das comidas, o imaginário africano, assim como o indígena, muitas vezes vive e sobrevive à margem, perseguidos pelas instâncias de poder e pelo preconceito.

Com a promulgação da Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que traz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas, em especial o parágrafo que especifica "o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil"(BRASIL, 2003), ficou

²"No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentilício, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas."(RIBEIRO, 1995, p. 30).

claro a escassez de materiais didáticos sobre o assunto, além da falta de acesso da sociedade brasileira sobre estes conhecimentos. Tais tópicos estavam relegados, em sua grande maioria, à obscuridade dos preconceitos e ao conhecimento oral e resistente dos membros da própria comunidade afro-brasileira. A partir da tal lei, houve um aumento das produções voltadas para área e para transformar as pesquisas realizadas em material didático para as novas gerações.

Uma vez que a Lei 10.639/2003 sugere que tais conteúdos sejam incorporados em todo currículo escolar, mas com ênfase para as áreas de "Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras"(BRASIL, 2003), sobressai para o momento histórico atual e para a área da Linguagem a necessidade da convergência de conhecimento sobre a história afro-brasileira. Tornando-se preciso reunir os saberes tradicionais das mais diversas partes do país, sendo o Brasil um país tão grande e heterogêneo, e também confrontar e organizar as várias pesquisas já realizadas nas áreas da história, antropologia, sociologia, artes, letras, entre outras, que se dispõe a valorizar e contribuir para a revelação da lacuna histórica acadêmica e social da cultura afro-brasileira.

Heywood (2010), na introdução do livro "Diáspora negra no Brasil", expõe um panorama historiográfico das produções acadêmicas sobre a diáspora africana que data do começo do século XX, e declara que, inicialmente, muitos destes estudos pioneiros "tinham pouco ou nenhum conhecimento de história do tráfico de escravos africanos ou de história africana"(HEYWOOD, 2010, p. 14)³. Apesar dos avanços e da natural vantagem de hoje se poder trabalhar com estas pesquisas previamente executadas, no Brasil, tais assuntos ainda são de difícil acesso para o público em geral. Pois, somente com a promulgação de tal lei houve o interesse em se financiar com um maior número de recursos obras com o objetivo de dar conhecimento sobre tais dados e memórias, essas últimas tradicionalmente orais⁴. Esses dados necessitam de cuidado, especialmente, o material histórico escrito que vem se degradando nos arquivos, ora por negligência, ora por falta de condições de acondicionamento.

Em contexto internacional, Heywood (2010, p. 17) também afirma que houve uma "virtual 'corrida do ouro' nesse campo da história a partir da década de 90", o que conflui com a mudança do paradigma legislativo educacional brasileiro sobre o tema e demonstra o crescente interesse científico pelos estudos africanos. Uma década após a promulgação da lei, nota-se o aumento da valorização da cultura afro-brasileira, tanto pela gestão de políticas públicas que visam integrar e dar maior acessibilidade aos afro-brasileiros às instâncias de poder, como pela afirmação cultural das próprias comunidades que despertam a reflexão dos membros mais

³Esta é uma das críticas aos pesquisadores que se dedicam à história do povo afro-brasileiro, mas sem conhecimento prévio de história da África ou das línguas africanas, o que por vezes pode gerar equívocos nas resoluções. Um exemplo disso é a polêmica sobre a origem de ritos, costumes e expressões linguísticas da cultura afro-brasileira: seriam estes originários da África, ou seriam incorporações africanas da cultura brasileira? Entre estes se pode citar: a capoeira, a umbanda, o candomblé, e uma série de itens lexicais de origem africana diversa. Também sobre este aspecto, Nina Rodrigues (2008, p. 185-196) salienta alguns pontos em que ocorre a transposição brasileira de matrizes culturais africanas.

⁴Isso é facilmente observado nas livrarias, neste trabalho, há referências de vários autores que encontraram mecanismos de publicar suas obras após 2003, mas as obras anteriores são espaçadas e independentes.

jovens sobre a sua origem e cultura⁵.

Outra observação pertinente da autora foi a transição de eixo temático da área, que passou do "comércio de escravos e estudos agrícolas para um interesse em linguística comparativa, religião, política, arqueologia, música e nas tradições da arte performática (...) legados das comunidades afro-diaspóricas na África e nas Américas." (HEYWOOD, 2010, p. 17). Estes estudos de linguística comparativa podem ser observados nos trabalhos da maioria dos pesquisadores de línguas de contato, pidjins e crioulos, também denominados crioulistas e pidginistas, por exemplo, Holm (1988-98), Lipski, Faraclas, Hagemeyer, entre vários outros. O Português Brasileiro (doravante, PB) se insere nesse campo de estudos por partilhar de uma sócio-história semelhante às regiões que desenvolveram línguas crioulas, e em alguns casos até com o mesmo eixo narrativo histórico, como a Guiné-Bissau e Cabo Verde, que foram colônias portuguesas, assim como o Brasil, e também por apresentar características linguísticas estruturais que diferem daquelas encontradas no Português Europeu (doravante, PE), o que demonstra de fato a essência de contato.

Pelos motivos acima apresentados, a pesquisa segue a tradição de estudos crioulistas, que conjugam linguística e história social, embora tomando um diferente objeto de pesquisa: uma variedade de português popular⁶. Em perspectiva cultural, este trabalho retoma os aspectos da cultura e da tradição oral africana, ainda tão presente na realidade pernambucana, e busca compreender como se deu o processo de "abrasileiramento" desses indivíduos, que foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil pela migração interna, decorrente das atividades escravistas, e pela utilização do português como língua franca⁷. No entanto, para a compreensão linguística do Brasil colônia, além das línguas maternas, é preciso considerar que também havia línguas gerais de base indígena e línguas francas africanas sendo faladas durante a colonização, mas que a língua da metrópole e a língua escrita era a Língua Portuguesa.

Muitos historiadores e linguistas, além de pesquisadores de outras áreas, vem se dedicando intensivamente a reconstruir o capítulo da história do Brasil relativo à contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira. Tanto que nos livros de linguística dedicados à temática africana há várias referências históricas e demográficas, assim como em livros de historiadores e antropólogos é comum observar a citação das línguas em contato durante o período e conclusões as quais têm chegado os linguistas sobre o assunto⁸. Quanto a isso, a linguística histórica contemporânea divide o estudo da história da língua em "história interna" que seria a observação dos parâmetros linguísticos em si, e a "história externa" da língua, que justamente busca estes fatores extra-linguísticos, sociais, culturais, demográficos,

⁵ Ainda é preciso avanço nesse sentido devido ao legado prejudicial da escravidão, por desumanizar indivíduos e ditar uma hierarquia cultural, mas fica aqui o reconhecimento de que há mudanças em curso.

⁶ Embora o PB apresente todas estas semelhanças, este em si não constitui um crioulo, mas sofre grandes influências dos contatos descritos.

⁷ Essa afirmação será problematizada mais adiante e sua citação consta em Rosa Virgínia Matos e Silva, no livro canônico *Ensaio para uma sócio-história do Português Brasileiro*, de 2004, dentro da vasta produção textual da pesquisadora.

⁸ Exemplo, dessa relação inversa é Vansina (2004)

entre outros que possam ter contribuído para a formação das variedades regionais, ou mesmo nacionais de uma determinada língua⁹.

Apesar de considerar a história externa e interna da língua, esta pesquisa, pelo seu volume de dados e caráter pioneiro para a cidade do Recife, optou por elucidar, principalmente, os aspectos sócio-históricos dos termos, seu contexto de produção, a situação sociolinguística do escrivão Manoel de Barros, o conflito entre tradição oral e escrita das comunidades em contato, culminando para uma discussão textual e uma descrição linguística preliminar dos dados. Nesse sentido e em abordagem da história externa da língua, este trabalho segue a metodologia da história social da linguagem sugerida em Burke (1995), Darnton (2010), Chartier (1990) e Sodré (1998), relativos à Europa, situando-se dentro dos estudos da micro-história e culminando para uma análise histórica, textual e linguística. Considerando a semelhança tipológica desse estudo, esta pesquisa seguiu o caminho trilhado por Pessoa (2003), que discorre sobre a socio-história do Recife e do Brasil no início o século XX para elaborar a tradição discursiva do anúncios de escravos, seu contexto social, seus agentes, sua organização textual e linguística, e Oliveira (2006) cujos dados e análise foram primordiais para desenvolver este trabalho, uma vez que ambos possuem mesmo objeto de pesquisa, os termos de irmandades de homens pretos do século XIX¹⁰. Para além dos autores citados, outros exemplos de análise linguística são Lobo, Fonseca e Gomes, as duas últimas aliando análise linguística com a análise textual da vertente dos estudos de tradição discursiva, elaborados a partir das teorias de Coseriu (1981), e desenvolvidos por Koch (1997), e retomados por Kabatek (2004).¹¹

O objeto de pesquisa deste trabalho é um conjunto de 32 textos escritos dentro da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto (INSRHP), entre os anos de 1829 e 32, assinados por um mesmo autor, Manoel de Barros, irmão da INSRHP, compreendendo o período desde o seu primeiro termo como escrivão até a sua posse como Juiz, e mais dois termos assinados por ele já enquanto Juiz. Todos os textos colaboraram para o entendimento do objeto, embora, apenas os termos escritos de próprio punho por Manoel de Barros tenham sido considerados na descrição linguística preliminar, vez que o escrivão apresentava caligrafia de ortografia muito irregular, mão inábil.

O *corpus* foi transcrito pela própria autora que utilizou para a tarefa conhecimentos de paleografia de Acioli (2003) e Barbosa; Acioli e Assis (2006) sobre a documentação, além de Flechor (1990) para a compreensão das abreviaturas. A transcrição foi o mais próxima possível da realidade manuscrita, respeitando o original das abreviaturas, ortografia e pontuação originais e não assimilando novas formas de escrita¹². Assim, formou-se um *corpus* histórico

⁹Cf. Pessoa (2003) sobre os impressos e contexto histórico cultural do Recife no fim do século XIX e início do século XX..

¹⁰Nem todas as referências foram especificamente apontadas, vez que a colabora o principal deste trabalho vem de Pessoa (2003) e Oliveira (2006).

¹¹Outro livro que foi muito importantes para a consolidação da ideia e elabora o do projeto de pesquisa, mas com foco no estudo sint tico, foi o *África   vista* (LOBO, T.; OLIVEIRA, K. orgs., 2009).

¹²  muito comum fazer a extensão das abreviaturas na transcrição, vez que elas podem dificultar o andamento ou mesmo comprometer a leitura caso o leitor não esteja familiarizado com os seus significados. No entanto, isto não

de manuscritos editados do Recife para análise dos documentos nos seus aspectos históricos, sociais, textuais e linguísticos, em razão da raridade e especificidade dos dados.

Quanto ao panorama histórico mais geral, abordou-se questões relacionadas ao processo de produção dos termos, o ambiente em que foram produzidos, a época e o autor, explicando o que eram as irmandades religiosas organizadas por africanos e afro-descendentes dentro do contexto histórico da cidade do Recife e descrevendo em relação aos mecanismos de letramento do sujeito histórico que os escreveram, o padrão textual e a descrição linguística dos documentos. Retomando uma série de projetos e pesquisadores que se dedicaram a resgatar a história do português brasileiro, esta descrição linguística, mesmo que preliminar, busca ampliar o alcance social dos documentos e do período em questão. A pesquisa procura dar luzes à oralidade transcrita nos documentos do século XIX, vez que para além da inexistência de um acordo ortográfico padrão, estes textos surgem por meio do contato entre a tradição oral e escrita, representadas pela mistura entre a oralidade e a escrita do autor na sua redação. A análise tem sempre em mente os contatos sócio-culturais em jogo durante o século XIX e como estes atuaram na formação do PB, favorecendo o conhecimento português popular falado à época.

Por fim, esta dissertação se divide em capítulos que se entrecruzam para um panorama do processo de produção destes textos e a sua descrição textual e linguística. O primeiro capítulo descreve como se deram as relações entre o Brasil e a diáspora africana. O segundo capítulo descreve a metodologia utilizada para construção do *corpus*, objeto de pesquisa, e para desenvolver uma análise que incluísse a história social da linguagem, aspectos textuais e linguísticos. O capítulo 3 discorre sobre o Recife, a escravidão, e a irmandades de homens pretos e pardos com especial atenção à Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o bairro de Santo Antonio. O capítulo 4 pretende demonstrar a relação entre tradição oral e escrita e as suas diferentes aplicações na sociedade do Recife do século XIX, a transição e convivência do manuscrito e do impresso, e a formação da ortografia normatizada, de modo a esclarecer sobre a cultura escrita de produção destes textos, passando para o mecanismo de ascensão social que o letramento representava no período. O capítulo 4 finaliza debatendo sobre os mecanismos de acesso à cultura escrita e as relações entre o letramento de escravos e a alfabetização formal, para revelar a existência de escritores negros durante o século XIX. O capítulo 5 dedica-se à análise textual, para compreender o gênero e as fórmulas textuais prototípicas, traçando aspectos iniciais para uma tradição discursiva dos termos, em específico dos termos da INSRHP. Enquanto o capítulo 6 se dedica à análise linguística das estruturas, com objetivo de reconhecer aquelas que apontem para a oralidade e a transposição desta na escrita.

ocorre para estes textos, e seguiu-se a ideia de que os textos quanto mais próximos ao original melhor deixariam transparecer as suas características linguísticas

1 África-Brasil

"Bias bu ta sibi dia di bai, ma bu ka ta sibi dia di riba"
Em viagem, só se sabe o dia de ir, mas não o de voltar.

Provérbio Crioulo-Guineense ¹³

1.1 Uma história em constante reconstrução

Todo pesquisador que se interessa pela sócio-história do Brasil, especialmente sobre as relações deste e do continente africano, esbarra em uma série de perguntas que até hoje, mesmo com as informações já coletadas, ainda temos dificuldades para responder com total exatidão. Quem foram os africanos que viveram no Brasil durante a escravidão? De onde vieram? Quantos eram? Quais eram as suas etnias, suas línguas e suas culturas? Como viviam antes, durante e depois do cativo?

Far-se-á neste capítulo uma explanação sobre estes africanos e as línguas africanas que chegaram ao Brasil, de modo geral, para valorizar e rastrear possíveis correlações entre manifestações brasileiras e a história e cultura africana. Como este trabalho se dedica a analisar textos escritos por um escravidão negro e forro, levando em consideração os conflitos sociais e culturais durante o século XIX. Nada mais justo que dar compreensão ao leitor, mesmo que inicial, sobre o processo da escravidão e migração dos primeiros séculos da colônia e como este contribuiu na formação da sociedade e do PB.¹⁴

Conforme a libertação epistemológica, embora de grande relevância, o ponto de partida para este tópico não será as obras do início do século que consideram o PB como uma deturpação da boa Língua Portuguesa, como Serafim da Silva Neto (1950), ou dialetologistas que observavam as especificidades do PB sem se preocupar com uma discussão teórico-linguística mais aprofundada como Amadeu Amaral (1920), Mário Marroquim (1934) e Antenor Nascentes (1953), mas sim, os estudos mais recentes que remontam do fim do século XX valorizando e incentivando o estudo da cultura afro-brasileira e de como essa interveio na formação do PB. De um ponto de vista histórico-antropológico são contemplados autores de diversas áreas que tenham se dedicado a reconstruir a origem dos povos africanos no Brasil. Do ponto de vista linguístico são considerados principalmente os estudos que tenham considerado as línguas autóctenes para discutir sobre as diferenças entre o PB e o, atualmente considerado, PE, e aqueles que têm colaborado para a discussão entre deriva secular e criouliização do PB.

¹³Disponível no resumo de Hildo Honório de Couto, no site <http://www.didinho.org/proverbioscriouloguineenses.htm>. Acesso em 20 Ago 2014.

¹⁴No sentido histórico, o século XIX vai ser marcado pela evolução e disseminação do pensamento abolicionista e pela democratização, ainda que restrita, do acesso de afro-brasileiros às instâncias de poder, sobre a imprensa negra e abolicionista, cf. *imprensa negra do séc. XIX no Brasil* ver Pinto (2010).

Estudos sobre a formação do PB como Mattos e Silva (2004), Noll (2008), entre outros, propõem que a larga difusão do português por terras brasileiras se deu concomitante a difusão da escravidão e conseqüente comércio e trânsito de escravos pelo Brasil. Afirma-se que estes escravos aprenderam o português e por onde foram levaram a língua, vez que esta representava a língua franca entre todos que aqui chegavam. Por isto se faz tão presente a necessidade de se compreender as línguas faladas durante o período, especialmente quais línguas africanas aportaram do Brasil, para assim poder realizar estudos de linguística comparada afim de traçar possíveis semelhanças estruturais entre elas. Esta não é tarefa fácil já que as diferenças estruturais entre elas são muitas e profundas, chegando a deixar dúvidas quanto a viabilidade de tal comparação, visto que as variedades resultantes do PB não apresentam evidências suficientes para se identificarem as origens dos possíveis substratos. Entretanto, é fato que o português foi língua franca por onde passou, ainda mais devido à colonização e poder da metrópole sobre as novas terras, e como pouquíssimos falantes foram alfabetizados formalmente antes do século XVII, parece correto afirmar que o português que foi língua franca no Brasil Colonial deu origem ao Português Popular Brasileiro.

Além do português, Rodrigues (1996) afirma que houve, no Brasil, línguas gerais de base tupi-guarani¹⁵ de ampla utilização nos séculos iniciais da colônia, e que estas foram proibidas pela política linguística de Marquês de Pombal em 1757. Inclusive a requisição de se falar a língua geral amazônica fez parte das reivindicações do movimento da cabanagem no Maranhão¹⁷. Embora não houvesse projeto político para a revolta, esta foi uma revolução das massas, mamelucos e índios destribalizados, em que a imposição da língua portuguesa sobre a língua geral foi vista como uma batalha interna pelos cabanos. A língua geral teve papel fundamental nos tramites da revolução, já que os cabanos a utilizavam para se comunicar durante os embates. E, a sua força identitária foi tão forte que apesar de trinta mil falantes terem sido mortos durante a revolta, uma variação da língua geral amazônica, conhecida como *nheengatu*, ainda é falada pelas comunidades riberinhas da bacia do Rio Negro.

Ainda sobre as línguas gerais, algo que já foi considerado por Nina Rodrigues (2008) e Pessoa (2003), mas que necessita de maiores estudos, é a presença de línguas francas africanas. Nina Rodrigues (2008, p. 119) ao estudar as línguas africanas faladas no Brasil diz "há duas que foram adotadas como línguas gerais no país, o nagô ou iorubá, na Bahia, e a quimbunda ou congolosa, no norte e no sul."¹⁸. Historicamente, é provável pela condição de miscigenação

¹⁵ Quanto ao termo *língua geral*, Rodrigues fala sobre a confusão dos intelectuais que "ora supondo-se que designasse a língua que falavam os próprios tupis e os tupinambás; ora que se referisse a uma língua criada ou moldada ou 'disciplinada' pelos jesuítas, já no século XVI, com base na dos índios; ora, ainda, que se tratasse de um pidgin ou um crioulo originado no contacto dos portugueses com os índios de diferentes afinidades, ou mesmo já formado antes da chegada dos europeus." (RODRIGUES, 1996), focando assim na carência de explicação socio-histórica ou mesmo linguístico-histórica dessas línguas¹⁶. Neste mesmo artigo, o autor explana que as três línguas gerais seriam a língua geral paulista, o guarani crioulo e a língua geral amazônica (RODRIGUES, 1996).

¹⁷ Cf. BORGES, L. C. *O nheengatu: uma língua geral amazônica* (1996).

¹⁸ Por esse comentário, Nina Rodrigues (2008) deixa em aberto se essas línguas africanas constituíam as línguas originais em si ou formas modificadas das mesmas.

as quais os africanos¹⁹ foram submetidos, pela política de contenção de revoltas por parte da metrópole, que estes tenham desenvolvido formas próprias de comunicação dentro das senzalas e isso pode ser observado por falares africanos "aportuguesados" que encontramos em algumas regiões do país, como Cafundó, Calunga, e, com remanescentes mais recentemente documentados, em Pesqueira, Pernambuco (Ziober, Costa e Telles, 2013). Slenes (1992, p. 59) também aponta a importância para a observação da superação das fronteiras étnicas africanas no Brasil²⁰, de se "examinar mais de perto a língua das senzalas, para ver se ela revela algo sobre um processo formativo notoriamente difícil de ser captado".

Nas comunidades onde têm se verificado uma influência africana na linguagem (por exemplo em Cafundó em São Paulo e Patrocínio em Minas Gerais) observa-se o contrário do que normalmente se dá nas línguas crioulas, ou seja, a utilização de um vocabulário proveniente da África (reduzido mas presumivelmente muito maior no passado) que, quando convém, é inserido num português que aparentemente não difere dos padrões da variante regional desse idioma, falada por outras pessoas da mesma classe social. (SLENES, 1992, p. 59).

O autor argumenta para a existência das línguas francas africanas do Centro-Sul do Brasil, pois "a maioria dos africanos dessa região tinha uma herança linguística comum (...)" portanto seria, teria facilitado a elaboração de uma língua franca africana ou com base lexical africana, ao contrário do que ocorreu nos crioulos do Alto da Guiné e do Golfo da Guiné. Além disso, uma tal língua teria tido outros atrativos, fornecendo um código secreto para a luta contra os senhores, e servindo como um símbolo de oposição ao poder destes. A primeira obra que reuniu e documentou vários destes falares foi o livro *Falares africanos na Bahia* de Yeda Pessoa de Castro (2005), que apesar de introduzir muito bem as línguas africanas faladas no Brasil, acaba por associar vários destes léxicos às línguas bantu, especialmente as línguas kimbundu, umbundu e kikongo.

Pela pouca quantidade de descrições diante da grande quantidade línguas, é difícil perceber se as gramáticas históricas produzidas no Brasil colonial descreviam de fato línguas africanas, ou formas pidginizadas, ou porque não crioulizadas, das mesmas. Algumas gramáticas de línguas do grupo bantu foram elaboradas com base nas línguas africanas faladas no Brasil, como a gramática de Pedro Dias (1697). Atualmente, sabe-se que tais línguas bantu eram tonais, algo que não é considerado na gramática em questão, o que provavelmente pode ter se dado pela falta de conhecimento linguístico dos jesuítas no momento de sua descrição, pois, é improvável que tenham perdido o tom em tão pouco tempo, vez que este é fonológico nessas línguas. Entretanto se relatada factualmente como língua sem tom, também abre possibilidade para a descrição de uma variedade de contato que já tenha surgido sem tal característica.

Além disso, muitos africanos capturados ficavam meses em área portuária até serem efetivamente transportados para o Brasil e é plausível pensar que nessas áreas estes também

¹⁹Principalmente, as que foram escravas.

²⁰Ou seja, a constituição de um falar africano cuja origem seria a mistura de várias línguas africanas, uma vez que há a construção de uma identidade comum africana no Brasil.

tinham de se comunicar, naturalmente de forma pidginizadas, poise a diversidade linguística em África é e era imensa. Alguns destes portos desenvolveram a partir da nativização destes pidgins, crioulos nacionais, como é o caso de Guiné-Bissau, Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe. Estas regiões foram colonizadas por africanos de todo o continente e de diferentes origens étnicas, assim, o contato linguístico decorrente deixou um espólio magnífico para estudos de linguística comparada e aquisição da linguagem. A hipótese é de uma língua franca africana é trabalhada por Slenes (1992) e as citações que dão força a este debate estão abaixo:

Nos estudos sobre a escravidão, ainda é comum ler que a 'comunicação', propriamente dita, entre africanos escravizados só teria se iniciado depois da viagem à América, com o aprendizado de um dos idiomas europeus, ou de uma língua 'pidgin' (um linguajar simplificado) baseado neles. Antes disso, a diversidade de línguas entre os cativos teria obstado praticamente qualquer troca de ideias acima de um nível primário. Ora, este argumento talvez tenha algum fundamento no que se refere a escravos da África Ocidental (a região da Costa da Mina e da Baía do Benin), onde de fato coexistem várias línguas não relacionadas. Para a África bantu, no entanto, ele é totalmente inadequado. (SLENES, 1992, p. 51)

(...)mesmo no século XIX, quando algumas destas sociedades 'produtoras' de escravos já existiam em áreas bem distantes do oceano, muito mais escravos enviados para a América do que antes se pensava foram socializados na cultura kongo ou em culturas relacionadas, e provinham de sociedades onde kikongo, kimbundu ou umbundu eram faladas como idioma nativo ou língua franca (SLENES, 1992, p. 57).

Obra mais recente de referência quanto aos léxicos africanos do PB ou de falares africanos no Brasil é o *Glossário de bantuísmos brasileiros presumidos* de Angenot; Angenot e Maniacky (2013), o glossário retoma todos os termos já citados em trabalhos acadêmicos sobre o assunto, até do trabalho de Yeda de Castro, mas sem confrontar a etimologia de cada léxico. Estes pesquisadores se dedicam a trabalhar com as línguas africanas não só no Brasil, mas principalmente em África, e expõe a dificuldade de encontrar a etimologia dos léxicos africanos inclusive no seu continente de origem, porque, principalmente em línguas aparentadas ou próximas geograficamente, como é o caso das línguas do grupo bantu, ocorre muitos empréstimos e o uso sincrônico de uma mesma palavra em várias línguas, tornando-se complicado rastrear a origem destes léxicos ²¹.

Refletindo sobre as etnias e línguas africanas que vieram para o Brasil, costuma-se discorrer da seguinte forma: retomar a história dos reinos africano e a trajetória da escravização em África, seguidos pelo processo de colonização, travessia e distribuição dos escravos no Brasil. Slenes (1992) chama a atenção ao comentar sobre a obra de Johan Moritz Rugendas (1802-1858) para uma confusão muito comum da literatura voltada para as etnias africanas no Brasil: "os nomes atribuídos a várias 'tribos' no texto e nas gravuras são frequentemente muito genéricos, referindo-se a grandes áreas de captação de escravos na costa africana, não a etnias específicas.". Outros estudos, como o de Nina Rodrigues (1932), fazem referências às etnias africanas com base em relatos e entrevistas com os próprios africanos libertos ainda vivos. Esse estudo

²¹Esse aspecto também pode ser observado em Slenes quanto à palavra *Malungo* (1992, p.53)

descreve muito bem a cultura afro-brasileira do fim do século XIX e início do XX, mas sem uma preocupação taxonômica destas etnias, ou seja, não havia um estudo etnográfico africano com base na história dos impérios africanos, a base da pesquisa era a memória atual e remanescente dos africanos no Brasil²².

De modo geral, dentro dos estudos da diáspora negra para o Brasil encontram-se referências a três partes do continente africano: as sociedades africanas da África Ocidental, compreendendo em diferentes períodos os reinos sudaneses, hauçás e iorubás, estes reinos foram formados pelos povos acãs, edo, ibo, nupe, ijó, igala, iorubá (também conhecidos no Brasil como nagô), edos, nupes (tapas), igalas, ijebus, egbas e ibos; as sociedades africanas da África Oriental situadas na costa no oceano Índico, que compreendia o grande zimbábue e o reino de monomotapa; e, por fim, as sociedades da África Centro-Ocidental que compreendia os reinos de Luba, Luanda, Congo, Loango, Tios, Andongo e Libolo, estas últimas compreendendo várias etnias bantu, como ovibundos e os congos, e também falantes de várias línguas bantu como o kimbundu, falado no reino de Andongo (MATTOS, 2012)²³.

No início do século XXI, advindo da necessidade consonante à Lei 10.639, alguns estudos sobre os impérios africanos afloraram para o público em geral dando boa contribuição para aqueles que buscavam pistas e referências sobre a África antes e durante a escravidão. Dois excelentes exemplos dessa tendência foi o livro *Uma antiga civilização africana* de Selma Pantoja (2011), que se preocupou em introduzir, com fins didáticos, a história da África Central Ocidental, região do Congo e Angola, conhecida pela grande quantidade de línguas e etnias que a compõe, o grupo bantu. Outro é a *História e cultura afro-brasileira* de Regiane Augusto de Mattos (2012), este livro traça um panorama geral das sociedades africanas na África Ocidental, Oriental e Centro-Ocidental, buscando enfatizar principalmente a origem dos povos que depois vão dar origem à cultura afro-brasileira, inclusive realizando esta ponte histórica e incluindo o abraqueiramento destas culturas.

Na comunidade do Pina, bairro litorâneo de Recife, o terreiro e o maracatu Porto Rico se filiam à nação nagô, que seriam os iorubás. Neste bairro é celebrado desde a década de 70, com um intervalo, e retomados atualmente, a noite do dendê. Esse rito cultural aponta para uma possível convergência entre o passado histórico africano e a comunidade afro-brasileira, se considerar-se no livro de Mattos (2012) que o reino iorubá era comerciante do óleo de palma, dendê. A noite do dendê começa com uma missa na Igreja do Pina e depois sai em celebração de candomblé pelas ruas da comunidade até a sede do maracatu no coração do bairro. Esse sincretismo, se é que esta é a palavra mais adequada diante do seu teor político, ocorre de

²²Como pode ser muito bem observado nos estudos de Oliveira (2006) e Mattos e Silva (2004) há muitos dados históricos e culturais que já foram pesquisados no estado da Bahia, e as pesquisas sobre os povos africanos que viveram e vivem nela já encontram-se em larga escala pelo Brasil, no entanto este trabalho foca não considerada, para estes contextos, as pesquisas exclusivamente sobre a Bahia, mas busca valorizar a presença dos povos africanos no Recife e em Pernambuco, assim, somente são levados em consideração aspectos das relações entre África e Brasil de modo geral, ou especificamente sobre Pernambuco.

²³Seria necessário uma pesquisa só sobre a nomenclatura dos povos africanos no Brasil se fosse considerar a terminologia específica de cada autor, ou mesmo a terminologia utilizada em jornais da época.

maneira semelhante ao ritual do Oricuri em Águas Belas, nas terras dos índios Funi-ôs, onde também há celebração de uma missa antes do início do ritual²⁴.

Como é possível perceber pela menção dos livros anteriores, ao falar de tráfico e da origem dos povos africanos brasileiros, há uma tendência em supervalorizar nos estudos históricos e linguísticos a presença dos povos bantu²⁵, que embora tenham tido grande importância e tenham vindo em grandes quantidades, ainda mais em Pernambuco, não foram os únicos a deixar as suas marcas em terras "tupiniquins". Entretanto, há uma série de outras etnias que também são muito valorizadas principalmente para estudos culturais e religiosos, como os iorubás²⁶, os jejes, os haussás e os malês. Estes últimos recebem especial atenção por terem sido os que herdaram as tradições islâmicas do continente africano, por isso sabiam ler e escrever em árabe, e também por terem realizado uma das maiores revoltas liderada por escravos do Brasil, conhecida como a Revolta do Malês em Salvador. Após este acontecimento, os mecanismos de opressão para prevenir futuras rebeliões de escravos tornaram-se ainda maiores, resultando tanto em maior atenção para separar membros de um mesmo grupo étnico africano, quanto na proibição de se ensinar um escravo a ler e a escrever na Constituição de 1824. As cartilhas de ABC foram consideradas objetos de resistência e uma vez encontradas com escravos ou libertos eram tidas como indícios de revolta e causavam extrema desconfiança (CARVALHO, 2010).

Numa perspectiva mais histórico-linguística, destaca-se o livro *África no Brasil* organizado por Fiorin e Petter (2009), em especial o primeiro capítulo de Bonvini "Línguas africanas e português falado no Brasil". Neste capítulo, o autor estabelece quatro ciclos de tráfico negreiro, que de modo geral descrevem os principais locais de onde partiram os africanos para o Brasil.

- (i) no século XVI, o ciclo da Guiné, sendo os escravos principalmente sudaneses, originados da África situada ao norte do equador;
- (ii) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe ao Brasil negros da zona banta;
- (iii) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que atingiu de novo os negros sudaneses. A partir da metade do século XVIII, esse ciclo desdobrou-se em um ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benin;
- (iv) no século XIX, os escravos vieram um pouco de cada lugar, mas com predominância de negros vindos de Angola e Moçambique.

Estas vão ser as principais terminologias adotadas pelos senhores de engenho para descrever os seus cativos, o que fica muito claro ao lermos anúncios de escravos dos jornais pernambucanos do séc. XIX. Este livro inaugura boa parte das discussões contemporâneas sobre a influência das línguas africanas no PB, problematizando origens e citando gramáticas históricas e léxicos africanos em uso.

Com os avanços da linguística, ficou claro que entre o Português falado no Brasil e o

²⁴Estes fatos foram relatados à autora, quando esta esteve em visita acadêmica na escola bilíngue do Funi-ôs, e foram vivenciados na Noite do Dendê quando esta foi lá participar, o evento é público e pode ser vivenciado por todos que quiserem comparecer. Para mais informações sobre o Maracatu Porto Rico cf. <http://nacaoportorico.maracatu.org.br/>. Acesso em 20 Ago 2014.

²⁵"*bantu* (palavra que significa 'homens', ou 'povo', na maioria desses idiomas)"(Slenes, 1990: 50).

²⁶Para Slenes (1992, p. 66) "yorubás" era termo equivalente a "nagôs".

Português Europeu (que aliás foi a língua que deu origem a tradição escrita brasileira e que permanece ainda como referência para a normatização brasileira e para a maioria dos manuais de gramática escolar) havia uma série de diferenças em todos os níveis da língua, fonético, fonológico, morfológico e sintático. A partir dessa constatação várias pesquisas surgiram para observar tais diferenças e para tentar compreender a origem dessa ramificação brasileira, e consequentemente da origem e formação da língua portuguesa falada no Brasil. O livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) buscou remontar justamente a origem destas diferenças e serviu de inspiração para todos aqueles que buscam respostas para a formação do PB. Mattos e Silva (2004) declarou explicitamente a importância de se considerar os fatores extra-linguísticos para a discussão sobre a origem do PB e o seu distanciamento do PE.

Embora muito se tenha debatido sobre a formação do português brasileiro, sobretudo na primeira metade do século XX e, na segunda metade, muita contribuição específica tenha sido elaborada sobre os aspectos de diversas variantes brasileiras, tanto nas descrições e interpretações da dialetologia diatópica e da sóciolinguística diastrática, como mais recentemente também nas interpretações gerativistas, ainda está por ser elaborada uma reconstituição que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente que, reunidos poderão explicar e espelhar os processos sócio-históricos e linguísticos que interagiram na constituição do português que falamos. (Mattos e Silva, 2004: 13).

Queira-se ou não essa discussão, que iniciou com Serafim da Silva Neto, atribuiu como possível e provável que tais alterações do PB decorressem do contato do português com outras línguas²⁷, e da aquisição do português como segunda língua em território brasileiro. Apesar da presença de mais de uma língua franca e a presença das línguas gerais, no caso dos africanos "o contexto e a intensidade do contato dos africanos com falantes de português teria forçado, incentivado, ou facilitado entre eles um aprendizado mais ou menos rápido do português regional." (SLENES, 1992, p.59), o que não aconteceu, por exemplo, na ilhas da América Central onde o isolamento maior das populações escravas contribuiu para a formação de crioulos que se distanciaram muito das línguas européias as quais entraram em contato.

Sobre esse assunto, Lucchesi, Baxter e Ribeiro, no livro que organizaram intitulado *O português afro-brasileiro* (2011), dedicaram-se a descrever o português falado na comunidade de Helvécia, naquela que se tornou a variedade de português afro-brasileiro melhor descrita do Brasil. Embora, não tenha se dedicado, seja por falta de dados demográficos, seja pela perda da memória histórica daquela comunidade, a descobrir quais as etnias e línguas que atuaram conjuntamente com o português para a formação do português falado em Helvécia, a contribuição mais importante deste trabalho foi teorizar e compreender os mecanismos de aquisição do português dos falantes de lá, e o resultado dessa reflexão foi o conceito de transmissão linguística irregular, que seria a nativização de uma língua adquirida de forma imposta pela colonização portuguesa a adultos sem condições adequadas de aprendizagem

²⁷Entre elas, línguas africanas, ameríndias e entre outras línguas européias (principalmente na primeira metade do século XX e em algumas regiões específicas)

(LUCCHESI, BAXTER, RIBEIRO, 2009, p. 101). Tal transmissão vai descrever muito bem os mecanismos de aquisição do português pelos escravos africanos e afro-brasileiros e revela a imprecisão e autodidatismo dessa aquisição.

Entretanto sobre o português afro-brasileiro, vale salientar que este trata-se de uma variedade de português falada por africanos e afro-descendentes em comunidade isolada, como Helvécia. Ao contrário do português popular, mesmo falado por afro-descendentes, que representa a variedade comum, podendo ser rural ou urbano, em contraposição ao português culto e ensinado nas instituições formais de ensino.

Problematizar pelo menos um mínimo as relações entre o Brasil e o continente africano, as relações entre as diferentes línguas e as diferentes culturas que deram origem ao povo e à nação brasileira, é fundamental para se entender melhor o contexto sócio-histórico e a realidade linguística à época no Brasil e, em particular, o Recife. Assim como várias cidades do Brasil colônia, o Recife é fruto direto destes entrecruzamentos culturais, em especial de matriz africana. Neste trabalho procurar-se-á elucidar no próximo tópico um pouco mais sobre a demografia social do africano e do afro-brasileiro no processo de formação do Brasil, depois no capítulo 3, discorre-se sobre o que era a cidade do Recife no início do século XIX e seus habitantes, e como as tradições oral e escrita se confrontaram na dinâmica sociocultural e até econômica da cidade, tornando possível que um forro pudesse ter alcançado as habilidades de escrita mesmo diante de todas as resistências socioculturais e ausência de uma educação pública ou formal. Pretende-se com este trabalho dar voz a história e dar voz àqueles que em vida participaram e marcaram a vida do Recife e a língua portuguesa durante este período.

1.2 Demografia social

Quando falamos de história social e, ainda mais, sobre as relações entre Brasil e o continente africano, uma questão que sempre vem à tona é a da demografia social. Infelizmente, boa parte dos dados de demografia relativos ao tráfico negreiro, que permitiria saber quantos e de onde vieram os escravos brasileiros, acabou por ser destruída logo após a abolição da escravatura, tendo em vistas a Circular 29 do Ministério da Fazenda de 13 de maio de 1891 (LUCCHESI, BAXTER e RIBEIRO, 2009, p. 59).

Assim, os melhores dados demográficos para as populações africanas e afro-descendente que viviam no Brasil, antes do censo de 1872 (que contabilizava os indivíduos por sua cor e não por etnia), foram dados colhidos por médicos e pesquisadores como os citados por Nina Rodrigues (2008), Dr. Apolônia e Balbi, e o mais citado deles, os dados de Mussa (1991). Era comum que estes dados tivessem proveniência da área da saúde, uma vez que os médicos tinham acesso direto aos seus pacientes, podendo contabilizar dados via suas próprias consultas.

Nota-se que essas contagens apesar de dimensionar a sociedade conforme os conceitos da época, ou seja pela cor e *status* de liberdade do indivíduo, é bem genérico quanto aos números por não apresentar uma metodologia sólida. Apesar de se proporem a tratar da população

brasileira como um todo, é improvável que tenham alcançado esse objetivo, vez que o território brasileiro é muito grande, e que não havia recenseamentos à época.

Atualmente, outros pesquisadores têm expandido os dados sobre a diáspora, pesquisando fontes portuárias relacionados ao tráfico negreiro. Um exemplo disso são os esforços empreendidos na Universidade de Harvard, ao recuperar dados de 27.233 viagens marítimas, principalmente sobre o comércio francês e britânico na costa da África Central, na publicação *The Atlantic Slave Trade: A Database on CD-ROM Set and Guidebook* (Miller, 2010, p. 31). Artigos como o de Miller têm foco na saída de africanos para o Brasil, e demonstra quantos africanos embarcaram, mas não diz quantos chegaram e onde.

Alguns recenseamentos locais foram realizados ao longo do século XIX, além do censo nacional de 1872, e estes foram muito bem reunidos no artigo de Klein (1996). Neste artigo e nas tabelas constituídas pelo autor fica bem claro as proporções e os trânsitos internos de escravos pelo território brasileiro. Embora não dê pistas quanto à etnia e origem destes escravos, podendo estes estarem compreendidos dentro de todas as etnias observadas no primeiro subtópico do capítulo ou mesmo já serem brasileiros, fruto da união entre diferentes etnias. A tabela demográfica deste autor foi a mais credível que encontrou-se, e é a partir dela que algumas considerações serão feitas.

Tabela 1: The Colored Population in Late Colonial and Imperial Brazil to the Census of 1872. (KLEIN, 1996, p. 35)

	Date of census	Free Colored	Slave Colored	Whites	Free Colored as percent of total Colored
North					
Amazonas	1840	1,980	940	14,325	67,8%
	1872	8,592	979	11,211	89.7
Pará	1819	unknown	33,000	unknown	
	1872	110,556	138,014	92,634	80.1
Northeast					
Maranhão	1789	13,606	36,887	24,273	26.1
	1872	169,645	74,939	103,513	69.3
Piauí	1819	unknown	12,405	unknown	
	1872	121,527	23,795	43,447	83.6
Ceará	1819	unknown	55,439	unknown	
	1872	368,100	31,913	268,836	92.0
Rio Grande do Norte	1839	39,600	10,189	27,638	79.5
	1845	75,977	18,153	48,157	80.7
Paraíba	1872	107,455	13,020	102,465	89.1
	1789	8,897	15,852	12,328	35.9
	1804	11,926	5,926	16,012	66.8
	1811	56,161	17,633	45,208	76.6
Pernambuco	1872	200,412	21,526	144,721	90.3
	1829	126,813	68,458	88,593	64.9
	1872	449,547	89,028	291,159	83.4
East					
Sergipe	1849/51*	92,716	56,564	43,542	62.1
	1872	100,755	22,623	49,778	81.6
Bahia	1819	unknown	147,263	unknown	
	1872	830,431	167,824	331,479	83.1
City of Bahia	1775	7,943	6,692	5,021	54.2
Espírito Santo	1839	6,599	9,233	6,730	41.6
	1857	16,451	11,819	14,311	57.2
	1872	27,367	22,659	26,582	54.7
Rio de Janeiro (sem contar a capital)	1840	64,592	224,012	112,973	28.2
	1844	69,719	239,557	122,152	22.5
	1850	96,629	293,554	160,945	24.7
	1872	178,960	292,637	303,275	37.9
City of Rio de Janeiro	1799	8,812	14,896	19,578	37.0
	1872	73,311	48,939	151,799	59.9
Minas Gerais	1814	143,080	150,489	83,671	48.7
	1872	805,967	370,459	830,987	68.5

Tabela 1: Continuação - The Colored Population in Late Colonial and Imperial Brazil to the Census of 1872. (KLEIN, 1996, p. 35)

	Date of census	Free Colored	Slave Colored	Whites	Free Colored as percent of total Colored
South					
São Paulo	1800	32,086	42,209	95,349	43.1
	1803	46,913	44,131	112,965	51.5
	1811	48,004	48,150	127,888	49.9
	1815	49,225	51,272	115,203	48.9
	1822	52,850	63,697	127,888	45.3
	1836	66,265	86,933	172,879	38.3
	1872	207,845	156,612	433,432	57.0
Paraná	1811	9,760	6,840	18,340	58.7
	1836	11,037	7,153	23,895	58.3
	1854	13,300	10,189	33,633	56.6
	1872	37,377	10,560	69,698	77.9
Santa Catarina	1811	580	7,417	23,753	7.2
	1828	1,615	12,250	37,470	11.6
	1831	2,241	11,988	35,214	15.7
	1838	4,236	13,658	43,573	23.6
	1860	10,336	16,316	87,945	38.7
	1872	15,984	14,984	125,942	51.6
Rio Grande do Sul	1807	2,758	13,469	27,107	16.9
	1858	5,413	70,880	206,254	7.0
	1872	82,938	67,791	258,367	55.0
Center-West					
Goiás	1824	37,985	13,375	10,535	73.9
	1832	47,481	13,261	11,761	78.1
	1872	103,564	10,652	41,929	90.6
Mato Grosso	1797	9,669	11,910	5,257	44.8
	1815	10,564	10,898	5,812	49.2
	1828	15,532	10,122	4,278	60.5
	1872	27,989	6,667	17,237	80.7
Brasil	1872	4,245,428	1,510,810	3,787,289	73.7%

Fonte: The Colored Population in Late Colonial and Imperial Brazil to the Census of 1872. (KLEIN, 1996, p. 35). O autor se pautou por várias contagens regionais do Instituto de História e Geografia do Brasil, e principalmente no *Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872* (21 vols.; Rio de Janeiro, 1872-76).

É possível perceber pelos dados que o ciclo da escravatura se deu de maneira bem distinta entre uma região e outra, entre uma metrópole e outra. Os espaços se relacionaram entre si por questões econômicas, o tráfico negreiro em si constituiu atividade econômica comum nos períodos coloniais e foi por demanda econômica que os escravos foram levados pelo território nacional entre a costa brasileira e a costa do continente africano. Enquanto, havia um momento social de emancipação e ascensão política dos mulatos, alicerçando a causa abolicionista na região nordeste²⁸, a região Sudeste especialmente São Paulo e Rio de Janeiro aumentava consideravelmente a compra de escravos, vez que a região se desenvolvia economicamente com a chegada da família real e suas tecnologias, e pelo cultivo de café e pelo desenvolvimento da agricultura e pecuária local.

Nesse sentido, pode-se argumentar que as regiões Sudeste e Sul tiveram um processo de escravidão tardio, pelo menos quanto à quantidade de escravos, e a sua participação percentual na sociedade. Na cidade do Rio de Janeiro a quantidade de escravos aumentou de 14,896 em 1799, na virada do século para 48,939 em 1872, um aumento de aproximadamente 229%, em São Paulo, a quantidade de escravos foi de 42,209 em 1800 para 156,612 em 1872, um aumento de aproximadamente 271%. E em Minas Gerais de 150,489 para 370,459, um crescimento de 147% aproximadamente. O estado que recebe a maior quantidade substancial de escravos ao longo do século XIX, e que pode ser incluída nessa escravidão tardia, é o do Pará, de 33,000 em 1819 para 138,014, um aumento de 318% aproximadamente, confluindo com as informações de Slenes (1992, p.55):

Entre o final do século XVIII e 1850, um enorme contingente de africanos foi introduzido no Brasil. O tráfico foi direcionado especialmente para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No Rio, esse influxo populacional incidiu numa região que, no início do período em questão, era relativamente pouco povoada; como resultado, mesmo com uma intensa migração para a província de pessoas livres, a presença africana logo atingiu e manteve níveis altos. Em 1850, 59% dos escravos da província, 45% dos 'pretos' e 'pardos' (livres e escravos), e 32% da população total era de origem africana. (...) Em São Paulo, o tráfico afetou menos a população total e a de negros e mulatos mas deixou a população escrava, sobretudo nas regiões de grande lavoura, predominantemente 'estrangeira'.

E se comparados com os aumentos relativos da Paraíba, 35%²⁹, Rio Grande do Norte de 27%, da Bahia 14%, e de Pernambuco 30%, ou o Maranhão que teve o maior crescimento do Nordeste, 42

Com o apoio da Inglaterra e dos ideais iluministas, a abolição, que se deu aos poucos, com o fim do tráfico, a Lei do Ventre Livre, e a Lei do Sexagenário, até culminar para uma libertação de todos os escravos, gerou grande polêmica e muita discussão intelectual na época. Prestígio social³⁰ neste contexto poderia dar a pessoa *status* de livre, ou de "branca", o que ainda repercutiu por exemplo na imagens históricas veiculadas de personalidades negras e mulatas

²⁸Considerando-se os estados segundo a sua divisão regional atual, e não a da época, ou a da utilizada por Klein (1996).

²⁹Valores aproximados.

³⁰Incluindo no prestígio social as habilidades de ler e escrever.

como Machado de Assis. O autor chama atenção para a armada de Henrique Dias, um milícia de negros forros que ajudaram na guerra de expulsão dos holandeses³¹ e, com isto, ganharam grande prestígio social.³²

Considerando, então, as taxas de crescimento dos libertos, enquanto que em Pernambuco a taxa de aumento é de 254%, seguindo a tendência das taxas nordestina, em São Paulo, o crescimento é de 548% e na cidade do Rio de Janeiro é de 731%. Isso torna perceptível a migração (interna e externa) que aconteceu no Brasil na época, já que além do aumento considerável do número de livres, houve também um aumento da quantidade de pessoas em todas as camadas, a exceção apenas do número de escravos nos estados mencionados. Ainda assim, de modo geral, a população negra e parda, livre ou escrava, cresceu mais que a de brancos, "Thus between 1800 e 1872 the free colored population of São Paulo increased by almost twice the rate of the white population." (KLEIN, 1996, p. 34).

Olhando comparativamente o crescimento da população forra e da população escrava, provavelmente a taxa de crescimento de escravos foi bem menor em todos os estados comparadas às taxas dos forros, ou seja, apesar do contingente populacional estar crescendo de modo geral, ainda assim o crescimento dos forros foi bem maior que a quantidade de escravos e brancos, demonstrando o fervor final para a abolição. Se considerar que estes homens livres espalharam e utilizaram o português como língua franca única, já que a essa época pouco restava das línguas gerais, o crescimento do número de forros poderia, inclusive, justificar o apagamento dos traços linguísticos africanos e a relativa hegemonia do português.

Quanto aos mecanismos de alcance da liberdade, o autor, com base em outras análises, descobre que a grande maioria dos forros, nascidos livres, eram originários de mães escravas e pais brancos, e aponta para um fato cultural da época:

So strong were church and customary attitudes on this practice that the free white father had innumerable and simple ways to free his children. The white father could simply declare, usually when the child was baptized, that he freed his child, or if he himself did not wish to be compromised, he could arrange for the child's godparents to pay for the child's freedom at baptism. (KLEIN, 1996, p. 40)

Refletindo sobre o objeto desta pesquisa, Recife³³ é uma das cidades mais antigas do Brasil e um dos primeiros entrepostos comerciais da colônia. Inserido no primeiro ciclo da colônia, o da cana-de-açúcar, Recife atingiu seu apogeu econômico nos tempos coloniais e muito da sua cultura e sociedade surgiu a partir deste primeiro momento, destes primeiros contatos.

Os latifúndios favoreciam os processos de escravidão, uma vez que dependiam de grande quantidade de mão-de-obra para as colheitas e processamento de matéria-prima. As grandes fazendas e os engenhos foram mecanismo recorrente da colonização portuguesa, o sistema da

³¹O Terço de Henrique Dias, como ficará conhecido, era uma confraria de homens livres, que funcionava também como milícia armada em meados do século XVIII. A mesma tradição cultural que licencia o Terço e as confrarias, também licencia as irmandades religiosas, conferir Capítulo 3.

³²Klein(1996, p. 31) lembra que este tipo de associação militar era muito comum, e isso pode ser expandido para as confrarias e irmandades religiosas, ambas funcionando como mecanismo de ascensão social.

³³Alguns detalhes a mais são considerados no próximo capítulo.

agricultura latifundiária foi introduzido desde os primeiros territórios conquistados na África como nas ilhas de Cabo Verde, São tomé e Príncipe, e se expandiu pelo Brasil gerando muito capital à metrópole.

Considerando que este trabalho dedica-se ao século XIX, muitas águas já haviam passado desde esse período inicial, na realidade exatamente três séculos. Estes séculos trouxeram grandes mudanças à capitania de Pernambuco, tanto na sua configuração geográfica quanto social. A urbanização já demonstrava sua força e pulgência e havia um claro deslocamento das populações rurais, principalmente após o colapso do sistema açucareiro devido à expulsão dos holandeses que levaram a tecnologia dos engenhos para as Antilhas e fez o preço do açúcar despencar.

Esse êxodo rural, como vai ficar conhecido durante o século XX, decorreu da falência dos senhores de engenho e da busca por novas formas de se ganhar dinheiro. Além do gado que vai ser a principal alternativa do sertão, o comércio será fundamental neste período. Assim, até a abolição, muitos escravos foram levados das lavouras e para as cidade, a trabalhar com o comércio e com artífices, como "escravos de ganho", permitindo que alguns tivessem excedentes e conquistassem a alforria.

Isso leva à consideração sobre a emancipação dos mulatos durante o século XIX, Klein (1996, p. 47) apontou para o fato de que era muito comum que os senhores artífices ensinassem aos seus escravos suas habilidades, e assim inevitavelmente estes conseguiam juntar dinheiro e comprar a sua alforria, algo que pode ser expandido também para as relações de comércio. A quantidade de arífices negros e mulatos era tão grande que levou um Juiz de Fora, da capitania de Pernambuco, a redigir uma carta à Coroa, reclamando sobre o "excesso" de artífices em ouro e prata, negro e mulatos, acusando ser isso contra à lei e com grande dano à República. Ainda hoje no centro histórico de Olinda há quantidade de artesãos, são só dos tipos mencionados pelo Juiz, mas pintores, escultores, e há uma conversa que corre por essas terras de que Olinda teria a maior quantidade de ateliês por metro quadrado do mundo (pelo menos no centro histórico), a expedição holandesa no Recife foi tão completa e ganhou tanta fama na Europa que talvez a mesma já seja herdada já dos tempos da ocupação, sendo verdade ou não, isso aviva o reconhecimento da representação histórica das artes e artesanatos para a cidade.

Finalmente, o autor aponta para uma elite que surgiu através desse compartilhamento de conhecimentos entre senhores e escravos, em uma relação mestre e aprendiz, considerando principalmente os aprendizes cirurgiões e médicos. Assim, esta elite que deu força ao movimento abolicionista e travou a batalha intelectual com os senhores de escravos que culminaram com o fim da escravidão.

Como já falava Carvalho, na introdução do livro *Liberdade* de 2010 (2 ed.), estudar a escravidão tem sempre uma dimensão política, e os pesquisadores da área se esforçam para manter um ponto de vista ético e moral, que condiga com as necessidades sociais atuais. Sendo assim, faz sentido explicar sobre as relações raciais implícitas nessa obra³⁴. Infelizmente ao

³⁴Se hoje conceitos como de "raça" caíram diante do seu aspecto excludente, e a antropologia já trabalha com

tratarmos de assuntos cruéis, como a escravidão, é iminente a vontade de demonstrar os aspectos terríveis e imperialistas que traspõem a temática.

Entretando, aqui fica a justificativa e a escolha política que se adotou para produzir esta pesquisa. Optou-se por valorizar e dialogar com o conhecimento da resistência das comunidades afro-brasileiras e africanas, que já passaram tempo demais despercebidas na história do Brasil. Na sociedade ocidental atual, uma das formas mais importantes de se trocar respeito é por meio do conhecimento, quando se revela parte de uma história que foi pouco procurada e da-se acesso, respeito e dignidade para a memória dessas pessoas e dessas culturas.

Embora seja preciso trabalhar com determinados termo advindos de um momento histórico específico, buscou-se demonstrar o quanto eram diversos e multiculturais os africanos escravizados no Brasil foram submetidos a trabalho forçado e viveram em condição desumana enquanto cativos. Não irá se promover o apagamento destas brutalidades, a realidade ficou congelada no passado, e pretende-se apresentá-la com o maior rigor científico possível.³⁵

Justificando a terminologia social, de base racial, como o era na época, durante o período proposto para a pesquisa, no fato de que a sociedade se organizava em diferentes agrupamentos sociais. Se hoje o que parece diferenciar as pessoas na maior parte das sociedades capitalista de Estado seria a classe econômica dos indivíduos, para a sociedade açúcareira dos séculos XVI, XVII, XVIII o que prevaleceu certamente foi a aparência fenotípica das pessoas que a formavam e sua condição de liberdade.

Como já se pode notar pela categorização social dos indivíduos nos próprios censos reproduzidos nesta pesquisa, não tratar das relações ditas raciais envolvidas nessa temática. Na verdade, as relações à época, junto a um discurso racista que pregava uma comparação cultural e social pautadas pelos parâmetros de um único modelo de sociedade, eram declaradas relações de cor, o que cientificamente vai ser atralada num momento pós-escravista às relações raciais³⁶. Atualmente deveria-se saber que tratar de tais questões pautadas pelos mesmos preconceitos seria injusto e ingênuo, no entanto a organização social do Recife no século XIX dependia desta íntima relação entre pessoas de diferentes origens com diferentes fenótipos e conseqüentemente diferentes tez de pele, ou cor. Sendo assim, tais pontos não podem ser ignorados ou omitidos uma vez que se estaria mascarando os fatos como eram, e o modo como a sociedade se segmentava.

O que aqui se propõe é a superação do passado colonial e escravista pelo conhecimento e elucidação da história, levando em considerando a intersecção de vários povos e interesses

conceitos menos antropocêntricos, aqui tratamos de uma sociedade imersa nesse tipo de relação, com todas as implicações negativas que essa tinha para um enorme número de comunidades e pessoas.

³⁵Se o leitor até agora pode encontrar informações que demonstram a beleza e as nuances da história cultural brasileira, e se pode refletir sobre conhecimentos que ainda não havia tido contato, então o objetivo maior estará cumprido.

³⁶Na dissertação de Júlia Orioli (2013) temos uma problematização de alguns destes conceitos, como o "crioulo", o "mestiço" e o "luso-africano", que seriam questões mais de cunho teórico do que propriamente étnico. Ainda assim também vemos considerações históricas a respeito destas relações em artigos como o de Guimarães, *As elites de cor e os estudos das relações raciais* (1996).

dentro de uma sociedade que era viva e dinâmica. O Brasil por ser tão grande por vezes promove o apagamento das nuances e das variações de sua realidade, tentando enquadrar os indivíduos segundo seus próprios conceitos. A realidade brasileira é muito mais diversa e plural, e infelizmente as dificuldades de convívio entre os muitos povos que o colonizaram ainda se reproduzem e se reconstróem por vias de um discurso de preconceito velado ou revelado.

Esta pesquisa preocupou-se em compartilhar uma parte da história afro-descendente e africana, buscando retomar a memória e a história da formação da língua portuguesa brasileira, ou português brasileiro. Na história da nacionalização da língua estrangeira ainda há muitas lacunas a serem preenchidos sobre como se comunicavam e como falavam os brasileiros.

2 Metodologia

(...) as bibliotecas sobreviveram a sua morte anunciada.

Roger Chartier³⁷

2.1 Linguística histórica: textos

Como os termos são do século XIX, e por isso, a teoria diz que a língua em estudo está em diacronia, uma vez que é fruto do passado. Neste capítulo, buscou-se fazer uma síntese da metodologia utilizada para a pesquisa, da parte motivacional na linguística histórica, passando pela formação do corpus de trabalho, até as escolhas teóricas para análise textual e descrição linguística. Esta pesquisa se insere em três eixos: a sociohistória, o texto e a língua.

Traduzindo o termo “Historical textlinguistics” de Jucker (2004) ter-se-ia algo como a Linguística Histórica dos Textos. Os textos têm constituído corpus histórico tanto para a análise dos gêneros, inclusive em perspectiva histórica, quanto para a descrição de estágio diacrônico da língua. Os objetivos centrais desta área são: a compreensão e descrição de gêneros textuais e sua evolução, e a descrição de estágios passados de uma determinada língua. Certamente, a questão que envolve a descrição de estágios diacrônicos de uma língua é aquela que apresenta maiores críticas. Tal tarefa, como se pode imaginar, não é trivial e esta sujeita a uma série de problemas metodológicos relativos à coleta, seleção e análise.

Görlach (1990) dedicou o capítulo 8 inteiro do seu livro “Studies in the history of the English language” para descrever e demonstrar alguns destes problemas que vinham sendo negligenciados pelos pesquisadores desde a teoria filológica. Para o autor o ponto de partida para estes “problemas com corpus de coleções de textos” seria o viés de seleção e arbitrariedade com as quais são elencados os textos.

Encontrar dados linguísticos de estudo diacrônico, ainda mais a depender da distância temporal, já constitui uma tarefa árdua, e a simples digitalização e recolha desse material pode ser considerado um dos principais resultados de uma pesquisa linguística diacrônica. Incluindo a transcrição destes dados e a descrição sem o auxílio de programa computadorizados, o tempo de trabalho pode representar por si só um grande inimigo dos pesquisadores da área.

É neste intuito que Görlach (1990) expõe algumas questões centrais dessa problemática, como se verá no capítulo 5, Kabatek (2004) também faz uma crítica pontual sobre o estudo de textos diacrônicos, que seria a arbitrariedade de descrever uma língua pautado num único gênero textual. Esta descrição seria vinculada a uma única Tradição Discursiva (doravante, TD), e, para ele, seria a descrição desta única TD e não de todos os aspectos léxico-gramaticais da língua.

³⁷Em entrevista à ABC espanhola. Disponível em:
<http://www.abc.es/cultura/libros/20121121/abci-entrevista-roger-chartier-201211201328.html> .
Acesso em 20 Ago 2014.

Uma sugestão que busca reduzir esse problema seria a seleção de uma vasta tipologia de gêneros textuais para que se pudesse descrever com mais precisão um determinado estágio da língua. Assim, apesar dos estudos específicos para um determinado autor ou uma determinada tradição discursiva não possam ser considerados o suficiente para descrever e delimitar as características linguísticas de um estágio de uma determinada língua, ainda assim pode funcionar como um elemento a mais a ser incluído nas análises daqueles que se propõem a periodizar e delimitar os estágios de uma língua num determinado espaço.

Uma possibilidade para evitar desvios provocados pelos diferentes textos é a de basear o estudo histórico unicamente em uma tradição discursiva. Mas então não estudamos a história da língua, senão a história dessa tradição discursiva. Uma outra solução é a de misturar textos de diferentes tradições para trabalhar com um corpus "equilibrado" de textos, e como se sabe, é uma das exigências mais importantes para o desenho de corpora "representativos". Mas que quer dizer equilibrado? Qual é a mistura mais acertada para uma boa história da língua? Alguns linguistas acham que se trata de um problema de quantidade. (KABATEK, 2004, p.11).

Estes aspectos abordados por último vão se encaixar nas críticas de Görlach (1990). Para o autor, pautado em alguns conjuntos de textos diacrônicos específicos, os corpora diacrônicos por vezes ficam omissos em relação às questões sociolinguísticas e estatísticas de análise. E isto é de grande relevância, vez que várias descrições se pautam na análise de um grupo de textos específicos. Ainda que variados na sua tipologia, estes, em geral, não abrangem a produção linguística de toda uma comunidade de falantes, mas de um grupo específico de uma determinada comunidade que em geral é o grupo letrado. Sendo assim, aqueles que não redigiram textos têm a sua produção linguística omissa nas descrições de sua língua, ou seja, a descrição de uma língua feita somente por textos oficiais, por exemplo, não constitui a língua em si como um todo, mas uma vertente específica desta língua, produzida normalmente por um grupo seletivo de homens habilitados na norma culta.

Neste sentido, esse trabalho, assim como outros, busca romper com a carência de descrições diacrônicas do português escrito por grupos marginalizados da sociedade de seu tempo. Apesar da INSRHP ter um prestígio social grande pela comunidade escrava e liberta, ou forra, da época, e simbolizasse de alguma forma a auto-representação destes indivíduos, ela estava contida dentro de um grupo marginalizado da sociedade do início do século XIX e funcionou até como mecanismo de inclusão destes na esferas públicas do poder. Poderia-se considerar o português escrito por esta comunidade uma variedade de prestígio para os membros desta comunidade, mas para a sociedade como um todo, e mais especificamente sobre os dados principais coletados (uma vez que focou-se principalmente na produção de um indivíduo específico, Manoel de Barros, de mão inábil), esta variedade apresentava distanciamentos notáveis que permitiram hipotetizar que esta seria uma variedade de português popular do Recife, e não formal como seria de se esperar das esferas institucionais.

O autor também propõe outros problemas e também sugere soluções que vão de encontro à sugestão de Kabatek (2004). Serão considerados os aspectos de 1 a 6, que podem representar

uma dificuldade real para a análise histórico linguística, por meio de textos manuscritos e antigos.

Historical corpora suffer from unavoidable limitations (for a few of these also cf. Kytö/Rissanen 1983). Since these limitations cannot be overcome, it is important to realize what they are, and how they necessarily make such corpora differ from those of present-day languages, and in consequence restrict the comparability of the two types. Historical text corpora, then, are restricted to:

- 1) written language;
- 2) certain types of text thought worth copying by contemporary users;
- 3) chance survivals from this original corpus (2); and
- 4) texts properly edited from what survives (3).

Furthermore, reliability of extant texts is frequently impaired by:

- 5) their undetermined authorship, their unknown date and geographical provenance, and uncertain intended audience and function; and also,
- 6) their mixed dialects as a consequence of repeated copying, and their dependence on various conventions of literary and other traditions.

Na proposta de avaliar estes aspectos em relação ao nosso corpus de trabalho, chegou-se às seguintes análises: para 1), adotou-se uma visão menos dicotômica sobre as relações entre a oralidade e a escrita, já que o corpus era produtivo nesse sentido devido à mão inábil do escrivão; para 2), as pesquisas estão sujeitas à transcrição por um falante contemporâneo, em geral, as pessoas que realizam as análises linguísticas não são necessariamente as mesmas que fizeram as transcrições dos dados, assim propôs minimizar os problemas de dúvidas relativas às comparações com o original; 3) e 4) quanto à sobrevivência dos originais e a consulta direta a eles, esta pesquisa busca atenuar estes problemas uma vez que a coleta, a digitalização e a transcrição dos dados foram feitos pela própria autora, de maneira, a minimizar possíveis adaptações de contemporaneidades da língua por parte do paleógrafo.

No aspecto 5), apesar de ter-se alguma confusão quanto à autoria em alguns dos textos selecionados para o *corpus*, estes possuem semelhanças de caligrafia e modo de escrita que apontam para um mesmo e determinado autor, para o corpus deste trabalho, todos os textos assinados por Manoel de Barros, para as análises linguísticas somente se considerou os trechos e termos redigidos integralmente por Manoel de Barros. Como são termos, possuem as datas, função e destinatário de maneira clara, e geograficamente, todos os termos, que se assemelhavam funcionalmente a atas, eram redigidos durante as reuniões dos irmãos, logo, foram todos produzidos dentro do bairro de Santo Antonio do Recife. Pode-se argumentar que tais questões foram mais facilmente resolvidas pelo período selecionado para análise, uma vez que o século XIX ainda é muito próximo ao atual, se comparados aos estudos históricos que analisam textos com dezenas a centenas de anos.

Definitivamente, o aspecto 6) é uma questão a ser considerada, como os textos pertencem todos a uma mesma tradição discursiva, a TD dos termos e atas, há vários trechos que representam uma cópia da cópia remetendo a um original já perdido. Logo, é marcante que várias estruturas linguísticas sejam produzidas não espontaneamente pelo autor, mas permeadas pela tradição discursiva do gênero termo e do gênero ata. Isso compromete parcialmente,

por exemplo, a análise sintática³⁸, enquanto características sintáticas escritas de uma possível transposição da oralidade, já que essas estão mais rígidas pela consolidação da tradição. Logo, embora descrita linguisticamente³⁹, a área que se mostrou mais produtiva para a representação linguística da sua época foram as características morfofonéticas dos textos.

Com a globalização, o acesso a mais línguas, a facilidade de mobilidade geográfica e a facilidade de se comunicar fica evidente que muito ainda pode ser revelado e desenvolvido sobre a história de cada língua. Decorrente também de um maior contato cultural e linguístico pós grandes navegações, e de uma emancipação político-social das colônias, a dialeção, a migração de línguas, e formação de variedades regionais ficou evidente não só para os linguistas, mas para os viventes do século XXI. Por isso é natural que o percurso de retomar os trechos já escritos da história da língua não só para confrontar aspectos que já foram observados, mas para contribuir com novas perspectivas que não foram consideradas anteriormente.

2.2 Os Termos

Neste tópico, far-se-á a descrição do *corpus*, e no próximo a explanação sobre os mecanismos e percursos da transcrição adotados. Toda a parte de textos antigos da INSRHP encontra-se arquivada no Palácio da Soledade e é de posse do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (doravante, IPHAN) onde foi selecionado, digitalizado e transcrito.

Seria justo dizer que nesta pesquisa não foi o autor que selecionou o corpus, mas o corpus que aflorou às vistas do pesquisador. Embora a INSRHP seja conhecida da tradição cultural pernambucana e já tenha rendido frutos acadêmicos por parte de pesquisadores da história, paleografia, sociologia e arquitetura⁴⁰, nos estudos linguísticos e da história social da linguagem, ela ainda foi pouco explorada.

Como previa Pessoa (2003), a larga produção textual por parte das irmandades religiosas de modo geral já seria de grande produtividade para os estudos históricos da língua, seja na vertente da historicidade dos textos, seja na perspectiva descritiva da reconstrução do português histórico brasileiro. E isso fica ainda mais interessante se, como observado, estes escritos envolverem a presença tanto de brancos, como pardos e negros, sujeitos históricos negligenciados durante um largo período da história tradicional e que só passaram a ter voz nos últimos séculos com o desenvolvimento de uma nova linha de pesquisa histórica, a micro-história.

O estudo dos textos históricos está cercado de desafios, o primeiro deles encontrar documentação. Em períodos como o século XIX está não é o principal obstáculo, comparado com os séculos XVII e XVIII, pela proximidade histórica, há bem mais material do século XIX do que dos demais. Em compensação, se comparado com o agora e com o século XX, vê-se que a produção escrita hoje e no último século é ainda maior, pois atualmente há uma cultura escrita

³⁸Mais especificamente, constitui problema analisar sem considerar a TD em questão, verbos, estrutura frasal e os elementos linguísticos textuais.

³⁹Ainda que preliminarmente.

⁴⁰Principalmente sobre as construções arquitetônicas de Igrejas e sua caracterização típica de cada época.

que inclui muitos mais produtores, e conseqüentemente conta com um número muito maior de produção.

Era sabido pelos estudos mencionados que com a ausência de uma ortografia padrão, e até mesmo uma gramática normativa padrão, que este período demonstraria marcas da oralidade, até porque havia poucos sujeitos habilitados à escrita por vias de uma educação formal. Na verdade o próprio conceito de educação formal poderia ser questionado, uma vez que após a expulsão dos jesuítas não havia nenhuma instituição centralizada (como a atual escola pública) de esfera institucional que se responsabilizava pelo ensino, embora este fosse executado segundo autorização do Império.

Assim, irmandades de cor, sujeitos históricos semi-alfabetizados e marcas de oralidade, seria justo que se percorresse uma busca por um escrivão negro. Se inicialmente a ideia era boa, a sua execução foi mais complicada devido às estruturas sociais da época que além de proibir que escravos aprendessem a escrever na esfera constitucional, ainda obrigava que escrivões e tesoureiros fossem brancos, segundo os compromissos das irmandades na esfera institucional católica, embora como se verá estas proibições eram mais para fins de convenção. Considerando estes aspectos, deu-se a busca por uma documentação que fosse de autoria negra ou parda, com pistas históricas credíveis que comprovassem essa hipótese.

Os dados deste trabalho são, essencialmente, histórico e linguístico. A ação do tempo e o estado de conservação são fundamentais para a leitura e transcrição dos dados, e, ainda, tais documentos devem estar acessíveis à consulta pública para digitalização e registro. A conservação depende de manutenção e muitos arquivos do país não têm os recursos necessários para serem eficientes. Os cuidados de acondicionamento desta documentação depende de uma temperatura e umidade adequada, pois é material muito suscetível à fungos, bactérias e insetos, e equipe humana especializada para recuperá-lo e digitalizá-lo.

A documentação da INSRHP, inicialmente, estava sob os cuidados da própria irmandade, mas preocupados com a manutenção dos documentos, os irmãos decidiram deixá-la aos cuidados do IPHAN. Em algumas igrejas esse material fica mal-acondicionado, apesar dos esforços dos seus guardadores, como as das fotos de Oliveira (2006).

Realizou-se várias visitas aos arquivos públicos do Recife, depois fez-se a digitalização, mesmo que por meio de fotos. Era arriscado que ao longo do tempo dedicado ao trabalho houvesse algum problema com a documentação, o que de fato aconteceu, após um ano e meio das fotos realizadas para este trabalho, esta foi considerada contaminada e aguarda restauração no arquivo do IPHAN do Recife. Logo, toda documentação histórica requer digitalização imediata para que haja uma maior durabilidade e garantia de que pesquisas futuras possam ser realizadas.

O primeiro lugar em que se deu tal busca foi o arquivo público da cidade do Recife, onde ainda está localizado o primeiro compromisso da INSRHP escrito por um escrivão branco, no entanto esta era a única documentação desta natureza e os locais indicados para dar prosseguimento a esta tarefa foram as próprias igrejas e o IPHAN, que tem reunido boa

parte da documentação histórica brasileira.

No IPHAN estavam compreendidas documentação sobre as seguintes irmandades:⁴¹

Irmandade São Pedro dos Clérigos

Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Corpo Santo

Irmandade Bom Jesus das Portas

Irmandade das Almas

Igreja do Carmo

Igreja Madre de Deus

Irmandade São José do Ribamar⁴²

Irmandade Nossa Senhora do Rosário do Santo Antônio

Irmandade Nossa Senhora do Terço

Irmandade Matriz do Corpo Santo

Celestial Confraria da Santíssima Trindade

Irmandade de Nossa Senhora da Soledade

Irmandade do Bom Jesus dos Martírios

Confraria do Senhor Bom Jesus dos Passos

Irmandade de São Sebastião

Irmandade do Divino Espírito Santo

Confraria de Nossa Senhora da Luz

Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção

Venerável Devoção de Nossa Senhora da Conceição dos Artistas

Irmandade do Santíssimo Sacramento da Boa Vista

Referente às irmandades negras a que havia maior quantidade documentação era a INSRHP, com mais de 10 caixas ⁴³ só durante o século XIX. Tais livros se dividiam entre Livro de Atas, Termos de Concordata, Cópia de ofícios e Livros dos irmãos, onde havia o registro das entradas, a proveniência de cada irmão, a cor, e se este estava em dia com os pagamentos da irmandade.

Dentre essas caixas, a caixa 20 dizia respeito ao livro de termos entre os anos de 1829 e 1853⁴⁴. Havia mais duas caixas sobre a primeira metade do século XIX, as caixas 22 e 28, que compreendiam períodos entre 1835 e 48. Para a segunda metade do século XIX, havia muitas caixas, mas cujas características textuais se assemelhavam muito às características do século XX.

Diante de uma prévia observação de toda esta documentação foi possível perceber que o livro de termos (1829-53) se apresentava de maneira singular pela caligrafia de seus autores. Enquanto que os outros livros continham textos relativamente fixos, com caligrafia bem fluida

⁴¹Vale lembrar que à metade desta pesquisa, toda esta documentação foi considerada contaminada, retirada do acesso ao público e guardada na espera de restauração. O que aumenta o valor das pesquisas com esta, vez que se esta documentação não for devidamente restaurada, pode vir a representar dos poucos dados digitalizados de tão larga documentação.

⁴²Esta realizou em suas dependências alfabetização alternativa e inovadora para a época (LUZ, 2007).

⁴³normalmente cada caixa corresponde a um livro ou a um conjunto de documentos

⁴⁴Onde estavam os termos assinados por Manoel de Barros.

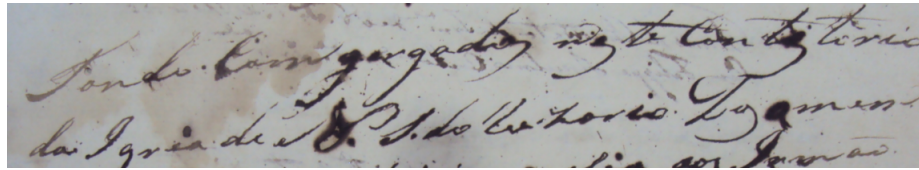
e legível, demonstrando maior familiaridade de seus autores com a tradição escrita e a arte de escrever, este livro, principalmente os primeiros termos, continham uma caligrafia insegura e de difícil acesso, com muitas variações ortográficas. Unindo essas características textuais junto à hipótese de um escrivão negro, selecionou-se este livro para a primeira digitalização. Por garantias e para fins de comparação também se fez a digitalização de outros dois livros do mesmo século, o livro de termos (1853-71) e o livro de termos (1971-79), resultando num total de aproximadamente 500 termos e mais de 4000 fotos.

Inicialmente, não se observou a necessidade de legibilidade dos termos para a digitalização, assim as fotos foram feitas por meio de um tripé que dava conta de todo o documento, mas que ficava infelizmente um pouco inclinada, o que resultou na impossibilidade da leitura e transcrição destes dados. Por isso todos os dados tiveram que ser digitalizados novamente, finalmente de forma bem sucedida.

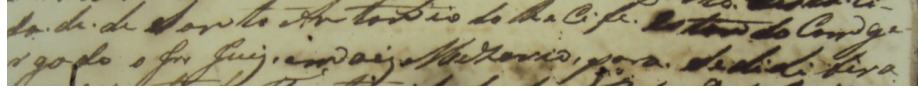
Após a coleta do *corpus* e observação do material, verificou-se que tratando-se de manuscritos, os textos do escrivão Manoel de Barros possuíam características gráficas bem peculiares, em relação às outras, a caligrafia era um pouco incerta, insegura, com muitas variações ortográficas, uma mão inábil. "Mão inábil" é termo que surgiu da tradução de *scripteurs maladroits* (MARQUILHAS, 2000, p. 235), a partir de discussões de Claire Blanche-Benveniste analisando a autoria de um texto em que os autores materiais encontravam-se estacionados em fase incipiente de aquisição de escrita. Barbosa (1999) argumenta que o conceito de mão inábil não condiz apenas com as características de grafia, mas, principalmente, os aspectos ortográficos, assim, por exemplo, um autor poderia ter pouca habilidade escrita ainda que a letra fosse bem cuidada.

No entanto, nos termos de Manoel de Barros, além da escrita bem irregular e com defnitude questionável em alguns caracteres, como o *a*, o que torna evidente a sua pouca habilidade são justamente as inúmeras variações ortográficas, mesmo para mesma palavra em ocasiões distintas. Observou-se três frases iniciadas por "Estandos congregados em Meza (...)", a primeira e a segunda escritas por Manoel de Barros, demonstrando a sua caligrafia e a sua variação ortográfica, e constituindo-o como mão inábil, em comparação a outro termo, de autoria distinta e com escrivão mais habilitado. Por consituir mão inábil, os dados selecionados foram os da autoria de Manoel de Barros.

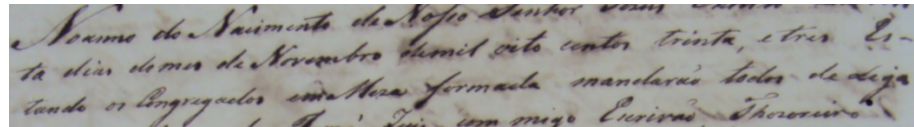
Figura 1: Exemplos de frases



Fundo. Com gageado... da Igreja de S. S. do Loureiro.



da de de Santa... go do s for...



e Noome do Nascimento... ta dia de mes...

Após a seleção dos textos do período em que o autor foi escrivão, observou-se que nem todos os textos haviam sido escritos por ele e por isso os dados foram divididos entre: (1) o grupo dos textos escritos de próprio punho, incluindo os trechos escritos de próprio punho nos demais termos; e (2), o grupo de textos escritos por diferentes autorias, mas assinados pelo escrivão, "sobreescritos" pelo escrivão, como era dito na época. Embora, o recorte de dados selecionados para a análise linguística, com base nas variações ortográficas da mão inábil, foram os trechos e termos escritos de próprio punho pelo escrivão Manoel de Barros, fez-se uma comparação gráfica da caligrafia dos autores para compreender a quem pertencia cada textos. Esta análise gerou a seguinte tabela, onde tem-se os termos assinados (mas não escrito) por Manoel de Barros, o ano em que este foi escrito e os autores A, B, C, D, E, F e ?, para aqueles em que não foi possível verificar a autoria. Também utilizou-se a notação ? para termos que pareciam pertencer a um determinado autor específico mas com dúvida⁴⁵:

⁴⁵Nota-se que os textos não estão em ordem linear, isto porque eles estão apresentado segundo a sua ordem no livro ao qual fazem parte. Assim, os termos aqui presente não incluem os demais que foram escritos na íntegra por Manoel de Barros e que estão em anexo a este trabalho, ou o Termo 5, que constituiu-se enquanto uma petição.

Tabela 2: Autores

	Ano	A	B	C	D	E	F	?
Termo 2	1829	X						
Termo 3	1829		X					
Termo 6	1830	X						
Termo 8	1830	X						
Termo 9	1830			X				
Termo 10	1830				X			
Termo 13	1831			X				
Termo 17	1831			X				
Termo 18	1831			X				
Termo 21	1831			X				
Termo 22	1831			X				
Termo 26	1832			X				
Termo 27	1832					X		
Termo 28	1832			X				
Termo 29	1833						X	
Termo 31	1832			(?)				X
Termo 32	1832			(?)				X
Termo 33	1833						X	
Termo 34	1833						X	

Fez-se, então, um recorte histórico detalhado dos fatos históricos que envolviam a documentação, como era a sociedade recifense na época em os termos foram escritos, o que era a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, quem eram seus integrantes, como funcionava o mecanismo de produção textual desta instituição, qual a tradição ortográfica do período, e finalmente, quem havia escrito os textos, e em que contexto histórico de leitores e escritores este havia se letrado e alfabetizado. A proposta parecia simples, mas atingiu certa complicação pela especificidade das questões pontuadas e a falta de estudos sistemáticos que fossem diretamente de encontro a estas. Cada ponto teve de ser considerado separadamente para que uma compreensão ampla do contexto histórico fosse possível, a documentação demonstra grande produtividade nas várias áreas da ciência humana e seria muito bom que cada tópico ainda fosse trabalho individualmente em artigos futuros para que houvesse uma complitude do tema e aprofundamento sobre cada um.

Ao trabalhar com textos históricos, principalmente de cunho burocrático, institucional, gêneros que constituíam tradições discursivas, era preciso ter em mente que texto e língua interagiam um sobre o outro nos dados, Por isso, buscou-se separar as análises em uma análise textual, que permitisse perceber o gênero em questão, e traçando um ponto inicial para estudos futuros de tradição discursiva. Foi importante discorrer sobre a teoria adotada nessa análise textual, pois as propostas analíticas entre gênero e tipo textual pareciam muito próximas, e a discussão das mesmas ainda não havia sido propostas em estudos anteriores⁴⁶, a partir idisso

⁴⁶Nesse aspecto, temos o estudo de Marcuschi (2008) que adotava visão bem diferente da tipologia textual

adotou-se a nomenclatura gênero ao invés de ata para remeter aos termos.

Essa análise textual teria se bastado se houvesse estudos anteriores que debatessem o percurso histórico dos gêneros atas e termos, o que não havia, para que este percurso histórico fosse montado seria preciso remontar as duas tradições discursivas do gênero e da ata, algo que vá muito além do escopo do trabalho, vez que dependeria de muito outros dados aqui não contemplados. O momento histórico, como será visto na análise, apontou para uma situação intermediária entre os gêneros, intergênero, segundo Marcuschi (2008).

Assim, e devido a especial raridade dos dados, o *corpus* favoreceu uma análise linguística histórica e descritiva, que a partir das considerações textuais permitiu ver com a maior clareza os aspectos estruturais da língua em diacronia. Desse modo, a descrição linguística buscou trabalhar principalmente os aspectos que diferiam da atualidade, com observação mais atenta às características que convergiam para outras análises das diferenças estruturais do PB no século XIX, como os estudos de Oliveira (2006)⁴⁷.

O trabalho foi um pouco ambicioso, mas com certeza serve de ponto de partida para busca de mais fontes e de mais análises, até mesmo destes dados, e de dados semelhantes. Os resultados e observações ainda que superficiais permitem a inserção destes fenômenos em contexto outros de descrição textual e linguística.

2.3 Paleografia

A etapa fundamentalmente histórica da metodologia foi a transcrição dos dados manuscritos em letra impressa para facilitar a leitura e a análise. Desenvolveu-se um método de transcrição pautado pelo maior rigor estético e gráfico dos vocábulos, visando uma maior contribuição linguística para as análises. Se os dados seriam analisados linguisticamente, considerou-se necessário que esta transcrição transparecesse o máximo de características textuais e gráficas para considerações textuais ou de estrutura linguística. As normas de transcrição foram muito semelhantes às adotadas por Oliveira (2006) e Acioli (2003), com exceção da decisão de distender as abreviaturas, e se encontram elencadas abaixo:

2.3.1 Normas de transcrição

1. Letras maiores ou com algum tipo de adorno são consideradas maiúsculas.
2. Deve se observar os espaços entre outras palavras, para que, de acordo com o espaçamento dado pelo autor do texto, possa se considerar dois morfemas próximos como sendo de uma única palavra (ex. Termo 4 – 1829, primeira linha, “domez”).

internacional, principalmente nos estudos do inglês, do espanhol e do alemão.

⁴⁷Nesse ponto, o trabalho em questão converge para a discussão de que além de uma possível deriva, o contato linguístico foi preponderante no processo de formação e diferenciação do PB em relação ao PE.

3. Palavras com dúvidas de descrição, sem sentido aparente, são grafadas dentro de colchetes [plvr].
4. As palavras que se apresentam parcialmente ilegíveis ou com dúvidas de grafia, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, são impressas com todas as letras entre colchetes [palavra].
5. As palavras totalmente ilegíveis para o transcritor, por razões diversas, são indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [*ilegível*].
6. As abreviaturas são mantidas na sua forma original.
7. Marcações de separação de sílaba entre linhas são respeitadas na forma original, com ou sem hífen.
9. As letras que não corresponderem a nenhuma letra específica atualmente são grafadas ou com algum símbolo para sinalizar a diferença (ex. s com sublinhado).
10. As demais questões, como ortografia e pontuação, são mantidas originais.
11. São desconsideradas as assinaturas dos termos.
12. As linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais são marcadas como [sic].
13. Caligrafias diferentes são grafados (entre parênteses).
14. Elementos para paratextuais, como paginação, são marcados entre < >.

A paleografia situa a escrita dos termos como uma escrita processada que Acioli (2003, p. 41) descreve da seguinte maneira: "A Escrita Processada é uma degeneração da Cortesã, que por sua vez constitui uma corrupção da Gótica Cursiva. A denominação 'Cortesã' deriva do fato de ter sido usada pelos escrivães da corte de Castela nos documentos régios." É a escrita de caminha, "Seu traçado rápido e despreocupado com a forma gráfica, transformou-a na escrita de mais difícil leitura em língua portuguesa." (ACIOLI, 2003, p. 226). Na temporalidade dos tipos de escrita aferidos pela paleógrafa, "A notável economia de tempo fez com que a escrita Processada se impusesse imediatamente sobre a Cortesã, usada para os documentos da chancelaria de Castela, cujo traçado, quase artístico, exigia muitas horas na execução de uma página." (ACIOLI, 2003, p.226). Embora de difícil acesso à leitura, a autora argumenta que:

A cursiva do século XIX pouco difere da atual. Quando a grafia é bem feita, a leitura é fácil e corrida. (...) Antes de qualquer comentário sobre a escrita propriamente dita, torna-se necessário frisar que a dificuldade de leitura não reside obrigatoriamente no retrocesso cronológico. Uma escrita mais antiga, por exemplo, do século XVI, pode ser mais legível do que uma do XVIII ou XIX. O inverso, contudo, é mais comum. Também, a simples mudança do século não implica a mudança de escrita. (ACIOLI, 2003, p. 62).

Assim, a maior facilidade para compreensão dos textos não é uma fórmula mágica paleográfica que resolve as dificuldades de leitura, mas sim uma maior familiaridade entre a caligrafia do escrivão e o paleógrafo responsável pela transcrição:

(...) Vale ressaltar que essas diferenças não são definitivas ou obrigatórias; raros são os textos, que submetidos a um exame mais cuidadoso, não revelam uma forma especial de cada escrivão traçar algumas letras, sílabas ou palavras. Há variáveis de um para outro, talvez por desconhecerem as regras gramaticais, pois numa mesma página de um texto, é comum encontrar-se uma mesma palavra escrita de formas diferentes. (ACIOLI, 2003, p. 62).

Logo, como se nota nas fotos dos termos, a escrita processada, em especial a de Manoel de Barros era de difícil compreensão, as letras *a* e *o* eram muito próximas e por isso, a autora deste trabalho teve de adotar alguns critérios para transcrevê-las. No caso, se não houvesse aquele traço final para baixo, ou se houvesse um traço final da letra para cima, cortando ou não o círculo, esta era considerada *o*. Enquanto que as demais atendiam como *a*. Em termos práticos, nos textos, o *o* por vezes aparece com o traço final puxado para cima como o caso Tondo, na linha 2, do termo 1, ora sem puxada final (especialmente em final de palavra) como em Contistorio, na linha 2, e o *a* normalmente apresenta a puxada para baixo como em Igría, linha 3.

Outra atenção especial teve que ser dada à letra *s*, foram observados quatro tipos de letras que se distribuem entre *s* e *z*, sendo três delas minúsculas e uma maiúscula. Afim de avaliar se há alguma correspondência fonética para esta marcação, decidiu-se por transcrever também de forma diferenciada estes tipos de letras. A diferença entre o *z* minúsculo e maiúsculo decorre nestes documentos apenas por uma diferenciação de tamanho, enquanto que com a letra *s* havia predominância de duas letras minúsculas⁴⁸, *s* semelhante a *j* grafado como "s", e *s* semelhante ao atual grafado "s" sublinhado. Escolheu-se fazer assim, porque a notação "s", de *s* semelhante a *j* era a mais comum nos documentos escritos de próprio punho por Manoel de Barros. E, havia uma maiúscula com grafia diferenciada (e não apenas pelo seu tamanho). Outra observação é a presença de "ss" em alguns documentos que são grafados em um símbolo único que teve sua origem em um "ss" manuscrito, estes casos serão grafados como "ss".

O *e* e o *i* se diferenciam pela presença de ponto em cima do "i", como em di 1829, na linha 1, do termo 1. O " ~ " virá grafado sempre que houver sinal acima de letra com nasalização e se estenderá pelas letras que o sinal se estender como em Irmão, na linha 5. O *u* e o *v* possuem grafias praticamente idênticas nos textos escritos por Manoel de Barros, contando também com outra letra *v* em contextos específicos, que não se confunde com *u*. Assim, deu-se preferência à notação mais próxima possível do original. Também convencionou-se por o ponto final, notação típica do escrivão Manoel di Barros, próximo a palavra da esquerda, embora por vezes este se apresente exatamente entre as duas palavras.

Para palavras que sejam ou não inteligíveis, e que não possuam visibilidade algumas letras, foram transcritas o mais próximo ao original, entre colchetes. Em busca de pistas fonéticas e gráficas da época para a análise linguística, propõe-se uma transcrição o mais próximo possível do original, mas que permita uma acessibilidade maior para o próprio autor e para os leitores

⁴⁸Houve um documento em que houve um *s* que foi transcrito como *z* sublinhado devido à peculiaridade de grafia do escrivão

do mundo contemporâneo. *[ilegível]* será utilizado apenas em casos em que não seja possível perceber ao certo nenhuma das letras da palavra manuscrita.

Pela pouca quantidade de dados é bom frisar que esta pesquisa tem fundamentação na análise qualitativa, e não quantitativa. Os dados, embora poucos, fazem parte de um conjunto privilegiado de pistas históricas sobre uma realidade pouco explorada nos artigos acadêmicos, pelo menos enquanto descrição linguística. Por isso, pretendeu-se descrever ao invés de analisar, pois a pouca quantidade de dados não permitiu generalizações quanto à língua da época, nem mesmo sobre a língua do escrivão devido a sua baixa representatividade quantitativa, mas aponta em direções das possíveis diferenças desta variedade para outras.

Abaixo, vez que não distendemos as abreviaturas por serem previsíveis e de conhecimento atual, exponho a tabela de abreviaturas encontradas nos textos junto das suas respectivas distensões:

Tabela 3: Tabela de Abreviaturas

Abreviatura séc. XIX	Palavra estendida	Localização
[D I N.º]	?	MB, 1.8
adº.	a dita	MB, 23.6
deN.	de Nossa	MB, 4.2; MB, 7.7
Dº.	dito	MB, 24.13
D.or,	Doutor	MB, 1.8
I'mandade	Irmandade	MB, 4.7
Irm ^{da}	Irmandade	MB, 4.10; MB, 7.13 ; MB, 19.13; MB, 30.13
I.	Irmão	MB, 4.4; MB, 4.8; MB, 14.1; MB, 30.5
Irr	Irmão	MB, 7.6
Ir,	Irmão	MB, 7.16
Ir.	Irmão	MB, 7.10; MB, 11.3; MB, 11.6; MB, 14.12; MB, 15.3; MB, 16.5; MB, 16.8; MB, 24.3
Ir	Irmão	MB, 11.7; MB, 12.4; MB, 14.5; MB, 14.6; MB, 15.8; MB, 23.4
I ^r .	Irmão	MB, 12.7
M ^{el} .	Manoel	MB, 15.3; MB, 15.8; MB, 24.15
N.	Nossa	MB, 1.5; MB, 4.5; MB, 12.4; MB, 19.4; MB, 24.5
N	Nossa	MB, 7.4
8Cento	oitocentos	MB, 16.2
8bro.	Outubro	MB, 24.7
p ^a	para	MB, 1.9
pa.	para	MB, 4.4
pa.	para	MB, 14.13
P ^{or} .	Procurador	MB, 11.3; MB, 14.1; MB, 15.3
P. ^{or}	Procurador	MB, 11.8; MB, 12.2

Tabela 3 - Continuação: Tabela de Abreviaturas

q ^e .	que	MB, 11.14; MB, 11.15; MB, 14.13; MB, 16.8; MB, 23.10
q ⁻	que	MB, 16.5
q ^e	que	MB, 23.9; MB, 30.13
q ⁱ aCima.	que acima	MB, 11.16
R ^e .	Recife	MB, 4.3; MB, 19.5; MB, 24.6
S.r	Senhor	MB, 1.8
S.	Senhor	MB, 4.3
S ^r .	Senhor	MB, 11.6; MB, 12.4; MB, 14.4
S.	Senhor	MB, 19.5; MB, 24.6
S.	Senhora	MB, 1.5; MB, 19.4; MB, 24.5
Snr ^a .	Senhora	MB, 4.2
Snr. ^a	Senhora	MB, 4.5
Snr ^a .	Senhora	MB, 7.4
Snr. ^a	Senhora	MB, 7.7
Sns ^a	Senhora	MB, 11.13

Nota-se que as palavras selecionadas fazem parte do vocabulário comum de qualquer pessoa, e não de uma variedade cheia de jargões, típicos, por exemplo, da documentação oficial do século XVII. Em relação à caligrafia, como os escrivãos do século XVII recebiam treinamento ou praticavam muito para exercerem sua função, a caligrafia do século XIX pode se mostrar mais complicada de decifrar pelo menor treinamento dos viventes da época, decorrente de um maior acesso à escrita. Assim, concluiu-se as observações pertinentes à transcrição dos dados, neste trabalho ficaram em anexo todas as transcrições dos termos escritos de próprio punho pela mão inábil de Manoel de Barros, e o termo, escrito por outro autor, da sua eleição vitoriosa para juiz da irmandade.

2.4 Hipótese sobre escrivão afro-descendente

Manoel de Barros era irmão da INSRHP e enquanto escrivão não havia certeza sobre a sua ascendência, embora como irmão de uma irmandade de homens pretos já despontava como membro desta comunidade. Veio depois a se tornar juiz, cargo de respeito e prestígio, era muito provável que este fosse afro-descendente ou africano. A INSRHP era uma irmandade muito tradicional e com função política importante, por exemplo: para a coroação do Rei do Congo, e com a presença do Governador dos Pretos em algumas das reuniões (MAC CORD, 2005). Assim, dificilmente o cargo de juiz seria ocupado por um branco, e que será discutido junto ao compromisso da irmandade e os deveres dos irmãos⁴⁹

O século XIX foi um século propício para a alfabetização/letramento de escravos, primeiro pela maior integração social devido a urbanização e à prática dos escravos de ganho, que

⁴⁹Além disso, haviam várias irmandades brancas, que não davam espaço nem para negros, ou escravos, sendo assim as irmandades de pardos e pretos eram mecanismos únicos, nessa sociedade estratificada.

detinham maior autonomia enquanto indivíduo, e também permitia que este recebesse uma quantia da sobra do dinheiro que devia ao seu senhor.

Nas senzalas, os escravos ficavam mantidos segregados da sociedade portuguesa colonizadora, e separados dos herdeiros e senhores de engenho que ficavam nas casas coloniais somente a controlar suas propriedades. No entanto, este ambiente reservou mais espaço às línguas africanas ou até línguas crioulas, no interior das senzalas, nas cidades com o maior contato entre as pessoas isso era bem estigmatizado, e com a política linguística brasileira que sempre favoreceu a língua da colônia⁵⁰, as pessoas podiam ser punidas por falarem suas línguas nativas⁵¹. Em Pesqueira e outras regiões do interior com forte migração africana em virtude da escravidão, até o século XX mantiveram crioulos africanos falados no cotidiano, no dia-a-dia das suas comunidades, o que pode ser contrastado com a realidade das cidades maiores, que durante o século XX registraram tais línguas em rituais e cultos religiosos.

Tratando, então, da realidade das cidades, local da irmandade, percebe-se que muitos destes africanos antes confinados à marginalidade linguística, agora, durante a primeira metade do século XIX recebiam incentivos econômicos e sociais para aprenderem o português. Ao contrário de outras regiões brasileiras onde as línguas gerais chegaram quase que a substituir o português, em Pernambuco não se tem registro desse tipo de atividade. A sociedade pernambucana, até a expulsão dos holandeses e dos judeus no fim do século XVIII, era uma sociedade cosmopolita e multilinguística, onde havia a coexistência de muitos povos com relativa independência cultural entre si. Os holandeses, por exemplo, ao serem expulsos, levaram a tecnologia dos engenhos para as Antilhas, que na época era o que havia de mais avançado para o refinamento de toda a cana de açúcar produzida pelos latifundiários, portugueses e descendentes.

O que leva a crer, até pela percepção das diferenças estruturais e fonéticas, que o português pernambucano se constituiu, assim como o português brasileiro, como essencialmente de contato. Foi o português a língua franca falada pelos habitantes dessa terra nas relações comerciais internas e com a metrópole. Isso era ainda mais forte para a geração afro e brasileira do século XIX. Diante dos processos abolicionistas, muitos destes indivíduos tiveram chance de se integrar a sociedade, mesmo considerando todas as dificuldades, fosse de forma econômica ou mesmo política. Assim a habilidade de ler e escrever tornou-se um dos mecanismos de integração, e como as irmandades religiosas, que funcionavam como instituições de representação africana no mundo todo, já eram uma constante na ascensão social dos cativos e forros, não parece tão razoável que até este momento estas ainda fizessem uso de escravos brancos para efetuarem as suas atas.

Concluiu-se então que a possibilidade do escravo ser no mínimo afro-descendente, até mesmo africano, e definitivamente negro, era muito plausível, estabelecendo o português por ele

⁵⁰Em detrimento inclusive de outras línguas européias.

⁵¹Cabe dizer que o pai da bisavó da autora, que era japonês e havia aportado no Brasil no início do século XX, chegou a ficar alguns meses preso por estar falando japonês na rua.

escrito como fruto legítimo da variedade popular daquele momento. Apesar de ser de origem afro-brasileiro, o seu português, não é considerado afro-brasileiro, porque o termo remete ao português falado pelas comunidades de afro-descendentes isoladas. Neste caso, é provável que Manoel de Barros tivesse características de um português falado pelos habitantes da cidade, já que o isolamento das comunidades neste contexto era bem menor.

3 Recife, a Raiz Africana e as Irmandades

Eu canto coco, toco no maracatu...
 Também gosto de cirando, cavalo marinho de Norte a Sul.
 Sou pernambucano, não importa onde estiver.
 Apesar do cotidiano eu vou lavando o meu axé.

Coco dos pretos, comunidade Chão de Estrelas do Recife.

Recife é uma cidade quente, úmida e poética. Não há quem não se encante com sua vida cultural hiperativa, embebada pela tradição brasileira, grande provedora dos tempos iniciais da nossa história e cultura. Inspiradora de uma série de poemas e estudos, a cidade das águas deixa qualquer observador boquiaberto, entretido e afixionado pela realidade que o cerca na sua mais colorida, nua, crua e fatal realidade. A cidade reflete sobre si, pertencente e apegada a cada detalhe mais sórdido e incrível que já se passou por estas pequenas ruas do centro, e na sua vizinha Olinda.

Erguida dentro de um regime colonizador predatório e posteriormente escravista que avançou e disseminou toda a sua cultura e força para desbravar as novas terras e erguer novos impérios, a cidade não nega o que é e o que foi. A veneza brasileira certamente marca pela sua alegria de viver que não tem fim, seja num bater de tambores ou num frevo bem animado, palmas ou soundsystems bem preparados, há música, dança e alegria por todos os lados. Não são pouco os que já se apaixonaram ou se surpreenderam com ela.

Relato de autoria própria⁵².

3.1 Recife

A história de Recife e de Pernambuco remontam, na verdade, à origem do Brasil. Segundo Guerra (1992), foi comprovado por historiadores, via remanescentes de registro da estada destes e via documentação da época, que, concomitante a vinda de Pedro Álvares Cabral em 1500, aportaram no Brasil quase que simultaneamente dois espanhóis, Vicente Yañez Pinzon e Dieego de Leppe. Pinzon aportou próximo às praias da atual cidade do Cabo de Santo Agostinho, e mesmo levando 350 quintas de pau-brasil para justificar a sua vinda perante as cortes espanholas, não teve a sua descoberta divulgada nas cortes do Velho Mundo. Diante da grande competição entre as potências das grandes navegações, principalmente Portugal, e depois de acordado o Tratado das Tordesilhas em 1494, não era interessante que tal aventura fosse veiculada, por poder levar a questões burocráticas. E foi assim que se deu no Brasil uma colonização portuguesa.

⁵²Inspirada pela cidade e pelo trabalho, a autora desta pesquisa escreveu dois parágrafos literários que ficam como o relato da sua vivência no Recife entre os anos de 2011 e 2014.

Após algumas idas e vindas da colônia nas primeiras três décadas do séc. XVI, Portugal preparou ao Brasil uma colonização inspirada no sistema feudal e dividiu-o em capitânicas. Duarte Coelho, portador de alguma nobreza, e tendo servido sob as ordens de Vasco da Gama e de Afonso Albuquerque, foi recomendado por este à Sua Majestade, após contrair matrimônia com Dona Brites de Albuquerque, e assim ficou responsável por ocupar e colonizar as novas terras. Em 1534 ganha a Carta Régia de Doação, que concedia o direito e usufruto da região, e aporta à 9 de março de 1535 com sua esposa em Pernambuco, uma capitania de costa até então ocupada por índios Potiguares, Tabajaras, Caetés, Abacoariaras, Mariquitos, Chucurus, Vouvés e Pipianos.

Pêra-Nhambuco⁵³, como, em hipótese, chamavam os indígenas à região que aportou Duarte Coelho, significava Pedra Fundada ou Buraco, devido à abertura que há nos extensos arrecifes naturais de pedra ali existente, e por onde entravam os navios. Inicialmente, por este nome se fazia alusão, não à barra do Recife, mas a de Itamaracá. Esse primeiro século foi marcado por muitas batalhas e acordos com os indígenas, disputa de terras com os franceses, até que a hegemonia de Pernambuco se consolidasse no início do séc. XVII. Nesse sentido, Recife foi filho prodígio da região chegando a superar a sua irmã mais velha Olinda e funcionando como principal entreposto comercial do açúcar até a sua desvalorização (GUERRA, 1992, p. 29).

Segundo Silva (1992), na sua fundação em meados no início do século XVI, era uma povoação conhecida como "Povo dos Arrecifes", se detinha apenas a uma pequena ilha localizada entre o mar e os rios Capibaribe e Beberibe, na região que atualmente antede por Bairro do Recife. Funcionou como porto natural com uma muralha de arrecifes abrigando caravelas, naus e urcas⁵⁴. Teve grande importância nas relações comerciais com o norte da Europa pelo comércio de açúcar, e foi mencionado em muitos dos documento do século XVI e início do século XVII.

A riqueza do açúcar da capitania ficou muito conhecida na Europa, despertando a atenção tanto de piratas como saqueadores de outras potências⁵⁵, e foi assim que em 14 de fevereiro de 1630 aportou nas costas de Pernambuco, através da Companhia das Índias Ocidentais e depois de uma tentativa de invasão da Bahia em 1624, o almirante holandês Hendrick Corneliszoon Lonck, com 65 embarcações e 7.280 homens. Os holandeses escolheram Recife como sede de seus domínios⁵⁶ e na noite do dia 25 de novembro de 1631 decidiram por fogo à sede da capitania, Olinda.

O conde João Maurício de Nassau chegou ao Brasil em 1637 e aqui permaneceu até 1644, tempo curto para uma impressionante produção artística e científica dos membros de sua missão, incluindo a projeção, por Pieter Post, de uma nova urbe na ilha de Antônio Vaz, onde os

⁵³Esse não é um conhecimento muito preciso em termos linguísticos, mas vale a menção de uma possível memória histórica.

⁵⁴De origem alemã, "urcas"(em alemão e inglês /texithulk) eram navios fortificados grandes e pesados, ideal para grandes cargas que foram comprados pelos comerciantes portugueses para protegerem sua mercadoria de saques nas viagens transatlânticas (SILVA, 1992, p.11).

⁵⁵O que levou os portugueses a comprar barcos mais seguros e mais armado, as urcas.

⁵⁶Assim sendo até 1657 (SILVA, 1992, p. 14).

franciscanos haviam erguido o convento de Santo Antônio, uma ponte ligando o bairro do Recife à nova cidade e dois palácios: de Friburgo e da Boa Vista. Esta nova cidade ficou inicialmente conhecida como a cidade Maurícea, ou *Maurits Stadt*⁵⁷. Com uma população estimada em 8 mil pessoas, em 1709 a região será nomeada Vila de Santo Antonio, no governo de Sebastião de Caldas.

A estadia de Nassau e sua missão foi fundamental para a fama do Recife, atraindo muitos visitantes, incluindo o biólogo Charles Darwin, que já demonstrava antipatia às terras brasileiras, por ser aqui, "terra de escravidão", acusando-a de "aviltamento moral"(SILVA, 1992, p. 166). No fim do século XVII, Recife já era muito disputada pelos governadores portugueses que ocupavam o Palácio de Friburgo, em detrimento da sede da capitania, Olinda. A frota da Companhia do Comércio movimentava o Recife quatro meses por ano, obrigando governador e ministros a se transferirem de Olinda para dar maior assistência ao embarque das mercadorias. Surgiu então a famosa rivalidade entre os senhores de terras de Olinda e os negociantes de Recife, que até hoje pode ser notada nos habitantes das cidades, ainda mais que, por vezes, alguns turistas desavisados confundam Olinda com um bairro de Recife.

Toda a região do Nordeste, durante os tempos da colônia portuguesa, foi moldada pela escravidão e funcionou, principalmente, com a produção de açúcar, e em menor escala, couro⁵⁸. Diante da ameaça de revoltas de escravos e criação de quilombos, havia um cuidado para que a quantidade de escravos africanos e depois nativos não ficasse muito superior a quantidade de senhores, e de pessoas livres em geral. Nesse sentido, percebe-se que a grande quantidade de importação de escravos africanos demonstra um pouco do que foi comum a várias colônias portuguesas, e as colônias criadas a partir das relações mercantis de produtos e escravos na América e na África.

Mesmo assim, na floresta que serpenteava o eixo urbano de Recife e Olinda, formou-se um quilombo liderado por um negro chamado Malunguinho, muito comum na tradição oral das dos cantos associados ao Culto da Jurema (CARVALHO, 2010, p. 7). Malunguinho era a palavra usada para designar os escravos dos mucambos das matas do Catucá, assim como também era chamado o seu chefe, e o seu principal aldeamento era o dos Macacos. (LINDOSO, ed. 2005, p. 283).⁵⁹

Se há uma falta de relatos sobre revoltas e levantes de escravos no Recife, com algumas notas que se pode explorar em Carvalho (1998). Os relatos da interação entre escravos brasileiros e africanos, mulatos livres e brancos livres no centro essencialmente comercial do Recife foram muitos. Mesmo já tendo passado por várias mudanças como as reformas feitas pelo Conde da Boa Vista que "abriu ruas, colocou água encanada, construiu novos edifícios públicos"(CARVALHO, 2010, p. 9), quem anda pelas ruas do centro ainda sente aquele ar de século XVII, com edifícios da época entre vielas e beco apertados, e, em dias de chuva, se

⁵⁷Sobre a descrição geográfica e histórica do Recife, conferir também Carvalho, 2 ed., 2010, capítulo 1

⁵⁸Sobre esse assunto conferir Ribeiro Júnior, Colonização e monopólio no nordeste brasileiro, 1976.

⁵⁹Sobre o quilombo de Malunguinho conferir a obra de Lindoso, 2005.

pode sentir como a região remonta ao passado, com a maré alta dando ares dos tempos das navegações.

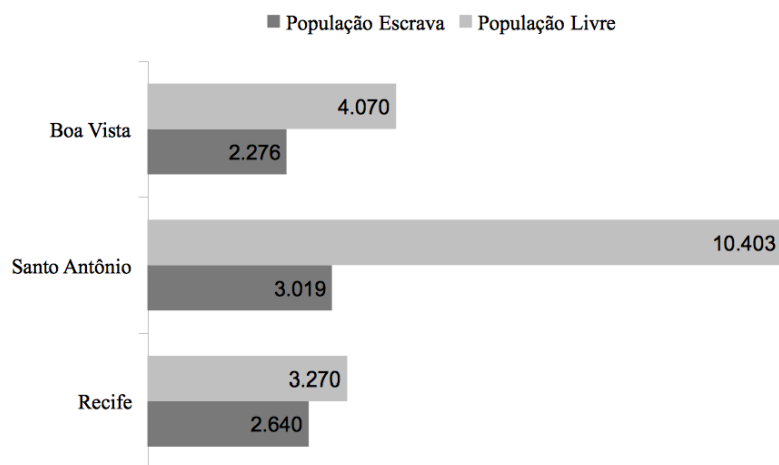
3.2 Realidade sócio-histórica do Recife no séc. XIX

O livro de Carvalho (2010) é a principal obra de referência para aqueles que querem mergulhar de forma mais profunda na história do Recife sob a ótica de vários aspectos socioeconômicos dos meares do século XIX. Alguns pontos deste estudo serão propostos como eixo deste subtópico onde procuraremos situar a realidade social do Recife, com ênfase para as marcas da escravidão neste contexto, na perspectiva do trabalho, da religião e das organizações civis da época, confrarias, associações, irmandades e ordens terceiras, em busca, mesmo que brevemente, de situar o leitor sobre quem eram os escravos que viviam no Recife, Santo Antonio e Boa Vista, e em alguns aspectos, Olinda. Com o que trabalhavam, uma vez que durante o século XIX já estavam fora das fazendas açucareiras com suas senzalas, como se reuniam, em quais instituições e como estas foram fundamentais para a organização sociopolítica do período. As coroações do Congo e as festividades que davam espaço, mesmo que polêmico, à resistência da cultura africana e afro-brasileira.

Para explanar sobre o período, o autor se utiliza do estudo estatístico de Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, no seu *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco.*, (1852), neste, Mello contabiliza uma série de indivíduos que vivam nos municípios do Recife, Santo Antonio e Boa Vista. Atualmente, estes representam bairros do Recife, no estudo de Silva (1995, p. 20) é interessante observar que a Vila de Santo Antônio do Recife, constituída pelo bairro de São Pedro Gonçalves (o bairro do Recife) e por Santo Antônio, inicialmente, era parte de Olinda e separou-se desta no ano de 1709, ou seja ambas as ilhas, nas devidas dimensões da época e com as ressalvas históricas da sua constituição, eram de fato o mesmo povoado.

Carvalho (2010) sintetiza a análise quantitativa de Mello (1852) em alguns quadros bem claros que nos dão uma boa dimensão de quem eram os habitantes de Santo Antonio na época. Uma vez que este era o bairro em que foi erguida a igreja da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos, e era lá onde aconteciam as suas festividades, procurou-se restringir as observações a esta localização. Traçando uma comparação entre as três "ilhas", o autor mostra que era Santo Antonio o lugar onde se concentrava a maior parte da população, adaptando o "quadro 2" da página 52 de Carvalho, a população absoluta contava 25.678 pessoas, destas 11,75% dos escravos estavam no Santo Antônio, contra 8,86% na Boa Vista e 8,81% no Recife. Assim como 40,5% dos livres estavam no Santo Antônio, contra 15,85% de livres na Boa Vista, e 12,73% de livres no Bairro do Recife.

Figura 2: População do Recife



Vale ressaltar neste momento histórico, que tornava-se difícil avaliar a cor do indivíduo, se branco, mulato ou negro, já que a sociedade se reorganizava não mais pelas relações de cor, mas principalmente pelo status de liberdade. Klein (1995) mostra que nesse período os mulatos atingiram status social de mais prestígio antes dos escravos africanos, e isto se deu pela libertação dos mesmos, levando em consideração que era fundamental para que a alforria se desse via batismo que o pai fosse branco. Isso com certeza foi um importante veículo de emancipação de escravos durante o século XIX, ainda mais porque é possível ver nos gráficos do subtópico "Demografia social" a queda vertiginosa da quantidade de escravos. Se comparadas com as compras de escravos entre regiões, as contas não batem, a crescente quantidade de livres se explica, então, por mecanismos como batismo, compra da alforria e ganho da alforria. Inicia-se, assim, a compreensão das mudanças iminentes do período.

Quanto a natureza do trabalho escravo na região, Carvalho (2010, p. 53) explicita: trabalhos da zona portuária, executado principalmente por homens, e escravos de ganho e de aluguel, em serviços de trabalho braçal (nas casas de exportação e importação), além de serviços de carpintaria, funilaris, demais trabalhos artesanais, e algumas atividades domésticas como no trato de cavalos, nas conoas, entre outros. As mulheres predominavam como escravas domésticas, nas funções de mucamas, cozinheiras, lavadeiras e amas de leite, e também nas feiras semanais e no intenso comércio ambulante. É de se salientar que essa essência comerciante ainda é muito notada, principalmente na "Cidade" como é conhecido a região central do Recife, e também é fundamental em regiões ermas e afastadas da cidade, por haver uma ausência de mercados maiores e com amplo horário de funcionamento. Por todos os lados se vê barraquinhas prestando os mais variados serviços, como os de chaveiro, sapateiro, costura, fotocópias, venda de industrializados, manufaturados, com uma predominância de vendinhas de comida e bebida, cocadas, espetinhos, e bebidas. Chama muita atenção os carrinhos de som que vagam expalhando barulho e as novas tendências mais populares da música local. O preço é negociado na hora, embora haja um taxa fixa, ela varia muito pela

oportunidade e momento, aceitam os termos vendedor e negociante, ou não, e o negócio é feito.

Surpreende o fato de que, nesta época, o autor mostra que: enquanto nas áreas de engenho de um quarto a um terço da população era escrava, no bairro do Recife, tinha-se quase meio a meio. Quando se percebe a intensidade do trabalho escravo na região, isso se torna mais compreensível. Um resultado prático desta observação é que o eixo econômico, ainda mais com o processo da queda do açúcar, veio se deslocando para o centro urbano, algo que vai se aprofundar e se consolidar para o Brasil de modo geral no séc. XIX. Além disso, Pessoa (2003, p. 82) considera a chegada da família real no Brasil, como catalisadora da formação de centros urbanos, em especial consideração pelo Recife, apontando para dois aspectos: "primeiro, favoreceu o comércio com o incremento da exportação; segundo, possibilitou, o intercâmbio com outras nações europeias". Ainda na perspectiva do último autor, no século XIX, há o processo de transição entre a vida rural e a urbana, ainda havendo algum equilíbrio entre elas. Assim como se intensifica a presença de viajantes e novos imigrantes pela ascensão da colônia em metrópole, pelo menos para aquele período, esses novos contatos afetariam as características linguísticas das variedades urbanas, sendo combustível para a sua formação e consolidação.

Compreender a cidade durante o período de produção dos textos em questão, como o pano de fundo dos acontecimentos, por vezes parece tão complexo quanto entender os textos em si. Entre 1800 e 1850, a cidade estava tudo menos pacata e tranquila. Na capital de Pernambuco a agitação e as revoltas que eclodiam a todo momento deviam certamente impedir que os moradores tivessem noites de sono tranquilas e seguras⁶⁰. A primeira metade do século XIX foi bastante produtiva nesse sentido tendo grande quantidade de insurreições liberais durante o período. As três mais marcadas foram a Insurreição em 1817, a Confederação do Equador em 1824, finalizando com a Praieira em 1848 (Carvalho, 1998). Sabe-se que houve vários outros levantes de maior e menor importância, e especificamente sobre os levantes de escravos, Carvalho (1998) explicita essa temática pontuando alguns outros ocorridos durante a época e chamando a atenção para a falta de estudos mais profundos sobre o assunto, no caso do Recife.

Quanto à população local, Carvalho (2010, p. 75) nos mostra como a população cativa manteve-se quase a mesma, enquanto que a quantidade de "livres" havia dobrado. A cerca deste fato, o autor argumenta sobre a imigração de indivíduos de outras províncias para o Recife, principalmente de Olinda, como já vimos, e também Goiana, uma vez que nem o tráfico de escravos, a essa altura já bem desacelerado, e nem o crescimento natural explicariam a expansão de tal camada. Ao observar-se os quadro 11 e 13 do livro de Carvalho (2010) percebe-se claramente o declínio da atividade do tráfico negreiro em Pernambuco, indo de um máximo de importação de 7802 escravos em 1819 (tratando aqui somente dos dados do tráfico legal de escravos) a 58 em 1850, chegando mesmo a 0 nos anos de 1821, 1847/48, 1849/50. Confrontando estes dados com os de Klein (1995), nota-se que isso não foi realidade para todo o país. Articulando algumas hipóteses, um primeiro motivo seria que Pernambuco quando comparado com outras províncias já não tinha um economia tão forte que incentivasse

⁶⁰Ainda hoje esse sentimento de busca e luta marca as relações sociais recifenses, nos protestos e nas greves.

a importação de escravos, o destino mais comum para os escravos no século XIX seriam as minas do Centro-Oeste ou mesmo as fazendas cafeeiras do Sul e Sudeste. Outro motivo foi a ascensão dos mulatos e a expansão das ideias abolucionistas.

Quanto ao apelo social do letramento, Carvalho elabora muito bem no seu capítulo 10 (2010) sobre o *status* social do século XIX não estar vinculado só a uma questão de cor, mas também ao letramento dos indivíduos. Esse letramento será discutido no capítulo 3, e para entender os mecanismos de sua aquisição pode-se recorrer às instituições formais, e às ordens terceira, associações de artífices, confrarias e irmandades. Tais instituições funcionavam como entidades de assistencialismo, fossem apenas no sentido trabalhista de se aprender uma profissão, ou no sentido religioso de celebrar cultos, garantir funerais, até mesmo auxílio doença. Mesmo agindo em função de manter a estrutura vigente, e por isso terem sido consideradas muito polêmicas pelos estudos socialistas do fim do século XX. Essas instituições constituíam um dos poucos espaços de "liberdade" para um cativo, o direito de celebração era garantido pela metrópole desde que essas não fossem atribuídas à movimentos revolucionários, e por isso, inclusive, era vetada a participação de qualquer envolvido em levantes. Ter um cargo ou participar de uma entidade destas era motivo de grande prestígio pessoal entre os pares da comunidades, e foi dentro deste espaço que se produziram os textos em questão para esta pesquisa. Assim o próximo subtópico se dedica a explicar sobre a origem e atuação dessas irmandades, dando sempre ênfase ao caso do Recife, e aprofundando mais sobre a INSRHP.⁶¹

3.3 Irmandades

Assim como Levi (2006, p.8), neste trabalho serão considerados "indistintamente, os termos agremiações leigas, associação religiosa, confraria, instituição laica, instituição pia, irmandade, grémio e Ordem Terceira". É claro que há sentido histórico em haver tantas distinções de nome para tais instituições religiosas da era colonial, as irmandades, de modo geral, foram remanescentes das antigas corporações de artes e ofícios, assim como as ordens terceiras seriam associações vinculadas às tradicionais ordens religiosas medievais, como franciscanos e carmelitas, já o que caracterizaria a confraria seria a participação leiga no culto católico⁶², mesmo que num primeiro não se considere as suas respectivas distinções, na segunda parte se avalia especificamente a história da INSRHP.

Segundo Assis (1988, p.26), a função de "assistência caritativa", remonta à origem das próprias irmandades. Durante os séculos XII e XIII, a Europa passou por uma série de mudanças estruturais que envolviam o declínio da produção feudal e o crescimento do comércio internacional, conseqüentemente, o crescimento das cidades, e o início de algumas indústrias

⁶¹Uma vez que este trabalho se dedica a preencher a lacuna histórica dos povos afro-brasileiros de Pernambuco, não será levado em consideração a formação e atuação de irmandades brancas.

⁶²Sobre esse tópico ver a tese de Valéria Gomes Costa, *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife, 1846-1890*, Recife: O Autor, 2013, e o trabalho de Maria Aparecida Quintão, *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*, 2002, São Paulo: Fapesp.

leves, principalmente tecelagem e produção de fios, leva ao fim da produção artesanal rural, resultando em migração. Mais especificamente para Portugal, a autora lembra do período de tempo entre 1188 e 1496 em que foram registrados vinte e dois surtos de praga, o que gera um problema para o enterro de mortos. Essa observação merece certa atenção vez que a necessidade em enterrar seus mortos também será um aspecto importante na origem das irmandades brasileiras.

De comum acordo entre Assis (1998) e Quintão (2002) seria a facilidade de segregação de cor que estas instituições formavam e legitimavam, agindo como instrumento de ação social. Uma vez que as irmandades desde o seu passado medieval, como argumenta Quintão (2002), tinham o princípio central de culto e assistência mútua, neste sentido a autora mostra a diferença entre as corporações de ofício e as irmandades, as primeira atendiam com assistência mútua membros organizados segundo um interesse profissional, já as irmandades eram formadas por leigos, sem restrições de qualificação profissional e sem distinção social. Uma das diferenças entre as irmandades antigas e as irmandades dos tempos da colônia é que estas, em geral, tinham cunho religiosas, fosse em Portugal ou Brasil, e conferiam prestígio ao seus membros, qualquer um podia entrar na comunidade desde que pagasse a "matrícula" e que fosse par dos demais membros. Socialmente falando a distinção mais clara desse período era a cor do indivíduo, portanto havia a premissa de que os pares seriam indivíduos de mesma cor, conforme previsto no compromisso⁶³.

Para fundar-se uma irmandade era preciso um regimento que na época era conhecido como compromisso, onde todas as regras de funcionamento deveriam ser descritas. Era possível fazer a mudança destes estatutos desde que esses fossem enviados a Lisboa e aceitos pelas autoridades. No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa é possível encontrar mais de cinquenta compromissos, o que mostra a grande produtividade destas instituições durante a época das colônias portuguesas. Há também inúmeras petições, entre as mais comuns: permissão para construir novas igrejas destinadas à população africana, criação de irmandades maiores, sobretudo da fusão de outras duas, extensão dos privilégios funerários para novas irmandades e queixas contra alguns membros do clero, em sua maioria por aumentos de preço de alguns serviços religiosos (LEVI, 2006, p.8).

Existe muita polêmica se estas irmandades foram uma maneira de acalmar os mais rebeldes, uma vez que irmãos tidos como revolucionários, ou com passagem pela polícia, em geral, não podiam se tornar membros destas, muito menos alcançar cargos de relevância. Em contrapartida, como o vaticano não realizava vistorias constantes nas igrejas de negros e pardos do Brasil, havia uma certa permissividade nestes espaços como forma de resistência da cultura africana. Muitos foram obrigados a manter uma relação amistosa com a Igreja Católica, uma vez que a pessoa quando considerada "boa cristã" deixava de ser perseguida pela sua origem étnica e conseguia maiores liberdades individuais dentro das instâncias de poder.

A Igreja, assim como a escrita, funcionaram como mecanismos de ascensão social para

⁶³Para este estudo, conferir compromisso da INSRHP do Recife e das demais irmandades.

indivíduos marginalizados da sociedade e isso se reflete nos tempos modernos, uma vez que a religião ainda é motivo de confronto e preconceito tanto dentro do Brasil quanto nas relações culturais entre diferentes países. Adotar a religião católica, ou aprender a ler e escrever, não era um fim em si mesmo, não se tratava apenas ter fé na religião católica, mas sim atingir as graças do estado colonizador afim de buscar melhores condições de vida. Por isso muitos pesquisadores tomaram posicionamento político sobre essa temática ora pondo as irmandades a favor da colonização e como mecanismo de aculturação do português, ora como forma de resistência, onde foi possível fazer com que vários ritos, símbolos, músicas e memórias culturais sobrevivessem diante da pressão de homogeneização cultural do império.

3.4 Irmandades religiosas de homens pretos

Ha três pontos que convergem nos estudos históricos em relação às irmandades de negros, cativos ou forros, no Brasil: (1) as irmandades, enquanto instituições coloniais; (2) os reis e rainhas do congo; e (3) as festividades e celebrações.

O culto à Nossa Senhora do Rosário teve início na França durante o século XIII (1213), primeiramente numa briga entre senhores feudais pela região de Albi no Sul, Domingos de Gusmão teria recebido da Virgem um método de oração que contava com a ajuda de contas unidas por um cordão pra a invocação (SIMÃO, 2010, p. 27). Existem duas referências sobre a fundação da primeira Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, uma data de 1409 e foi na cidade de Düsseldorf na Alemanha com o nome de "Irmandade das Alegrias de Nossa Senhora, para irmãos e irmãs do Rosário" (JURUÁ, 2011, p.70), a segunda e mais conhecida é a Confraria do Rosário da cidade de Colônia, também na Alemanha que data de 1475 (SIMÃO, 2010, p. 27). Mas a confirmação da Nossa Senhora do Rosário como padroeira das conquistas espirituais, associada à luta dos católicos contra os infiéis, virá com a vitória dos cristão sobre os turcos (acabando com o domínio turco no Mar Mediterrâneo) que ficou conhecida como Batalha de Lepanto (SIMÃO, 2010, p. 28), trezentos anos depois, em 1571. Em 1573 o papa Pio V criou a festa do Rosário em honra a Nossa Senhora da Vitória, que depois virá a ser Nossa Senhora do Rosário, "O sucesso da batalha propiciou a libertação de mais de vinte mil escravos cristão" (JURUÁ, 2011, p. 69), daí haver uma forte ligação entre a Santa e a libertação de cativos.

Isso em si já seria uma pista desta ligação entre a Santa e os escravos, no entanto, ao recuperar algumas pesquisas sobre o assunto percebe-se que há ainda outros aspectos anteriores ligando a Santa ao continente africano, especialmente ao Congo e Angola. Um primeiro aspecto que favoreceu desde o início esta associação foi a semelhança cultural simbólica entre o terço e o rosário com as contas africanas⁶⁴, o terço e o rosário têm grande peso ritualístico nas casas de umbanda, sendo figura muito importante nos terreiros (JURUÁ, 2011, p. 82-3). Essa ligação

⁶⁴Para aqueles que quiserem se aprofundar neste assunto, conferir o trabalho completo de Simão (2010) e Juruá (2011).

simbólica inclusive emparelhou Nossa Senhora do Rosário ao Orixá Ifá, devido a este ter nas mãos um Rosário, e em algumas práticas divinatórias de nação africana haver um colar de contas denominado Opelê-Ifá ou Rosário de Ifá (JURUÁ, 2011, p.69). Houve um anúncio de escravo fugido em 1843 que se pode remeter a este assunto:

Fugio no dia 7 d’Abril, um negro de nome Francisco, alto sêcco, representa 35 annos, quando anda abre os pés um pouco em baixo para fóra, e por isso parece ser apalhetado o que mal se percebe; côr bem preta, olhos mui vivos, tem uma das orelhas que julgo ser a direita furada, e anda sem brinco, cara lisa e sêcca, tem mui pouca barca e esta só por baixo do queixo, tem as costas todas de cima ábaixo cheia de sicatrizes já velhas de surras de relho; quando falla está effectivo com as mãos em movimentos acompanhando as palavras, costuma pentear o cabello, por isso que é paxola, é mui ladino, desconfiado e regrista, conta muitas historias, **faz-se muito christão, e para isso traz ao pescoço um rosario de contas ordinarias já velhas** parece creoulo, porém não é. (...) (A-154, DN, 11 de Abril de 1843)

Embora não seja possível ser preciso e as evidências deste anúncio são poucas, pode-se pontuar alguns aspectos peculiares de Francisco. Tinha 35, era escravo, com a pele negra, o que imediatamente o afastava da classe mulata que a essa altura já despontava como classe intermediária na estratificação social escravista, e fazia-se muito cristão, andando com um colar de contas do Rosário ao pescoço. Se refletirmos sobre o que Juruá (2011) explana acima, há motivos para acreditar que este ou fosse envolvido com alguma irmandade religiosa, da ordem das que trabalhamos, ou o fizesse por questões culturais anteriores ou recém adquiridas. Francisco é um exemplo de como essa transposição simbólica envolvia o Recife e os africanos no Brasil da escravidão, talvez ele apenas o fizesse para ganhar créditos na sociedade em busca de menos castigos e uma vida mais tranquila, ou talvez fosse devoto. Fato é que essas relações simbólicas não são aleatórias, e, se por um lado podem se perder por esquecimento, também podem sobreviver no imaginário e na sublimariedade, cabendo a nós procurá-las. Seu senhor também aponta para o fato de que este parecia "creoulo", mas não o era, apesar de não haver um consenso, isso nos dá pista sobre uma possível nação de origem africana do escravo, ao contrário dos já nascidos ao Brasil.

Nos anúncios também trabalhados⁶⁵, as nações citadas foram: *cabinda, muçambique/Moçambique, caçange/Cassange/Çaçanje, massangana, Benguella, S. Thomé, Angola, Costa, Rebollo/Rebolo, Camundá, baca, Loanda, Gabão, Songo, Quissimá/Quissama, Bier, Angico, Cabundá, Camundá/Camondá, Urubacio, Ambaca, Quilhimane, Camundongo e Congo*. Seria necessário um estudo preciso sobre todas estas nacionalidades e etnias, mas é possível hipotetizar pela simbologia das contas, que Francisco fosse de região, pelo menos próxima ao Congo ou próxima a região adepta às tradições católicas, visto que este utilizava o terço ao pescoço, como se fosse um colar de contas. Inclusive, tinha a orelha furada o que talvez pudesse ser um indício da sua travessia, vez que um homem usar brincos era um adorno comum em várias culturas africanas.

Outro aspecto que se liga ao terço foi a catequização dos nobres nos reinos do Congo

⁶⁵Estes serão melhor descritos no capítulo a seguir.

e Angola. Tendo sido melhor sucedida no primeiro, o processo lembra muito a introdução do cristianização no Império Romano por Constantino I, embora este não tenha abraçado o cristianismo, favoreceu a convivência de ambos os cultos. Nesse sentido, considerando tratar-se de época em a religião, exercia forte influência nas decisões de reis e imperadores, estar aliado à Igreja Católica significava adentrar um mundo de possibilidades e proteção, isso fica mais claro para o caso de Angola.

Segundo Juruá (2011), o poderoso Reino do Congo foi o primeiro a estabelecer aliança com os portugueses, e receberam os primeiros missionários chamados de "nganga à Nzambi"⁶⁶. A catequese se iniciou logo pelo rei e pelos nobres, enquanto os operários construía a primeira igreja, acontece a revolta dos Anzicas, e o rei não querendo ir pagão à guerra, antecipa o seu batismo. Assim o manicongo(rei) é batizado com o nome de D. João I, e seu filho mais velho (Mbemba-a-Nzinga) é batizado como D. Afonso, mandando queimar todos os feitiços venerados pelo povo. Como o batismo havia sido precipitado, o rei ainda retoma as religiões tradicionais, mas quando morre passa o governo para seu filho mais velho que também havia sido batizado. Este vai estudar em Coimbra e se empenha para criar um reinado cristão no Congo⁶⁷. A catequização no reino de Angola vai se dar algum tempo depois a partir dos anos de 1559, a partir disso vão crescendo o número de cristãos até o batizado da rainha Ginga em 1622, por um capuchinho italiano. Sem demorar muito neste ponto, vale dizer que apesar da falha em se constituir um reino cristão no Congo, neste período já haviam irmandades do Rosário de homens pretos se formando em Portugal, na África (Cabo Verde, São Tomé, Moçambique) e no Brasil.

Essa relação histórica que entrecruza a Nossa Senhora do Rosário e os reinos da África se apresenta como pista bem sólida para o desenvolvimento das irmandades no Brasil e para a coroação de reis e rainhas do Congo nas festividades das mesmas. Especificamente sobre o congado, festividades destas irmandades em Minas Gerais, o autor remonta a origem do culto de Nossa Senhora do Rosário aos "homens pretos", por meio de uma memória, em que a imagem da Santa havia aparecido, ora dizem em um gruta, ora dizem no mar e que por mais que tentassem levar a imagem para a igreja, ela sempre retornava ao lugar de origem. Até que vieram homens vestidos de Congo e outros de Moçambique e fizeram uma procissão, cantando e dançando até a Igreja, levaram a imagem e colocaram-na no altar. A partir disso a imagem não mais retornou ao seu lugar de origem. Ainda sobre estas memórias, o autor argumenta que a ligação entre estas irmandades⁶⁸ e os reinados tivesse sua origem na figura de Chico Rei, ou Ganga Zumba

⁶⁶Literalmente, a expressão bantu significa "pais do céu", com alguma variação entre as línguas, também vai ser incorporado nos dialetos africanos brasileiros como se nota, por exemplo, na gramática do Pde. Pedro Dias de 1697.

⁶⁷Nesse ponto vale observar que o filho de D. Afonso, D. Henrique vai ser o primeiro bispo da África Austral, fortalecendo as relações entre a igreja e o reino do Congo, durante aquele que vai ser o apogeu do reino. Também vale lembrar que desde o período de D. Afonso, este já repudiava a atitude de se escravizarem homens livres, e só aceitava como escravos os capturados de guerra, o que manifestou a D. Manuel, rei de Portugal (JURUÁ, 2011, p. 71).

⁶⁸No Recife, a coroação era realizada nas festividades do Rosário, mesmo que não na mesma época, o que parece apontar para uma certa exclusividade, pelo menos naquele período, da coroação do rei e a Irmandade Nossa

Galanga do Quicuios, trazido como escravo para o Brasil, junto com sua corte, no princípio do século XVIII (JURUÁ, 2011, p. 75-6). Embora em teoria esta seja uma proposta interessante, no ano de 1688, já se registrava a coroação de um rei do Congo no centro do Recife, (GUERRA, 1992) o que contradiz a hipótese de Juruá (2011) sobre Chico Rei. Entretanto mesmo que esta não seja a origem dos reinados do Congo no Brasil, essa figura emblemática do imaginário mineiro, fortaleceu a figura destes reis e deste reinados por sua história de força e resistência⁶⁹.

As irmandades mantiveram parte da cultura africana no Brasil, uma vez que se situavam enquanto irmandades leigas, ou seja, na falta de um pároco para realização dos rituais católicos, um leigo poderia assumir o comando da missa. Assim, houve espaço para que ocorresse um certo "sincretismo" entre estas culturas, isso não se deu de forma pacífica e não foi um direito adquirido pelos cativos, mas sim uma coincidência de fatores entre as necessidades dos menos favorecidos e mais favorecidos.

Segundo Levi (2006), a existência de irmandades nas colônias além-mar foi autorizada diretamente pelo Concílio de Trento e tais irmandades deveriam ser fiscalizadas por um bispo, de forma a verificar a legitimidade do culto católico, entretanto essa norma não se estendia para as colônias além-mar, provavelmente pela dificuldade de acesso. Ao contrário da América espanhola cujo poder da Igreja intervinha muito mais nas decisões da metrópole, Portugal, um dos países que historicamente mais participaram da expansão católica no mundo medieval e renascentista, havia se filiado com ordens terceiras, como os jesuítas, beneditinos, franciscanos, para a catolização das suas colônias. Tais ordens eram menos impositivas nas suas doutrinas, tanto que ao chegarem no Brasil, os jesuítas aprenderam a língua dos índios e começaram a formar vilas ao invés de subjugar e intervir diretamente e bruscamente na vida dos "pagãos", isso não exclui o caráter imperialista da presença dos mesmos, mas deu certa abertura cultural aos "novos cristãos" em relação a outras colônias. Assim, no Brasil, tais igrejas erguidas por irmandades de homens pretos e pardos tinham certa maleabilidade para organizar suas cerimônias e venerar santos e Deus ao seu próprio gosto. Assim, o que regulava as práticas destas irmandades não era a presença direta de um bispo para fiscaliza-las, mas a presença de um estatuto, compromisso.

Essas instituições eram regidas por um estatuto, ou compromisso, que deveria ser endossado pelas autoridades eclesiásticas e pelos monarcas. Neles estavam contidos os objetivos da irmandade, o seu funcionamento, as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem membros dessas associações. (QUINTÃO, 2002, p. 26)

Os estatutos previam as condições de entrada do Irmão, que em geral, se dava pelo pagamento de uma taxa inicial, e seus direitos a partir do momento em que adentrava na comunidade. O irmão, a depender da quantia com a qual colaborava, recebia desde auxílio-funeral à auxílio doença para si e para seus familiares. Nota-se na literatura que com

Senhora do Rosário, até porque tais coroações se realizavam na Igreja com a presença de um clérigo.

⁶⁹Para um maior aprofundamento a respeito dos reis do Congo no Brasil. conferir Marina de Mello e Souza, Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do rei do Congo, 2002.

a ausência de cemitérios públicos, havia uma preocupação das pessoas sobre o que seria feito de seus restos mortais depois que estes partissem. Ao pensar especificamente nas irmandades religiosas de escravos e forros, este aspecto se mostra especialmente relevante. Entretanto, boa parte dos indivíduos das irmandades vinham de uma cultura completamente diferente da católica, e a igreja era instrumento do colonizador, por que formavam irmandades com o objetivo de terem seus restos mortais cuidados? Após algum estudo da cultura africana ficou claro que um denominador comum entre várias comunidades africanas era o peso cultural que os ritos fúnebres exerciam nestas culturas. Assim, o enterro e o local para se realizar os funerais dos irmãos tinham especial importância não só por um aspecto católico, mas pela herança cultural africana. O processo de cristianização de povos africanos, iniciou-se na África e não no Brasil, assim, embora alguns tenham vindo a se catequisar no Brasil, provavelmente obrigados⁷⁰, muitos já vinham de regiões onde haviam cristãos, e até mesmo irmandades religiosas formada por negros africanos.

Quintão (2002, p.38) demonstra que mesmo diante das adversidades "A principal característica das irmandades nesse período era a sua autonomia. Através da Mesa Administrativa geriam todos os seus negócios e decidiam sobre todas as questões internas e externas.". Hoornaert (1976) aponta para a fundação de várias destas irmandades no Brasil a partir do século XVII, entre as primeiras irmandades do Rosário estariam a do Rio de Janeiro em 1639, a de Belém do Pará em 1682, as de Salvador e Recife em 1685 e a de Olinda e Igarassu em 1688. Como veremos a seguir para o caso do Recife, estas datas nem sempre são claras, assim que estas começavam a se reunir tinham de mandar seus estatutos para a aprovação da metrópole em Lisboa e até terem condições e também autorização para construção de uma igreja, muitas datas poderiam ser consideradas.

3.5 Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Santo Antonio ou Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

A fundação da Irmandade Nossa Senhora do Rosário da Santo Antonio ou Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos ainda é pouco confusa segundo à literatura, e inclusive a fundação do primeiro templo também não parece clara. Hoornaert (1976) com a data de 1685. Já Mac Cord (2005), nas suas revisões bibliográficas aponta a data de 1686, em citação à Pereira da Costa, como se neste ano já estivesse inaugurado e funcionando o templo de tal irmandade. Anteriormente a isso Mac Cord (2005, p. 62) diz, em citação à Luis Geraldo da Silva (1999), que anteriormente a irmandade funcionava ocupando "altares colaterais de igrejas de outros oragos, antes de posuir seu próprio templo. Provavelmente, estava originalmente instalada na igreja de São Pedro Mártir no atual bairro do Recife", a prática de ocupar altares

⁷⁰A catequese do período colonial brasileiro, principalmente no início da colonização, através de quadros como de Rugendas, sempre a figura do índio aparece como foco central das missões jesuíticas. O rei de Portugal recebeu licença papal para "reduzir as pessoas à escravidão perpétua" em palavras que correspondem a qualquer um que não aderisse à religião católica, numa verdadeira cruzada moderna. (JURUÁ, 2011, p.70).

colaterais até construção do próprio templo era comum na época, e a própria INSRHP chegou a receber algumas outras irmandades em seu templo até que estas se estabelecessem. Enquanto que a própria Irmandade em ocasião da Festa de Nossa Senhora do Rosário em 2013, no panfleto de divulgação de tal evento, se autodenomina Venerável Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife, celebrando os seus 339 anos, logo apontando sua origem para o ano de 1674. Sendo assim, é provável que Hoornaert (1976) tenha considerado o ano de inauguração da igreja como sendo o ano de fundação da respectiva irmandade, enquanto que as outras datas podem estar refletindo o ano em que esta foi devidamente autorizada a funcionar.

Mac Cord (2005) aponta para a existência de três compromissos da INSRHP, mas com possibilidade de haverem mais, o autor considerava isso provável devido a mudanças de comportamento da irmandade, vez que era o compromisso que a regia. Os dois comprovados e acessíveis correspondem aos anos de 1758 e 1870. Há hipótese de existência de um terceiro, que não fica claro se seria anterior ou posterior aos outros dois. Sendo assim, considera-se que seja mais provável que este seja anterior, uma vez que o compromisso era peça fundamental para a oficialização e autorização da existência da irmandade e para a construção da respectiva igreja, logo seria provável que houvesse um compromisso anterior à 1758, visto que neste tempo a irmandade já existia oficialmente e já estavam construindo um segundo templo, que havia sido iniciado sobre os alicerces do anterior em 1720. Quanto a hipótese deste terceiro compromisso ser posterior, não é tão plausível, vez que ainda hoje a irmandade se pauta pelo compromisso de 1840 e eles mesmos veem a necessidade de atualização deste⁷¹

A origem étnica da irmandade remonta aos africanos de Angola e os da Costa, isso não diz muito pois tais origens como já mencionado, provavelmente são ligadas aos portos de onde saíram estes cativos e não as suas origens étnicas reais, mesmo assim é provável que muitos destes tenham origem bantu do Congo e de Angola, por terem uma relação mais antiga com a religião católica, remontando tal tradição católica na sua história africana.

Sobre a estrutura de funcionamento da irmandade no período em questão, esta pode ser apreendida a partir do estudo do seu compromisso de 1782, que ainda era o vigente à altura da escrita dos textos desta pesquisa. Outro compromisso foi firmado em 1847, mas com poucas alterações em relação a este. Far-se-á uma breve descrição dos 28 capítulos, já bem curtos em origem, para demonstrar o contexto mais específico dos textos. Uma vez que estes foram produzidos sob estas regras, fruto da burocracia oficial da época, é importante a compreender o como se organiza a instituição que os produziram.

Capítulo 1: trata da obrigação do Irmão da Irmandade para que entoassem pelas vias públicas, todos os domingos, em cânticos o terço, isso em sinal de devoção à Virgem Maria.

⁷¹Recentemente há algumas notícias correndo a cidade de que o Vaticano proibira a coroação de reis negros dentro das igrejas das irmandades do Rosários, embora a última rainha do Congo do Recife ainda tenha sido coroada em missa na igreja em 1980 e esta ainda seja viva e é a Mãe Elda Viana do bairro do Pina e ligada ao maracatu Porto Rico, que tem sua sede no centro da comunidade. Aparentemente tais coroações hoje se dão nas avenidas carnavalescas, como é o caso da Neide Viana rainha do Congo. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/05/noticiasjornalcotidiano,3215390/coroada-na-avenida.shtml> e <http://nacaoportorico.maracatu.org.br/a-corte-real/>. Acesso em: 20 Ago 2014

Capítulo 2: trata do direito dos irmão falecidos em receberam, nos seus ritos fúnebres, "hum Guião branco, huã Cruz com seus Cirios, huã Tumba de Veludo preto", assim como obriga o Escrivão a dar parte ao Juiz para que sejam providenciados os direitos acima, e aos demais irmãos para que estes venham acompanhar o sepulcro.

Capítulo 3: quando da morte de um irmão ou irmã, os demais irmãos ficam obrigados a rezar um rosário pelo falecido/a, e as demais irmãs ficam obrigadas a rezar dois. Assim como o escrivão, ao som do sino, deve tomar as devidas medidas financeiras (em contato com o tesoureiro), para que não haja diferença nas anualidades. Ele aconselha inclusive, que o escrivão e o tesoureiro estejam atentos, porque caso haja qualquer prejuízo por falta de algum deles, estes serão responsabilizados pelo descuido (talvez tendo de pagar as respectivas anualidades).

Capítulo 4: das responsabilidades do Reverendo Padre: este é obrigado a estar sempre presente junto à irmandade, incluindo procissões, todos os terços que fizerem, acompanhar os enterros, e ao chegar na casa do falecido rezar "hũ Responcis"e, os irmãos um Pai Nosso e uma Ave Maria, e depois o capelão deve jogar água benta sobre o corpo.

Capítulo 5: qualquer pessoa, de qualquer sexo, idade, ou condição que estejam a serviço de Deus e da Nossa Senhora do Rosário, "tanto pretos, como brancos, e pardos" podem o fazer desde que sigam as obrigações, no dia do falecimento de um irmão, estar presente, assim como o Capelão, em todos os momentos descritos no capítulo 4.

Capítulo 6: a respeito da quantia a ser paga pelos "assentos" afim de que o irmão receba os devidos privilégios direitos. Irmão pretos são considerados os que "seja dema em fora como de Angola, ou da Costa"e pagam 5 patacas (nota-se que é preciso saber se são batizados ou não), irmãos pardos ou brancos 2mil réis.

Capítulo 7: a festa do Rosário, a ser realizada todo segundo mês (nota-se que está escrito "Festa na Segunda Domingo de Outubro") deve ser feita com toda pompa incluindo "vespera, Missa cantada, Sermão, e o Santíssimo Sacramento exposto com Procissão de tarde". Faz também uma série de recomendações a serem cumpridas por todos os envolvidos, os irmãos tinham que vir "com toda antecedência"e o pregador deveria ser "hum dos melhores que ouverem/ nesta Praça".

Capítulo 8: a eleição da nova meza deve acontecer todos os anos no dia vinte e nove de setembro às nove horas da manhã, após a missa cabe a decisão. O capelão deve estar presente para que a eleição sejam aos olhos de Deus, e somente votam: a mesa regedora, os juízes e os irmãos, mais ninguém.

Capítulo 9: recomenda-se que se votem para Juízes os mais "publicos", que assim poderiam "servir de benefício a Irmandade". Após eleito, o Juiz seria orientado pelo Capelão a agir "temente a Deos"e pelo bem da irmandade. Depois no primeiro domingo de outubro serão votados os demais vogais da mesa regedora, Escrivão, Thezoureiro e dois Procuradores, também doze mordomos e um Andador "a quem sedará oito mil reis pelo muito trabalho que tem"⁷². O

⁷²Espécie de *office boy* que levava os comunicados, interessante notar que este deveria ter o salário mais alto, por trabalhar mais.

escrivão deveria ser alguém público assim como o Juiz e que soubesse ler. O tesoureiro deveria ser indôneo, de caráter e honra. Na mesa também não será aceito irmão cativos, porque na irmandade há muitos "Livres da escravidão", e porque os cativos podiam enfrentar dificuldade com seus senhores para cumprirem as obrigações da irmandade.

Capítulo 10: trata do direito das Irmãs em elegerem mulheres para os cargos da irmandade, dos demais ordenados (todos menos o do Andador), e de como se deve angariar fundos para obras necessárias, no caso, com a doação de fiéis.

Capítulo 11: trata da punição aos irmãos que tenham comportamento inapropriado, previsto no próprio capítulo.

Capítulo 12: caso o irmão expulso queira retornar deverá pagar a pena, a não ser em caso de fraude.

Capítulo 13: trata dos procedimentos a serem realizados em virtude da morte de qualquer ex-Juiz.

Capítulo 14: na falta do Capelão, seja por qualquer motivo, um irmão deverá assumir o seu lugar, mediante aceitação da mesa, e desde que cumpra as obrigações do Capelão, por exemplo tomar a confissão dos irmão e irmãs aos domingos.

Capítulo 15: trata dos direitos dos "dependentes", filhos e esposas, do Irmãos. Além disso, permite que alguma pessoa mesmo que não-irmã seja enterrada na igreja, desde que pague a taxa de sepultura a depender do local.

Capítulo 16: das obrigações do Capelão, entre elas ministrar três missas, uma aos sábados e duas aos domingos e dias santos, pelo qual ganhará quatro mil réis.

Capítulo 17: "O maior interesse, q̃. tem toda aquella Pessoa que se assenta para Irmão de qualquer Confraria, he agrande consolação que tem que ohaõ de sufragar na sua morte", por isso neste momento, o irmão tem o direito à dez missas. Juizes, escrivão e irmãos de mesa tem direito a mais, a depender da hierarquia do cargo, e também serão lembrados todos os irmãos falecidos após a Festa da Nossa Senhora.

Capítulo 18: sobre os preços a serem cobrados pela confissão e sobre os ordenados dos envolvidos na realização do Santo Sepulcro na quinta-feira santa.

Capítulo 19: recomendação para que não sejam reeleitos os mesmos irmãos para os mesmos cargos, a não ser em caso de necessidade maior, uma vez que "as reeleições nom mesmo Cargo tem servido de grande roinasnas Irmand.(es)".

Capítulo 20: haverá reuniões todos os domingos para que se prestem contas e tomem decisões. Em caso de se precisar de concelho, recomenda-se que se peça ao mais letrado e de mais sabedoria.

Capítulo 21: argumentando em função da caridade, este capítulo trata dos direitos dos irmãos que forem presos ou estiverem efermos.

Capítulo 22: a irmandade pode ser a testamenteira de um irmão falecido, e pode mesmo receber doações dos bens dos mesmos, desde que não se faça nenhum constrangimento sobre o fato.

Capítulo 23: trata da disposição da mesa, que cadeira cabe a que cargo, e também da obrigação dos irmãos de mesa a carregarem a tumba dos irmão ex-juizes.

Capítulo 24: sobre o inventário de bens do santuário, que deveria ser escrito pelo escrivão na presença do tesoureiro e dos irmãos de mesa, em especial ornamentos de prata e ouro. Ele também responsável pela sugestão do Sacristão que será aprovado em mesa. O Sacristão também deve cuidar dos bens da irmandade durante a troca de tesoueiros.

Capítulo 25: trata das obrigações do procurador, que será cobrar, junto com os escrivão, as anuidades, e os aluguéis das casas⁷³, também é responsável por administrá-las, relativo às dívidas de aluguel, quitação, e concertos. *O capítulo estabelece além dessas, as responsabilidades do Escrivão, este deve guardar os Livros da Irmandade fechados e quando houver reuniões deve estar presente com o compromisso e o livro dos Termos onde são escritos os Termos e acordos que a mesa fizer.* Para reuniões fora dos domingos, o Andador a pedido do juiz deve convocar todos os irmão de mesa, com recomendação para que todas as vogais estejam presentes. Em caso de morte de Juis ou escrivão, a mesa deve ser convocada para nova eleição do dito cargo. "*O Escrivão serve de escrever, lançar todas as Contas eno L.º de sua pertença.*". Curioso observar que a data escolhida para as contas é o domingo seguinte ao da Festa de Nossa Senhora para entregarem aos irmãos eleitos no ano seguinte, possivelmente, pela doação dos fiéis durante as festividades.

Capítulo 26: os irmãos de mesa são proibidos de utilizar dos bens da irmandade ou mesmo emprestá-los sem a devida autorização da mesa, passível de suspensão de dois meses para o infrator.

Capítulo 27: a irmandade pode emprestar dinheiro a algum irmão por necessidade, mediante a cobrança de juros e/ou hipoteca, o acordo deve ser realizado na Casa do Tabelião. *Os livros dão Irmandade são: "Dous L.os de assentos dos Irmaós = hum do Compromisso. hum para os Termos, e Acordaos = hum para selançarem as Cazas, e seus Rendim^{tos} = hũ de Inventr.os = hũ de Certidões das Missas = hũ de Receita, e outro de Despeza = hũ de Recibos de quem houver depagar a Irmande. osquaes handaraõ aneixos ao Escrivão."*

Capítulo 28: este capítulo trata especificamente das obrigações do rei e das medidas de sua posse, Por ser a coroação um dos aspectos mais importantes socialmente, ainda mais para a realidade do século XIX, escolheu-se transcrever integralmente este capítulo.

Capº. 28

Que sefaca Rey de-

Congos, e Rainha eambos serãõ alistados na Eleiçaõ,

e cada hũ darã deesmolladeseõ Cargo, quatro mil reis,

eq.^{do} selleger o Rey seja emhũdos Irm'desta Irm^{de} dogentio doRei-

no deAngola, izento de escravidãõ; Cazado, debons costumes, e

⁷³Com as anuidades, era comum que a Irmandade comprasse casas, que funcionavam para arrecadamento de aluguel e para ajudar algum irmão em condição de necessidade.

tem^{te}. a D.^s, enodia da Festa de N. Sn^a. daraõ aesmolla acima d.^a p^a, ajutr^o. da Despeza desse dia: od^oRey será obrig^{do} amandar tirar esmollas pelas suas Naçoës nas quatro Festas do anno p^a ajuda das Obras da Igr^a. Taõ bem será obrigado afazer G^{os}. em cada Naçaõ, osq^{es}. viraõ tomar posse nesta Igr^a. eaod^o. Rey no dia da sua Posse oreceberá aIrm^{de}. com repiques de Sinos, e onosso R.^{do} Capelaõ lhedará aPosse naCapela maior com solemnid^e., edele Receberá aesmolla do costume, emais dará od^o Rey para essa sua Solēnid^e. toda aSera da Banq^{ta}: O nosso Escr.^{am} lhetomará ojurar.^{to} de cumprir tudo q^{to}. dizemos neste Cap^o. easinará hũTermo q^o. p^a. isso fará od^o Escr.^{am} AsPosses dos Governadores serão só cõmeia Solēnid^e; e entregaraõ suas Pat.^{es} pass^{das}. p.^{lo} Rey p^a. se-lançarem no L.^o dellas, e pagaraõ ao Escr.^{am} duas p.^{tas} decada Euã.

Sendo cazo não viva como deve do modo acima [d^o] Rey aIrm^{de}. o Lance fora do Cargo p^a. não servir de injurias a esta Irm^{de}; ea seus vassallos desuas Naçoës. Taõ bem seraõ obrig^{dos}. todos os Govr^{es}. atirarem esmollas como acima fica dito, ehe decostume, eentre garaõ em Meza ao Tezour^o, oq^L. pasará recebido p^a. suas desCarga.

[D.^{do}] o d^oRey quizer fazer seus Governadr.^{es} dará p.^{te} aesta Irm^{de} p.^a Proc^{or}. a veriguar seos elleito podem ocupar od^o Cargo, ou ou sesaõ ocupados que adita occupaõ lhes emarasse a cumprir com o dever doseo governo, [ereslhendose] para isso omais pacifico, eattenciozo. Ultimam^{te}. será obrigado o Escr.^{am}. Ler este Cap^o. aod^oRey de Congos para ficar bem entendido da Sua obrigaõ, Rectidaõ com os seus vassallos, eobom regimen delles.

Abaixo deste, vem os devidos cumprimentos a quem da metrópole irá julgar legítimo o Compromisso, seguido da assinatura do Juiz e de todos os demais irmãos de mesa. Os capítulos são fundamentais para a compreensão da organização da instituição em questão e como se organizava a sua documentação institucional. Os termos estavam inseridos em um livro previsto pelo compromisso, e por isso, a sua obrigatoriedade de escrita e a sua inserção em uma tradição discursiva. Além disso, o escrivão deveria ter as habilidades de ler e escrever, ao contrário do que se espera, não havia uma limitação à escrivãos brancos, no entanto como escravos foram proibidos de ler e escrever, talvez esta seja a explicação do consenso sobre os escrivãos serem brancos. Estes eram textos que se reportavam às instituições organizacionais hierarquicamente superior à INSRHP, e por isso, a função dos textos e do escrivão estavam inscritas em uma condição muito específica de burocracia, dando às fórmulas textuais características bem rígidas.

Após a leitura de várias pesquisas sobre as irmandades do Rosário, foi impressionante como o Compromisso no original deu pistas importantes sobre a realidade exata de seu funcionamento. Em relação à aceitação de irmão de qualquer condição social, brancos pardos e pretos, previsto no capítulo 5, é interessante notar que embora haja essa premissa, o preço da matrícula diverge muito entre os mesmo. Enquanto que pretos pagam somente 5 patacas, brancos e pardos pagam 2 mil réis, o que favorecia a entrada de irmãos pretos, ou seja, considerando que esta deveria ser práticas comum às irmandades da época. Assim, apesar de democráticas, mostravam-se sensíveis às relações de cor. Nota-se, também, que os eventos sociais da irmandade correspondem às reuniões, funerais e ritos religiosos, pela segregação de cor da sociedade escravista, parece um quanto improvável que houvesse a mistura destes segmentos neste contexto. Mesmo em relação aos mulatos que a essa altura já vinham conquistando prestígio e liberdade, se emancipando tanto das culturas do branco quanto dos cativos, ou talvez melhor fosse dizer fazendo a transição entre elas.

Em segundo, no capítulo 14, tem-se o real significado de "irmandades leigas". Nas leituras é comum ver que esse termo justaposto à questão de que os cultos destas irmandades poderiam ser assistidos, no sentido de realizado, por leigos. No entanto, não fica implícito, como descrito neste capítulo, que pessoas não ligadas diretamente à Igreja Católica, com ordenamento de padre por exemplo, pudesse ministrar os cultos e assumir a função deste. Sendo assim, o mais lógico é pensar que o sincretismo sobreviveu e se fortaleceu nestas comunidades, porque estas não precisavam ser 'fiscalizadas' por bispos por serem colônias além-mar, e até podiam instituir seus próprios clérigos, convergindo para uma relativa 'liberdade religiosa' que poderia existir nestes espaços.

Finalmente, tem-se as atribuições do escrivão, que para além de cuidar dos livros descritos no capítulo 27, deve estar presente em todas as decisões e regulamentações burocráticas da irmandade, tornando-o um dos irmão mais ativos no trabalho para a irmandade. Isso fica ainda mais evidente, quando no capítulo 9 se recomenda que o escrivão seja 'figura pública' assim como o juiz, para que possa intervir e atuar positivamente em relação à irmandade, favorecendo-a nos ciclos sociais. Realmente, dentre as várias irmandades de homens pretos e pardos que havia na época, era, e ainda é, a INSRHP que elegia o Rei e Rainha do Congo no Recife, e este deveria ser 'dogentio doReino deAngola', até pelas questões já expostas no trabalho, da proximidade histórica entre o Reino do Congo e a Igreja Católica. Assim, é provável que nesta irmandade, pelo menos nesta época, houvesse muito negros de Angola, até pela expectativa de que participando dela e com prestígio pessoal, um dia poderiam vir a ser votados para Rei do Congo.

Apesar de haver certa abertura, como foi dito, sobre a presença de escrivão ou juiz branco na irmandade, o irmão antes mesmo de se tornar juiz tinha uma série de deveres e obrigações para com a irmandade às quais envolvia uma série de comportamentos sociais e solidariedade a seus companheiros, numa sociedade segregada, é difícil pensar que isso seria provável. Inicialmente o que deve ter marcado a presença de brancos em irmandades negras era a falta

de habilidade com a língua da metrópole⁷⁴, e, em tempo ainda anteriores a este compromisso, a falta da habilidade em escrever. Sendo assim, Manoel de Barros, o escrivão que após três anos se torna juiz, provavelmente não tratava-se de um homem branco, mas sim um homem livre, para exercer devidamente as suas obrigações, de prestígio na comunidade negra, letrado, no sentido histórico, e alfabetizado⁷⁵, como já era de se notar entre alguns escravos fugitivos anunciados à época, como se verá.

⁷⁴Conferir: PESSOA, 2000

⁷⁵Embora alfabetizado, o escrivão não parece ter grande fluência, pela sua variação ortográfica e por escrever de próprio punho em situações de necessidade, pois somente metade dos textos assinados por si foram efetivamente escritos por ele mesmo.

4 Escrita e Escrivão

Ôie bumba chora
 Hahá, chora meu bumba
 Eu vou pra Itapissuma
 Aprender a ler e tocar zabumba
 Meu zabumba é de macaíba hahá
 Chora meu bumba
 Eu vou pra Itapissuma
 Aprender a ler e a tocar zabumba

Coco de domínio popular, voz e interpretação: Dona Glorinha do Coco

4.1 Tradição oral e tradição escrita

Como os termos foram escritos por Manoel de Barros, sendo este afro-descendente ou africano com pretígio social na comunidade forra do Recife, neste capítulo, optou-se por fazer uma compilação teórica dos conceitos de tradição oral e tradição escrita, letramento e alfabetização, de modo a elucidar os conflitos culturais e as relações de poder que tais dimensões tinham no século XIX. Os termos de Manoel de Barros apresentavam, o que se confirmou pela descrição linguística e pelos aspectos metodológicos que o inseriram na condição de mão inábil, características típicas da oralidade. Sendo assim e para fins de descrição, fez-se um delineamento da norma linguística, enquanto afirmação da gramática normativa, erguida sobre os valores do que seria escrever e falar "a boa língua portuguesa", desta forma, demonstrando a peculiaridade das características linguísticas dos textos.

Iniciando os diálogos, oralidade e escrituralidade são duas formas de comunicação linguística, a primeira se realiza pela percepção auditiva da mensagem enquanto a segunda se realiza sobre uma percepção visual da mensagem (CALVET, 2011, p.10). A partir destes dois mecanismos de comunicação, define-se também duas formas de sociedade, que seriam as sociedades de tradição escrita e as sociedades de tradição oral⁷⁶. No entanto, essa diferença não é límpida, e vale ressaltar que provavelmente isso ocorre pelo fato de que toda língua é essencialmente oral⁷⁷, e há um contínuo entre esses extremos que, para efeitos de simplificação tipológica, Calvet (2011, p.11) enumera da seguinte maneira:

(1) As sociedades de tradição escrita antiga, nas quais a língua escrita é aquela que se utiliza na comunicação oral cotidiana (com as diferenças óbvias entre o oral e o escrito). É o caso da maioria das sociedades europeias atuais, nas quais o analfabetismo é raro, quando não completamente extinto.

(2) As sociedades de tradição escrita antiga, nas quais a língua escrita não é aquela que se usa na comunicação oral cotidiana. É o caso, por exemplo, dos países

⁷⁶A tradição escrita e a tradição oral coexistem em todas as sociedades de tradição escrita.

⁷⁷À excessão das línguas de sinais, que são temporalmente mais recentes.

árabes (onde se escreve o árabe clássico, mas se fala o árabe dialetal), nas quais o analfabetismo é mais presente do que nas sociedades do primeiro tipo.

(3) As sociedades nas quais se introduziram recentemente a prática alfabética, em geral pela via de uma língua diferente da local. É o caso de países que foram colônias na África e na América Latina, aos quais se impôs uma picturalidade (o alfabeto latino) proveniente da herança cultural colonial.

(4) As sociedades de tradição oral. Destaquemos ainda algo que indicávamos acima: a ausência de tradição escrita não significa, de maneira alguma, ausência de tradição gráfica. Em muitas sociedades de tradição oral, existe uma picturalidade muito viva, nas decorações de potes e cabaças, nos tecidos, nas tatuagens e nas escarnificações etc., e mesmo que sua função não seja, como no caso do alfabeto, registrar a fala, ela participa da manutenção da memória social.

Seguindo essa proposta de Calvet (2011, p.12), a introdução da escrita, no caso da sociedade do tipo (3), como o Brasil, funciona como imposição cultural. A maior vantagem da escrita é que ela soluciona parcialmente a manutenção da memória da experiência humana, tornando-a acessível num tempo e espaço ao qual ela está ausente, o que não significa que a tradição oral não tenha seus próprios mecanismos de atuação, e que ambas as tradições não passem por uma seleção a despeito de quais informações devem ser conservada, com que intuito, para quem, e com qual mecanismo de transmissão. Apesar de historicamente ser do tipo (3), nos dias atuais, nos quais a maior parte da população usa apenas a língua portuguesa para se comunicar⁷⁸, o Brasil começa a despontar como sociedade do tipo (2), onde se fala o português coloquial e se escreve em um português formal, estruturalmente distantes, em fenômeno que Kato (1993, p. 20) vai chamar de diglossia. O português coloquial falado no Brasil é entendido como PB ao considerar as diferenças estruturais do PE e da própria norma escrita brasileira que segue uma tradição gramatical europeia.

Explorando mais a tipologia social na qual o Brasil historicamente se insere, (3), observa-se que por possuir uma tradição escrita imposta por uma realidade colonial, ainda que haja uma confluência de tradições. Ainda há, em menor escala e para algumas localidades, a presença de uma tradição escrita em convívio constante com tradições orais de outras línguas. Calvet (2011) assume posicionamento que dá ênfase ao caráter imperialista da escrita, enquanto artefato cultural de uma metrópole europeia, que subjulga as sociedades de tradição oral, e por isso, o autor busca explicar os mecanismos de atuação da tradição oral para manutenção da sua memória e cultura, afim de mostrar que a memória não depende, necessariamente, de uma tradição escrita.

Embora a perspectiva do autor seja plausível, mesmo sociedades do tipo (1) tiveram, inevitavelmente, que passar por um processo de alfabetização e letramento que permitisse a disseminação de tal tradição. Davis (1990) ao discorrer sobre o impacto que a escrita impressa teve sobre as comunidades pouco alfabetizadas na França do século XVI mostra que "a leitura dos livros impressos não silenciou a cultura oral"(1990, p. 176), chamando atenção para o fato de que, entre os camponeses, "se algum dos homens fosse alfabetizasse e tivesse livros,

⁷⁸Não à toa, pois a política linguística do Brasil desde a Reforma Pombalina se preocupou em fazer valer os mecanismos imperialistas para garantir a sua hegemonia dessa no território brasileiro, mesmo que com a ausência de um planejamento estratégico de alfabetização das massas.

ele podia ler em voz alta"(1990, p.166). Demonstrando, assim, que mesmo a tradição escrita poderia ter uma dimensão oral, e como isso facilitava o acesso a mesma.

Sobre a relação entre oralidade e escrita, Pessoa (2003, p. 186), na perspectiva de Söll e Hausmann (1985) de Koch e Oesterreicher (1990), apresenta duas dimensões para a linguagem, a concepção, que seria a criação em si, e o meio, /textitmedium, que seria o mecanismo de emissão, resultando em quatro modalidades: fônia e gráfica para o plano medial, e falada e escrita, para o plano da concepção. Isso resulta em um sistema fechado no sentido do falado-escrito, mas com permeabilidade entre os meios de emissão, assim haveria a dimensão do escrito realizado tanto graficamente quanto fonicamente, e o mesmo se daria para o falado. Neste ponto, o escrito e o falado remetem para as relações entre culturas das tradições oral e escrita. Em livro com fins didáticos, Pessoa (2010) introduz vários episódios históricos onde a confluência entre estas modalidades podem ser notadas e compreendidas como a tradição oral e a tradição escrita interagindo e se modificando em um /textitcontinuum.⁷⁹

Considerando a dimensão da escrita e o *continuum* descrito, o termo está na dimensão da escrituralidade, mas passa pelo processo da escrituralização. Para a produção do termo, que neste aspecto muito se assemelha à ata, há um espaço temporal entre a realização fônica do evento e a realização gráfica, primeiro os assuntos são discutidos e decididos e depois são oficializados e documentados por um registro escritos. Por se tratar de relato que permite correções, ampliações e precisões, Koch e Oesterreicher (2002) argumentam que esta reelaboração constitui um processo de escrituralização da ata. Assim, os termos estão perpassados pela oralidade em dois momentos da sua produção: (I)no gênero termo, como demonstrado; e, (II)na redação da mão inábil de Manoel de Barros, pelas suas variações ortográficas e características gráficas⁸⁰.

Essa interação crônica entre o falado e o escrito se fez notar de maneira evidente por toda a sua existência, retomando Pessoa (2010), todo o estudo da linguagem recebeu questionamentos de tal relação. Para além dos estudo clássico e a partir da tradição escrita do Brasil⁸¹, a maioria das sociedades europeias possui uma tradição escrita antiga, que teve por base a língua oral dos falantes da comunidade, entretanto essa tradição que remonta ao latim também teve sua origem num processo colonizatório anterior. Quando os romanos invadiram a península ibérica, a língua escrita era o latim clássico, e este foi transportado para os novo territórios, onde oralmente foi

⁷⁹Marcuschi (1997), em um artigo, assim como em outros trabalhos, explora a relação entre sociedade, oralidade e escrita, consideradas próximas das dimensões aqui percebidas, mas observadas por ele enquanto *prática sociais*. Levando essa discussão para os aspectos da educação "Há, portanto, uma distinção bastante nítida entre a *apropriação/distribuição* da escrita e da leitura (*padrões de alfabetização*) e os *usos/papéis* da escrita e da leitura (*processos de letramento* enquanto práticas sociais mais amplas."(MARCUSCHI, 1997, p. 121). Não excludente, essa perspectiva de Marchuschi sobre os aspectos didáticos, é inspiração de outros autores, mais voltados para a história. Antecipando um pouco, na divisão entre letramento e aquisição da escrita percebe-se a necessidade das duas definições e de uma escala de graus para a imersão do indivíduo na cultura escrita. De modo geral, se habilitado para diversos contextos e atuando como produtor/criador da escrita, a pessoa é alfabetizada, entretanto, em sentido histórico, se este indivíduo convive com a escrita, reconhecendo e convivendo com ela, mas sem se apoderar de sua criação espontânea e fluente, a pessoa é letrada.

⁸⁰Sobre este assunto, conferir: Koch; Oesterreicher (2007).

⁸¹Retomando a tradição escrita imposta pela metrópole portuguesa.

se modificando até atingir variedade locais, chamadas romances. E, é só no início do séc. XVI, com a Gramática de Port-Royal, que estes começam ser descritos e dão origem a uma nova fase desta tradição escrita, do tipo que Calvet classifica como (1). Até então, a tradição oral destas sociedades, representadas por exemplo nas trovas, era fundamental para a manutenção da memória e para a difusão de informações na comunidade. Chartier (1998) explana sobre este aspecto da cultura europeia, embora seu objeto principal seja o livro⁸², mostrando como os aspectos sociais interagem para a difusão da tradição escrita em sociedades que Calvet (2011) classifica como do tipo (1).

Apesar do continente africano ser vinculado diretamente a sociedades de tradição oral⁸³, Mattos (2012, p. 32), ao destacar fontes escritas para a história da África, mostra que quando os árabes estabeleceram relações comerciais com as sociedades africanas e se instalaram, em especial, na África Ocidental e na costa da África Oriental, aproximadamente entre os séculos IX e XV, a história destas sociedades foi descrita na obra de viajantes, geógrafos e historiadores em árabe. Desde o séc. XII com a expansão do islamismo na região ao sul do deserto do Saara e na costa oriental do continente, os africanos passaram a combinar a escrita árabe à tradição oral. "Há inclusive relatos deixados pelos próprios africanos sobre as suas regiões de origem e as experiências como escravos nas Américas e na Europa, como *A narrativa da vida de Olaudah Equiano ou Gustavus Vassa, o Africano*, escrito em 1789." (MATTOS, 2012, p.33). Logo, as sociedades africanas já estavam há algum tempo habituadas com a presença da tradição escrita em comunidades próximas, e nas sociedades com as quais se relacionavam.⁸⁴ Além da representação gráfica pictórica, que também era utilizada enquanto mecanismo de comunicação linguística visual, embora diferentemente constituída da tradição alfabética (CALVET, 2011, 73-90).

Cabe ao pesquisador compreender dentro de um determinado momento histórico qual destas tradições pode ser dominante sobre a outra e em qual contexto e comunidade. No presente, esse momento é o início do século XIX no Recife. Seguindo o raciocínio de Calvet e aplicando-o, ao momento histórico em questão, apesar de haver considerações quanto aos contatos das tradições, o que autor explicita na sua tipologia é o conflito e os processos de dominação de uma cultura sobre a outra. Como a tradição oral detém mecanismos eficientes de organização da memória, a escrita veio muitas vezes a essas sociedades de tradição oral como um objeto de poder imposto por sociedades de tradição escrita, e isso pode ser notado pela presença do árabe na sociedade africana, além da presença europeia. Há relatos de que os africanos islamizadas

⁸²E a partir desse objeto, Chartier funda uma linha de pesquisa que é conhecida como História do Livro, que envolve as três dimensões: texto (práticas de escrita), livro e leitura. A história do livro e a história social da linguagem são partes de uma mesma área, e levando em consideração o *continuum* fala e escrita, percebe-se que a história do livro acaba por envolver tanto o fônico quanto o gráfico, principalmente quando se considera a leitura em voz alta, em épocas que havia poucos leitores, mas com interesse na difusão da informação escrita.

⁸³Para compreender melhor as dimensões da oralidade nos seus aspectos fônicos e gráficos, e como esta remete à escrita, conferir o trabalho de ONG, W. J. *Orality and Literacy* 1982, 2002.

⁸⁴Uma vez que este trabalho se dedica a compreender textos escritos por africanos ou afro-descendentes em contexto urbano, não foram consideradas a este respeito as comunidades indígenas e as suas tradições, que estão representadas, principalmente, como sociedades de tradição oral.

que liam em árabe por conta da sua opção religiosa, se consideravam superiores aos africanos de tradição oral, o que também é facilmente percebido no contato dos europeus com os povos ameríndios de tradição oral das américas e da África⁸⁵. Isso se reflete nas comunidades onde predominam a tradição oral, em que esta representa artefato cultural de grande impropriedade, nesse conflito, se inserir na tradição escrita mais do que por necessidade será considerado uma transição identitária, acarretando um série de mudanças sociais para o indivíduo.

4.2 Ortografia da língua portuguesa no século XIX

Ao discutirmos a tradição escrita da língua portuguesa é necessário considerar a dita *norma*. Atualmente, muito debatida por linguistas e sociolinguistas, a norma, enquanto gramática normativa⁸⁶, vem sendo questionada por ser fonte de preconceito linguístico, e por ter carácter de segregação social da maior parte dos falantes⁸⁷. A norma padrão da língua portuguesa formada, principalmente, a partir do século XIX, constantemente serve de modelo para a língua falada⁸⁸

Entretanto, essa oposição entre norma e fala cotidiana tem sua origem muito anterior até ao surgimento da língua portuguesa, remetendo diretamente ao latim. Segundo Coutinho (1976, pág. 29), o latim possuía duas variedades, denominados pelos romanos de *sermo urbanus* e *sermo vulgaris* que se distanciavam em termos de estrutura, mesmo sendo parte de um mesmo sistema linguístico. Conhecidos como latim clássico e latim vulgar, há consenso na literatura de que o primeiro tratava-se do latim escrito, enquanto que o latim vulgar era a língua falada⁸⁹, um *proto-romance* que vai se *romanizar* e dar origem às línguas românicas, ou também chamadas línguas itálicas, da península ibérica, entre elas, e a partir do galego, a língua portuguesa. Tal *proto-romance* vai dar origem às línguas românicas não só por um processo de deriva, mas

⁸⁵Sobre os métodos históricos que reconstróem a memória de um povo a partir da tradição oral e os mecanismos de atuação da mesma, conferir VANSINA, J. *Oral tradition: a study in historical methodology*, traduzido por H. M. Wright, 1965.

⁸⁶Neste tópico, norma será compreendida como a gramática gerativa, a norma culta, a forma escrita de prestígio como demonstrado ao longo do capítulo.

⁸⁷Aqui reside uma das maiores discussões atuais no campo da sociolinguística, incluindo até o falante comum, que é o preconceito linguístico. O dialeto de cada comunidade é compreendido como uma característica identitária adquirida, não por escolha, mas fruto das relações sociais, geográficas do indivíduo, e assim seria parte essencial da sua cultura não podendo ser julgada segundo padrões normativos de imposição, porque não dizer, imperialista. Há que se considerar as consequências de uma possível busca pela abolição da norma, vez que nesta ainda reside uma estilística de poder social a qual pessoas sem o conhecimento da norma poderiam não alcançar. Então como fazer para valorizar os dialetos regionais e identitários sem promover a segregação dos conhecimentos veiculados pela norma?

⁸⁸A essa discussão podemos acrescentar os estudos linguísticos formais, estruturais, que inicialmente não incluíam a fala por considerá-la assistemática. O estudo da língua falada só se fez possível, em relação a sua estrutura, com o surgimento de tecnologias de gravação que permitissem a repetição e a transcrição da fala. Assim, tornando-a um objeto a ser compreendido, antes disso, as observações fonéticas de variação dialetal da fala só era possível via testes e pequenas anotações.

⁸⁹Coincidentemente, há dois empregos distintos para a língua, o *literário*, em sua maioria escrito, usados pela sociedade culta, e difundido nas escolas e Academias, e o *popular*, em sua maioria falado, que serve o povo despreocupado e inculto. Atualmente, percebe-se essa oposição como uma discriminação. Como o adjetivo *culto* é, em geral, utilizado como qualidade superior, parece atribuir uma valoração maior à variedade literária.

por um processo de contato, que os filólogos analisaram enquanto substratos e superstrato, este último o latim vulgar. Essa visão será incorporada nos estudos de línguas de contato, sem a ideia de que necessariamente uma dominaria sobre a outra, mas enquanto adstratos, partes formadoras de uma mesma língua.

Carvalho (2004) chama atenção ao fato que o latim vulgar, ao invés de como parece na discussão ser uma língua uniforme que vai se dialetar, desde o início já apresentava múltiplos usos de onde decorriam múltiplos dialetos:

Ora, êsse linguajar do povo, corrente entre as diversas classes da sociedade romana, tinha que apresentar defeitos e diferentes aspectos, conforme almejado pela classe média (latim familiar), pela classe baixa (latim plebeu), pelos soldados (latim castrense), pelos marinheiros (latim náutico), pelos operários (latim proletário) e, enfim, pelos camponeses (latim rural). É nesse sentido que entendemos o que se disse que "a designação **Latim Vulgar** não conceitua uma língua, mas um conglomerado de falares de vários tipos".⁹⁰

Apesar de haver vários socioletos na sociedade romana, alguns de mais prestígio, outros de menos, essa oposição latim clássico *versus* latim vulgar será marcante na formação da tradição literária latina⁹¹, como nos mostra Ilari (2008, p.58-9):

Um aspecto da diversificação da sociedade romana é o aparecimento da literatura latina; durante muito tempo, os autores latinos procuraram pautar seus escritos pelo ideal *urbanitas*, evitando formas ou expressões que conotassem arcaísmo ou provincianismo, ou que lembrassem a educação precária das classes subalternas e do campo (*ruscitas*). (...) Os autores latinos aludiram frequentemente à existência de uma variedade de língua denominada *ruscitas*, *peregrinitas*, sobre a qual fizeram pesar uma severa sanção, impedindo que suas formas tivessem acesso à escrita.

A preocupação dos patrícios romanos se perpetuará pelas sociedades latinas até alcançar as novas colônias além-mar e além-tempo. No campo da linguagem, esta preocupação se destaca dentro dos estudos da gramática e das descrições das línguas latinas, que tomará por base a língua culta dos literatos, como o modelo padrão⁹². Assim, o latim clássico foi amplamente difundido pelos escribas da Idade Média e pela adoração às obras clássicas no período renascentista, sendo a variedade mais compreendida até hoje. Assim, o que dificulta o estudo do latim vulgar é justamente o seu acesso precário aos meios escritos. Nesse ponto a pesquisa converge no quesito do estudo das vertentes linguísticas populares diacrônicas, para o estudo do latim vulgar Coutinho (1976, p.31) cita:

⁹⁰Carvalho (2004) ainda acrescenta o: Baixo-Latim, que seria o latim dos padres da Igreja da Idade Média, que, preferiam ser entendidos com seu linguajar simples, cativando os fiéis, a serem ignorados com a sua eloquência; e o Latim Bárbaro, exclusivamente escrito, era o latim escrito pelos copistas da Idade Média, era tido como bárbaro porque mesclava vocábulos romances e provinciais.

⁹¹Segundo Coutinho (1976, p. 29) a tradição literária latina começa em Roma no séc. III a.C., com o aparecimento dos primeiros escritores: Lívio Andronico, Cneu Névio, Enio, e seu período de ouro é representado pela época de Cícero e de Augusto.

⁹²Até hoje, no campo da linguística, a modalidade padrão é uma das maiores promotoras de emprego para a área, advindos da necessidade das pessoas de adequar seus escritos à norma. Além disso, até os linguistas escrevem suas críticas à norma, em uma norma impecável, o que por si só demonstra o enraizamento destes valores na tradição escrita brasileira.

Os poucos informes que temos do latim vulgar são-nos ministrados: a) pelos trabalhos dos gramáticos, na correção das forma errôneas usuais; b) pelas obras dos comediógrafos, quando apresentam em cena pessoas do povo, falando; c) pela inscrições, que nos legaram humildes artistas plebeus; d) pelos cochilos dos copistas; e) pelos erros ocasionais dos próprios escritores, principalmente dos últimos tempos.

Estas ainda são as principais fontes de variedades populares da língua na sua história. Se, hoje, contamos com mecanismos avançados de gravação e documentação linguística, anteriormente, e com tantos entraves sociais que ainda persistem, as fontes residem basicamente nas mesmas citadas por Coutinho (1976), o que dá uma guinada no acesso à língua escrita e desponta como nova fonte de dados das variedades populares é justamente a imprensa e mais especificamente os jornais⁹³. Anteriormente, os estudos de dialetologistas portugueses e brasileiros, como Adolpho Coelho, Amadeo Amaral e Marcos Marroquim focavam na observação e relato das peculiaridades do falar brasileiro em relação à norma portuguesa, ou mesmo à norma padrão já veiculada no Brasil⁹⁴. Por isso, dados como os deste trabalho, mesmo que escassos, podem trazer contribuições ao estudo histórico da língua falada de modo semelhante, por terem sido produzidos por autor à margem social da sociedade dita culta da época. Mesmo constituído por documentos burocráticos e com várias tradições discursivas decorrentes de seu gênero (ou intergênero como será debatido), a escrita do autor revela muito do seu dialeto nas divergências gráficas de uma norma ortográfica e gramatical (se considerarmos a norma brasileira) ainda em construção.

Pode-se considerar que diante da rigidez dos textos burocráticos, a alfabetização deste autor, possivelmente, se deu de maneira direcionada para o gênero termo em questão, semelhante a um copista medieval. Para que este alcançasse prestígio e cargo de vogais, como juiz e escrivão, era condição fundamental que Manoel de Barros aprendesse a ler e escrever, pelo menos o necessário para exercer as suas funções. Por isso, não seria estranho pensar que desenvolveu a alfabetização a partir destes textos e para produção dos mesmos, sem ter tido neste caso uma alfabetização formal, explicando, deste modo, a apropriação do gênero termo, com a variação ortográfica intensa, típicas de mão inábil. Outro fator que corrobora essa hipótese é que os termos foram escrito ao longo de três anos, durante estes intervalos e sem uma prática cotidiana, o autor não detinha um conhecimento profundo da norma, apesar de conseguir realizar os gêneros tranquilamente.

A história da língua portuguesa tem início no século XIII período em que datam os primeiros documentos escritos. Para esta pesquisa o foco é a uniformização ortográfica da língua portuguesa, que decorre dentro do aspecto da tradição literária. Lima (2009, p.21-3), na sua dissertação de mestrado, faz um apanhado dos principais autores, incluindo os

⁹³ Conferir: PINTO, E.P. O português popular escrito. São Paulo: Contexto, 1990.

⁹⁴ A respeito dos estudos que apontam a deriva secular como motivo para a dialeção e diferenciação do PB, apontando em dialetos portugueses características típicas do PB, fica a pergunta sobre o porque destas observações linguísticas em solo brasileiro no início do século XX serem consideradas peculiares e dignas de nota científica. Se houvesse uma dialeção que apontasse unicamente na direção de uma deriva, não seria de se esperar que tais ocorrências passadas causassem tanto estranhamento por pesquisadores portugueses.

considerados anteriormente, sobre os períodos da história ortográfica portuguesa dividindo-a em três períodos: 1) o fonético, compreendido a partir dos primeiros textos escritos até o século XVI (surgimento de "Os Lusíadas" de Camões), que tinha motivação fonética; 2) o pseudo-etimológico, do Renascimento aos primeiros anos do século XX, mais especificamente até 1904, quando surge o "ortografia nacional" de Gonçalves Viana, caracterizado pelo "emprego das consoantes geminadas e insonoras, dos grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como y, k e w, sempre que ocorrem nas palavras originárias." (COUTINHO, 1976, p.72); e 3) o histórico-científico, ou simplificado, que data dos primeiros anos do século XX.

Coutinho (1976) explica que inicialmente a motivação ortográfica era fonética e por isso as características fonéticas do português arcaico eram bem claras, "fazia-se distinção perfeita entre o valor do s e ç, do s intervocálico e z, do ch e x". A perda dessa característica, especialmente neste exemplo, vai se confundir bastante a partir do período pseudo-etimológico, uma vez que fortemente influenciados pelo conhecimento do latim, sobretudo com o Renascimento e a necessidade de se conhecerem os escritores clássicos, começam então a aparecer complicações gráficas. As palavras começam a receber influência etimológica, marcando um período de extrema variação ortográfica. Então, Gonçalves Viana simplifica a ortografia, ditando um novo período, o simplificado, que buscava resolver a grande quantidade de variações anterior.⁹⁵

Seguindo a proposta demonstrada e periodização da ortografia, Manoel de Barros estaria entre os dois primeiros períodos, à iminência de uma mudança. Seguindo a proposta de mão inábil, Manoel de Barros, apesar de habilitado para produção de termos, ainda encontrava-se em período de aquisição da escrita na sua forma plena, apontando para uma falta de contato cotidiano com a dimensão escrita, e, o período ortográfico pseudo-etimológico não tornou esta tarefa mais fácil. Logo, estes dois aspectos convergem para uma escrita mais influenciada pela fala.

4.3 Manuscritos e impressos

Os manuscritos e impressos conviveram durante o século XIX, o surgimento do impresso mostrou-se como um divisor de águas da cultura escrita, tornando-a acessível e parte integrante das culturais de tradição escrita atuais. No Brasil, essa fato ocorreu no início do século XIX.

Segundo Acioli (2003, p.55)⁹⁶ "A escrita latina foi introduzida no Brasil pelos portugueses" e assim a formação caligráfica de colonos e colonizadores foi a mesma, com uso generalizado de letras cursivas para a redação de documentos. Para conceituar o que seriam os manuscritos brasileiros, a autora argumenta serem todos aqueles documentos relacionados ao Brasil, quer escrito aqui ou lá. Portanto, as documentações mais abundante são aquelas do Conselho

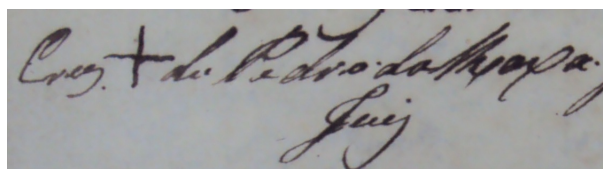
⁹⁵Para coferir a formação da norma culta e sua relação com o nacionalismo, conferir os estudos de SCHWARTZ, J., As linguagens imaginárias: nvestra ortografia banguardista, *Revista USP*, n. 12. São Paulo, 1991/1992, e principalmente PINTO, E. P., *A língua escrita no Brasil*, 1986.

⁹⁶Essa obra foi a principal fonte sobre manuscritos no Recife e em Pernambuco.

Ultramarino e as que ligavam instituições entre metrópole e colônia⁹⁷.

As características principais destes documentos eram: a caligrafia do tipo cursivo sobre papel, sem traçado de linhas, com raros casos de opistografia⁹⁸, de natureza formal, com pronomes de tratamento que marcavam a hierarquia entre os interlocutores. Alguns eram selados, com selos moldados geralmente em cera natural ou colorida. Na verdade o mais frequente, era o uso de assinaturas para checagem da autenticidade do documento. Tais assinatura vão ser de grande valia para o reconhecimento do nível de letramento de autores, uma vez que todos assinavam, mesmo os escravos ou analfabetos, caso em que estes traçavam uma cruz por cima dos seus nomes escritos pelo escrivão, como no exemplo abaixo retirado dos termos da INSRHP. Em todos os termos Manoel de Barros assinava o próprio nome, demonstrando mais habilidade com a escrita do que os seus pares, inclusive, na documentação da INSRHP é possível perceber também as nuances de uma caligrafia mais ou menos segura, como abaixo:

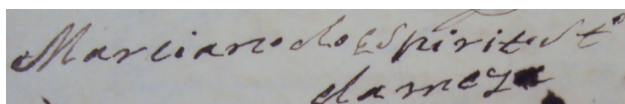
Figura 3: Assinaturas



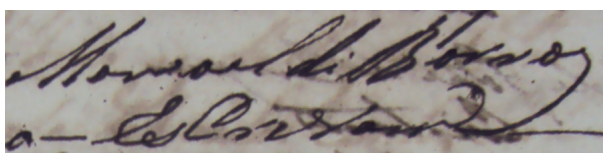
Cruz + do Pedro da Mota



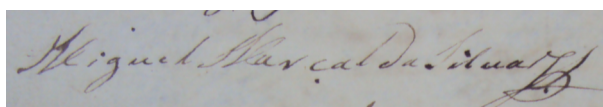
Joze das. Coelho



Marciano do Espírito Santo



Manoel de Barros



Miguel Barcal da Silva

As assinaturas acima demonstradas foram dispostas de cima para baixo segundo maior segurança na caligrafia. Esta é uma característica subjetiva, mas procurou-se demonstrar

⁹⁷Uma vez que Portugal era a metrópole, a maior parte das negociações oficiais devia passar pela autorização de um oficial de lá, por exemplo, no caso das irmandades era preciso autorização da Corte e da Igreja para que estas funcionassem oficialmente e construíssem igrejas.

⁹⁸Caso em que se escrevia dos dois lado da folha (ACIOLI, 2003, p.55).

um pouco das possibilidades de análise. A primeira constitui uma cruz, logo não foi escrita de próprio punho, provavelmente, porque o juiz neste caso era analfabeto. A segunda e a terceira, de José e de Marciano, tem as letras bem separadas e com certa dificuldade de manter a linearidade na escrita. José da Silva Coelho ainda assina com um pouco menos de linearidade que Marciano. A seguir, Manoel de Barros, até por ser escrivão e assinar vários documentos, tem uma letra cursiva fluida, mas um pouco indefinida nas vogais, *a* e *o*, além da falta de precisão na letra *e*, neste caso o *de*, aparece como *di*. E a última assinatura de Miguel Marçal assina com muito segurança, incluindo até uma pequena rubrica à direita da assinatura, o que demonstra a sua maturidade como escrevente.

Para os que quiserem entender mais sobre a documentação colonial de Pernambuco e do Brasil colonial, dois projetos muito bem sucedidos foram: em Recife, o projeto Fontes Repatriadas de Barbosa, Acioli e Assis (2006) que reuniu as informações de uma vasta gama de documentos históricos brasileiros a partir dos remanescentes do período colonial, em especial sobre o Conselho Ultramarino, e transformou esta documentação em um guia onomástico (ou seja, de palavras) que permitia a facilidade do acesso a temáticas específicas; e, o Laboratório Liber, dentro do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, que digitalizou e disponibilizou via online boa parte desta documentação colonial, em especial das Capitanias de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe⁹⁹. Para a Capitania de Pernambuco, encontra-se dezenas de documentos das irmandades religiosas, em sua maioria negras e pardas, o que não surpreende visto ser este um mecanismo de prestígio social, além do assistencialismo para os seus integrantes, fossem escravos ou forros.

Considerando a quantidade de manuscritos produzidos em relação à quantidade de impressos, fica claro que os manuscritos, apesar da sua importância para as instâncias do governo (contabilidade de impostos, controle sobre instituições e pessoas), não eram de fácil acesso à maior parte da população. Sendo assim, o *boom* do letramento e da alfabetização, mesmo que autodidata, veio com o impresso, e o impresso veio junto às máquinas tipográficas da família real¹⁰⁰. Vários estudos partiram da Europa e mais especificamente de Portugal que buscavam compreender como a imprensa aumentou o nível de letramento da sociedade, dentro destes tem-se o exemplo de Buescu (1999). A autora mostra como a sociedade lisboeta e o manuscrito e o impreso conviveram e contribuíram para o letramento das pessoas da época¹⁰¹. A leitura em voz alta era comum na época dos manuscritos, vez que não era possível haver

⁹⁹Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/ultramar/>. Acesso em 20 Ago 2014.

¹⁰⁰Sobre este aspecto, conferir as reflexões de Pessoa (2003).

¹⁰¹Sobre essa temática Bellini (2009) estuda o letramento de freiras em conventos, como promotor de autonomia de grupo à margem da escrita, que seriam as mulheres, na sociedade portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Peter Burke (1995), no livro *A arte da conversação*, disponibiliza artigo que mostra a importância da dimensão social para os estudos históricos da linguagem. Enquanto vários pesquisadores focavam nos aspectos internos da língua, o autor propôs quatro campos para uma história social da linguagem: (1) consideração pelos grupos sociais que usam a língua; (2) as variedades linguística que um mesmo indivíduo pode utilizar a depender do contexto; (3) a língua como reflexo da sociedade e cultura na qual é usada; e (4) a língua enquanto instrumento de poder que molda a sociedade. Estes tópicos foram sistematizados por Pessoa, durante o curso de História Social da Linguagem na Universidade Federal de Pernambuco (2012).

livros, ou textos individuais, o conhecimento escrito era melhor transmitido via oralidade. Com o surgimento do impresso, este facilita a leitura silenciosa, a leitura individual, já que era possível que uma pessoa tivesse o seu próprio texto impresso. Até a caligrafia variável de cada um dificultava a leitura e a aquisição da escrita, a escrita impressa, ou mais corretamente a tipografia impressa, é de fácil acesso ao leitor (uma vez que este a aprende, fica simples a compreensão de qualquer texto impresso). Para ler a caligrafia manuscrita, era preciso alguns exemplos de letras e a experiência de ler vários manuscritos para desenvolver a habilidade de decifrá-los¹⁰². Barbosa (2010, p. 93-94) explica este argumento abaixo:

Há que se considerar também que a materialidade do texto influencia a maneira como se poderá realizar essa prática¹⁰³. Os contextos de leitura, escrita à mão ou escrita sob a forma impressa, por exemplo, induzem a diferentes níveis de habilidades. Ler um texto manuscritos para quem não maneja com destreza o código pode representar uma dificuldade suplementar, ainda mais quando a produção é de um outrem com limitações em relação à escrita. Por outro lado, um texto impresso pode facilitar o entendimento.(...)"

E assim, o impresso ajudou a desenvolver as práticas de leitura e escrita no Brasil do século XIX. Sem esquecer, é claro, das relações com a oralidade¹⁰⁴, retomando como o acesso à escrita era facilitado pela leitura em voz alta. Observando os entrecruzamentos aqui analisados, tanto das relações entre oralidade e escrita, como de letrados e não-letrados com a inovação do impresso, no contexto específico do Recife, Gomes (2008, p. 52) discorre:

Apesar da escassa alfabetização, a linguagem impressa foi-se estabelecendo em meio aos cruzamentos da oralidade e da escrita e entre as culturas letradas e não-letradas. Um traço característico desse período é exatamente a leitura coletiva, o que possibilitava a expansão dos debates políticos para além do público estritamente leitor (cf. Morel e Barros, 2003, p.45-46). A leitura em voz alta servia como mediação oral para que o grande público pudesse acessar a produção escrita da minoria culta.

Assim, o impresso interfere fortemente na cultura letrada de qualquer lugar onde surge, inclusive no Brasil do início do século XIX. Mais compacto e barato, o impresso vai impactar a sociedade com maior abundância de textos e maior acesso a escrita, ampliando, primeiramente, o letramento da população e depois até a alfabetização. Com a prensa foi possível aumentar a produção de livros e almanaques que vão funcionar como fonte de conhecimento bem mais acessível que o manuscrito. A partir de 1850, segundo Moysés (1994), o léxico dos textos religiosos e didático vão ser introduzidos na sociedade de maneira impressa, pela difusão de santinhos entregues nas casas durante tempestades e outros, e isso gera mudança nos nomes próprios das pessoas, influenciados pelo acesso dos cidadãos comuns aos impressos. Na observação da autora, fica claro os aspectos considerados por Burke (1995), sobre como a

¹⁰²Essa característica pode ser notada ainda hoje, por exemplo na escrita de médicos, ou mesmo no processo de transcrição paleográfica. O leitor atual consegue facilmente ler impressos, mas quando confrontado pelo manuscrito é preciso redesenvolver as habilidades de leitura para decifrá-los.

¹⁰³No caso, práticas de leitura

¹⁰⁴Para saber mais como a oralidade e a escrita ainda se relacionam atualmente para a memória e as práticas de leitura, conferir Galvão (2002).

dimensão social da língua, nesse caso a escrita impressa, se relaciona com a sua comunidade de uso, pela sua variedade e pelo seu alcance aos vários grupos sociais, mudando e refletindo a sociedade que a utiliza.

4.4 Aspectos sobre Letramento

Uma questão que ganhou relevância ao longo das pesquisas foi sobre o processo de alfabetização de negros e escravos em Recife durante esse período. Na verdade, foi mais a ausência de uma literatura engajada em responder essas perguntas que fez tão pertinente uma explanação sobre o assunto. Ao buscar textos de irmandades religiosas de negros e pardos, escravos ou forros, do Recife, a intenção era encontrar textos que fossem escritos por negros e que pudessem melhorar a compreensão de como se deu o processo de nativização do português no Brasil. Inicialmente, parece um pouco duvidoso, visto que havia um consenso de que a maioria dos escravos de tais irmandades, mesmo que de pardos e pretos, deveriam ser brancos, o que, junto de um censo social desfavorável, subliminarmente levou a acreditar que não houvesse negros escravos ou forros alfabetizados ou letrados no Recife durante a primeira metade do século XIX. Assim, buscou-se encontrar fatos históricos que comprovassem a hipótese afirmativa de que havia, sim, escritores comuns libertos e escravos durante o período.

Realmente os dados são muito difíceis de se encontrar, mas uma corrente de estudos paralela, demonstrou que havia escravos alfabetizados pelo Brasil, entre esses estudos que comprovam tal fato, destaca-se aqueles para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A maioria deles feita com base em anúncios de escravos que se mostraram a fonte mais produtiva para encontrar esses indícios. Além destes, conta-se com as documentações oficiais, mas que por questões legislativas apresentam algumas falhas de descrição. Com esta documentação, Silva (2000) reuniu provas históricas de que havia no Rio de Janeiro em 1856 uma escola exclusiva para meninos pretos e pardos, e lecionada por professor negro, Pretextato dos Passos e Silva. A autora reuniu as documentações nas quais o professor e a comunidade pediam às autoridades autorização para que a escola continuasse a existir mesmo após legislação que pedia comprovativo de estudos de todos os professores das aulas magnas do Rio de Janeiro, o que não parecia incluir Pretextato, que argumentou para a questão do preconceito racial como argumento para manter a escola em funcionamento. Este último argumento certamente foi escrito para sensibilizar as autoridades brancas que também tivessem problemas com seus filhos frequentando escolas junto com pardos e negros.

Disse Pretextato que, além de ensinar aos *filhos de cor preta* ensinava também aos de *cor parda*, demonstrando querer ampliar seu raio de atuação para além do público preto. Esta especificação do público discente, desta forma, por cor, demonstra quanto esta ainda era importante critério para a diferenciação das pessoas e o quanto pretos e pardos não se confundiam, pelo menos na perspectiva daquele professor preto. (...)

Notável mesmo foi sua justificativa em tom de crítica, para abertura da escola. Segundo ele, os pais dos alunos brancos das *escolas ou colégios* da Corte (...) não admitiam a convivência de seus filhos com os pretos.

Foi preciso, então, fazer uma busca teórica para encontrar o termo mais adequado para caracterizar as relações entre escravidão e escrita, seria o caso de nominá-los enquanto alfabetizados, mesmo com a ausência de um sistema formal de ensino das primeiras letras, fosse público ou particular? Recentemente os conceitos de alfabetismo e letramento tem sido muito debatido e há certa imprecisão que paira sobre eles. Há conceitos teóricos que ligam as duas dimensões, Magda Soares (2002, p. 18) conceitua:

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

(...) **alfabetizado** nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de que se apropriou da leitura e da escrita incorporando as práticas sociais que as demandam).

E assim, o alfabetismo seria um estágio para o letramento. No entanto, como ve-se a seguir, o letramento na sua dimensão aplicada às pesquisas, incorpora aqueles que mesmo não dominando a tecnologia da escrita na sua totalidade, por imersão a um mundo fortemente pautado nesta tradição, adquirem hábitos e comportamentos que denotam familiaridade com estes sistemas, como o caso do escrivão Manoel de Barros.

A diferença entre **alfabetização** e **letramento** fica clara também na área das pesquisas em Educação, em História, em Sociologia, em Antropologia. As pesquisas que se voltam para o estudo do número de alfabetizados e analfabetos e sua distribuição (por região, por sexo, por idade, por época, por etnia, por nível socioeconômico, entre outras variáveis), ou que se voltam para o número de crianças que a escola consegue levar à aprendizagem da leitura e da escrita, na série inicial, são pesquisas sobre **alfabetização**; as pesquisas que buscam identificar os usos e práticas sociais de leitura e escrita em determinado grupo social (por exemplo, em comunidades de nível socioeconômico desfavorecido, ou entre crianças, ou entre adolescentes), ou buscam recuperar, com base em documentos e outras fontes, as práticas de leitura e escrita no passado (em diferentes épocas, em diferentes regiões, em diferentes grupos sociais) são pesquisas sobre **letramento** (SOARES, 2002, p.23).

Essa última descrição se encaixa perfeitamente nos objetivos da pesquisa, já que não havia alfabetização formal, via métodos didáticos. A maior parte dos leitores, os cidadãos comuns que não iam ter seus estudos em Portugal, aprendiam a ler e escrever, na melhor das hipóteses com aulas particulares, mas o contato inicial certamente apontava para os impressos e manuscritos produzidos, e daí vem o seguinte entendimento:

(...) que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser **analfabeto**, mas ser, de certa forma, **letrado** (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a *letramento*). Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque vive marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita tem presença forte, (...) é, de certa forma, **letrado**, porque faz uso da escrita, envolvendo-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2002, p.24)

Essa última citação nos remete a Calvet (2011), quando este analisa a origem da escrita e como esta foi se introduzindo nas sociedades que as desenvolveram, por questões pragmáticas

e por práticas de poder, e neste último parâmetro as sociedades com escritas consideraram as sociedades sem escrita como inferiores, "um fato cultural que, na ideologia dominante, serviu às vezes de fundamento para rebaixar o outro". No entanto, para resolver este problema, o autor sugere a proposta de analisar, dentro dessa relação colonial, as origens da escrita segundo *invenção e empréstimo*. Segundo invenção, este propõe como as sociedades que desenvolveram a escrita a partir do "encontro de um sistema gestual (a língua) e de um sistema pictórico (sua transcrição escrita)" e em resposta a uma necessidade social (CALVET, 2011, p.124). Quanto ao empréstimo, seria a introdução da escrita numa sociedade de tradição oral decorrente sobretudo de uma imposição, Calvet (2011, p.124) diz:

- o momento dessa introdução não é o produto de uma evolução histórica da sociedade em foco;
- a necessidade a que essa introdução responde é, geralmente, exógena e está em contradição com aquilo que dissemos acima: pensa-se, em geral, na transcrição da literatura oral quando se dota uma língua de um alfabeto, ao passo que a emergência histórica dos alfabetos não respondia a necessidades de tipo literário;
- a escolha do alfabeto é própria exógena, em geral inspirada no modo de transcrição de uma língua de prestígio ou de uma língua colonial.

Inclusive, o autor compara essa realidade com a de algumas sociedade agrafas atuais, confrontadas com projetos de alfabetização. Logo, o caso do empréstimo se aplica a maior parte dos africanos escravizados de sociedades com tradição oral. Os que chegaram capturados e vendidos foram, por imposição, inseridos numa sociedade de tradição escrita, onde até a sua liberdade era medida por um pedaço de papel escrito, a carta de alforria. Sendo assim, temos dois choques culturais linguísticos, a partir da perspectiva dos substratos, o conflito com um outra língua de natureza distinta, e a imersão numa sociedade com código escrito¹⁰⁵.

Tais dimensões vão oscilar de maneira bem interessante ao longo do período histórico da escravidão. O isolamento social promovido pela estrutura açucareira, de casa grande e senzala, restringia seriamente as relações linguísticas entre senhores e escravos, já que não era preciso que houvesse diálogo para exigir um determinado trabalho. Entretanto isso vai mudar completamente com a urbanização e a valorização do comércio, aumentando inclusive o número de falantes de português. Se na escrita manuscrita eram poucos os que tinham acesso a habilidade de ler e escrever, e eram poucos por assim dizer os livros e textos acessíveis à população, com a vinda do impresso essa realidade muda. O século XIX é especialmente sensitivo a esse ponto, vez que havia muitas pressões externas para a abolição, com ameaça de navios ingleses invadirem o Rio de Janeiro em apoio aos escravos para a libertação dos

¹⁰⁵Sobre a aquisição da língua portuguesa por escravos, com base no Centro-Sul, Slenes observa nos relatos do historiador Stanley Stein hábitos que mostram a convivência entre as línguas africanas e a língua portuguesa no cotidiano dos escravos por meio de jongos, ou cânticos durante os trabalhos nos cafezais: "o 'mestre cantor' de uma turma começaria com o primeiro 'verso' (...). Sua turma repetiria em coro a segunda linha do verso, para depois trabalhar ritmicamente enquanto o mestre cantor da turma vizinha tentava decifrar (desafiar) o enigma apresentado. Stein acrescenta que "os jongos cantados em língua africana eram chamados de quizumba; aqueles em português, que iam se tornando mais comuns com a diminuição dos africanos mais idosos na força de trabalho (eram conhecidos como visaria)".(SLENES, 1992, p. 62)

mesmos¹⁰⁶.

Tal reestruturação teve participação fundamental de afro-descendentes alfabetizados e abolicionistas, como André Rebouças e José do Patrocínio, publicando textos e atuando por vias da escrita para manifestar seus ideais¹⁰⁷, Amaral (apud GOMES, 2008, p. 84) periodiza a imprensa brasileira e sobre esse primeiro momento diz:

A tendência político-partidária: parte da concepção de que a função do jornal é essencialmente opinativa. É a fase que retrata o início do jornalismo e de uma mutação política no Brasil, em meio a um elevadíssimo analfabetismo. Os discursos eram ora áulicos e pomposos ora pasquineiros, com injúrias e grosserias que entremeavam uma prosa extremamente clássica e beletrista. É marcada por intensas polêmicas pessoais e violência física e verbal. "Até a primeira metade do século XIX não havia preocupação por parte do editor de do leitor, com equilíbrio e imparcialidade." (Amaral, 1996, p. 25).

Segundo Moysés (1994, p. 200-1), "(...) da França emergem as contradições e as rupturas de todo um processo cultural articulado sobre a escravidão." e é também a partir dessas rupturas que vai se introduzindo a valroização da alfabetização como *status* de liberdade. Outros exemplos são a imprensa de 1844: "Umm livro para cada liberto, e que elle alli possa ler, que a sensala também pode chegar a ser - casa educadora, e o instrumento de opressão - instrumento do trabalho."; ou a fala de Conselheiros como a de Leôncio de Carvalho, no Museu Imperial, em 1878: "A intrução constitui elemento vital das sociedades modernas: ela é a sua primeira condição de qualquer progresso material e moral porque é sua luz como a liberdade é sua atmosfera." Esses argumentos articulados demonstram as relações entre instrução, liberdade e o movimento abolicionista.

Como argumento final, Moysés (1994) diz que quando surgem os discursos republicanos, com o projeto de Nação, a instrução seria condição necessária para a cidadania e para o desenvolvimento, neles se configuraria um quadro no qual escravidão, atraso e analfabetismo se confundem. Esses esforços, apesar de comentados pela classe intelectual, não se fizeram sentir para a comunidade negra, forra, emersa da escravidão, se antes o negro era discriminado pelos dogmas da Igreja Católica, como sendo destituído de alma ou mesmo amaldiçoada pela sua origem bíblica, agora o negro é discriminado pela ciência como sendo inferior¹⁰⁸.

Há relatos sobre escravos islâmicos alfabetizados em árabe, os malês¹⁰⁹, no entanto para a língua portuguesa, poucos ou talvez até nenhum tenha chegado em terras brasileiras capturado e alfabetizado. E não é à toa, com todas as considerações sociais mencionadas, que para vários pardos, e inclusive negros, ler e escrever será tido como hábito de indivíduos livres. Assim vários foram em busca desta habilidade, e com este "poder" conseguiram atingir segmentos

¹⁰⁶Sobre como os empregos comerciais e a ocupação de escravos de ganho favoreceu e incentivou as práticas de leitura e escrita, conferir Silva (2000), em especial o capítulo *Caminhos da liberdade num império em construção*.

¹⁰⁷Sobre a imprensa negra, ver Pinto (2010) que trata sobre os principais folhetins abolicionistas do século XIX

¹⁰⁸ Isso ainda pode ser sentido atualmente em artigos científicos que buscam comparar biologicamente diferentes etnias, e nos preconceitos da sociedade brasileira.

¹⁰⁹ Segundo Moysés (1994), estes eram temidos por seus senhores, porque os mesmos não sabiam ler e escrever e os malês o sabiam.

sociais com maior influência para mudanças sociais importantes no momento, entre as mais célebres delas, a Lei Áurea. Por na sua maioria serem de sociedades de tradição oral e apresentarem memória oral, em contrapartida à memória escrita e o letramento dos brancos pertencentes a uma cultura de tradição escrita, esse conflito entre tradições, vai repercutir sobre questões identitárias para a comunidade afro-descendentes, como é possível notar em alguns livros sobre o assunto. Se o indivíduo quisesse se integrar a essa nova Nação "instruída", este deveria adotar costumes que o desvinculassem de uma tradição cultural escrava tida à época como inferior, gerando conflito social com o grupo a qual pertencia e demonstrando bem essas tensões e rupturas. Isso dicotomiza a sociedade entre o mundo almajeado, branco, e o mundo escravo, negro, promovendo o embraquecimento do negro nas suas práticas e legitimando a leitura e a escrita como novo mecanismo de inserção social.

Vale lembrar que a resistência a uma alfabetização adequada advém dessas diferenças de concepções culturais onde o negro estava inserido na sociedade escravista¹¹⁰. O Estado parte do princípio, pelas novas concepções, de que a iniciação da população na alfabetização era necessária, no entanto a população já estava em contato com a escrita previamente, só que esta enquanto aparato cultural do branco. Este contato é percebido pela apropriação das práticas de leitura em voz alta, nesses aspectos a alfabetização era uma prática que envolvia leitura ouvida, repetição, e memorização, ainda mais pela escassez de textos nessa sociedade, garantindo um letramento dos cativos. Isso era percebido quando os escravos de ganho, vendo seus senhores anotarem as quantias para trazer de suas vendas no mercados, nas ruas, sabiam retirar um pouco a ser guardado para as cartas de alforria, ou quando crianças negras cantavam, soletrando à sua maneira, o ABC ouvido das crianças brancas e seus professores (MOYSÉS, 1994).

4.5 Alfabetização de negros escravos e libertos em Pernambuco

Para o estado de Pernambuco, houve um estudo pioneiro quanto a isto, que foi o estudo de Silva (2007). A autora percorreu a documentação de escolas pernambucanas durante o século XIX no intuito de encontrar o perfil desses alunos, e também, na esperança de encontrar uma menção explícita a estudantes negros, ou escravos.

Silva (2007, p. 278) trabalhou com os dados das aulas magnas do estado de Pernambuco, e alertou para dois problemas: (1) havia incentivos para que os poderes locais afirmassem haver mais escolas e mais alunos matriculados do que necessariamente haviam, as escolas por exemplo poderam não estar funcionando; e (2) desde a legislação de 1837, os professores particulares¹¹¹ que contassem com mais de 50 alunos ganhavam bonificação extra, e por isso os dados tenderiam para mais. A autora aponta também que não houve legislação resistente às questões de carácter social ou racial, no entanto eram sensíveis, tanto as leis de 1837, como as

¹¹⁰Sobre como os processos educacionais podem ser percebidos enquanto mecanismos imperialistas, conferir Wa Thiong'o, *Decolonising the mind: the politics of language in african literature*, 1994.

¹¹¹No sentido de serem os responsáveis por conseguir um local de trabalho e alunos para exercerem o magistério

de 1855, quanto aos escravos¹¹²(SILVA, 2007, p.284). Segundo ela (2007, p. 284) "meninos de todo o tipo, ricos e pobres, e de todas as cores frequentaram - talvez como colegas, inclusive - as aulas públicas de primeiras letras", mesmo meninas (2007, p. 288). Quanto ao *status* de liberdade, era necessário precisar se o aluno era ingênuo, ou seja nasceu livre, ou forros, libertos. Embora com legislação desfavorável, em geral tais legislações não previam punição e por isso tinham certa maleabilidade¹¹³, Silva (2007, p. 312, quadro 1) encontrou 2 cativos matriculados em Vila de Santo Antônio no ano de 1828, como o total de alunos não passava de 45, não seria esperado que estes alunos tivessem matriculados por conveniência do professor, mas sim porque frequentavam as aulas. Isso demonstra que houvesse algum senhor ou que valorizava, ou que no mínimo, permitia que um de seus escravos frequentasse as primeiras letras, apontando para as mudanças sociais do período.

Moysés (1994) ressalta a proibição na Constituição de 1824 do acesso à educação por escravos, divergindo das considerações de Silva (2007) que focou mais na legislação pernambucana, e na legislação da Reforma Pombalina. E ela ainda observa o índice oficial de alfabetização de escravos no censo de 1872: 1 escravo alfabetizado para cada 999 analfabetos e 0,6 escrava alfabetizada para cada 999,04 analfabeta, contra, por exemplo na Bahia, 30% de crianças brancas que já eram alfabetizadas (p. 204). Isso se reflete nas buscas deste trabalho e nas pesquisas de Silva (2007). Quanto a diferença entre homens e mulheres, era comum na época que homens tivessem maiores taxas de alfabetização que mulheres¹¹⁴.

Como vimos a alfabetização formal de escravos não contava estatisticamente com um número relevante, mas mesmo assim assegurava a presença, ainda que ilegal, de alguns indivíduos cativos nas aulas públicas. Outros pesquisadores já citados discutindo sobre este assunto, encontraram outras fontes para atestar historicamente a presença de escravos letrados e estes foram realizados com base em anúncios de escravos. Os anúncios de escravos são fontes importantes sobre a história dos escravos, suas características, habilidades, vestimenta e hábitos, sobre os quais pouca documentação restou para esclarecer o passado.

De modo geral os anúncios tratam das características físicas e identitárias dos escravos para o reconhecimento destes nas ruas¹¹⁵. Seguindo metodologia semelhante à Pessoa (2000) que observou os aspectos da habilidade de fala da língua portuguesa nos africanos do Recife nos anúncios de escravos fugidos do jornal "O Carapuceiro". Elaborou-se algumas considerações com base nos anúncios de "Escravos Fugidos", "Avisos Diversos" e "Vendas" do jornal *Diário de Pernambuco* entre os anos de 1831 e 1848, sendo a maior parte da década de 40, e transcritos a

¹¹²Sobre este assunto ver capítulo 3 de Silva (2007).

¹¹³Para mais informações do acesso à educação e a cultura por escravos, ver Graham (2007), *Writing from the margins: brazilian slaves and written culture*

¹¹⁴Nesse sentido, mulheres podem ser consideradas, ainda que em menor escala, um grupo marginalizado da sociedade letrada da época.

¹¹⁵Não por acaso a tradição discursiva dos anúncios de escravos tornaram-se fonte para os atuais "Procura-se" ou "Desaparecidos" policiais (PESSOA, 2003). Carvalho (2010) também observou uma série de peculiaridades do comportamento da sociedade recifense nos anúncios e reclames de jornais, e isso ampliou consideravelmente o entendimento sobre a mauricéia no século XIX.

partir do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Em 342 anúncios das várias naturezas mencionadas, houveram dois em que o letramento do escravo foi mencionada¹¹⁶. Ambas, a seguir:

- Fugio no dia 21 de Dezembro p.p. do Engenho Natuba, um molato de nome Agostinho, bastante grosso, e baixo, cabellos crespos, de 30 annos, he çapateiro, e **sabe lêr**: levou vestido a libré de pagem, e um cavallo em que hia montado, alasão rosilho, magreirão. Os aprehensores leve-o ao refereido engenho do Sr. João Mauricio Cavalcanti da Rocha Wanderley, de quem he escravo, ou à seu correspondente da Praça, Antonio da Costa Rego Monteiro, na rua do Crespo, que recompensarão generosamente; e roga-se ás Auctoridades Policiaes desta cidade e porto, que o não deixem sahir, pois elle pretende embarcar para o Rio. (A-118, DN, 14 de Janeiro de 1843)

Um mulato de nome Joaquim, alto, sêcco do corpo, bem barbado, tem uma sicutriz no dedo polegar de uma das mãos, é çapateiro, **sabe ler e escrever alguma cousa**, fala mansamente, e ostenta de forro: é natural da Serra do Martins na Província do Rio Grande do Norte, aonde foi escravo de José Antonio Saraiva, que o vendeu em Santa Rita do Rio Preto da Provincia da Bahia. Fugio no dia 14 do corrente, levando uma trouxa com bastante roupa de seu uso, entre a qual uma jaqueta de panno azul, outra de chila côr de rosa, e outra branca. Dá-se 50\$000 rs. de gratificação a quem o apprehender e o levar a seu senhor, ora hospede do convento de S. Francisco do Recife, ou á rua da Roda n. 17, 2º andar. (A-131, DN, 16 de Fevereiro de 1843)

Muito comum era os escravos com aptidões comerciais envolvido contas e serviços de caixa, além do ofício de sapateiro. Assim, percebe-se que a habilidade de contar era muito mais difundida e intuitiva, enquanto que a leitura tinha carácter realmente raro, embora o relato existisse. É importante considerar que entre as ordens terceiras que mais realizavam atividades educacionais estavam as associação de artífices, e como não havia uma dura fiscalização¹¹⁷ era de se esperar que nas irmandades e confrarias também houvesse a troca deste tipo de conhecimento. Outra pista histórica que encontrou-se sobre escravos letrados em Recife foram as cartas escritas pelos mesmos, disponíveis em arquivos da cidade¹¹⁸. No entanto, para confirmar as práticas de alfabetização nessas ordens terceiras, Luz (2007) discorre sobre as práticas de letramento na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco entre 1840 e 1860, provavelmente já fruto dessa pressão social para a alfabetização. Muito interessante é notar que esta sociedade surgiu dentro da Igreja de São José do Ribamar e a partir das práticas da Irmandade de São José de Ribamar, como vimos essas confrarias foram muito importantes para a comunidade carente e escrava desse período, vez que oferecia uma série de serviços, entre eles como pode ser notado a chance de se alfabetizar. Essa irmandade deve ter sido especialmente produtiva para alfabetização vez que aglutinava profissionais das artes mecânicas e alguns membros das associações dos artistas.¹¹⁹

¹¹⁶Havia pouco, como já foi dito, sobre as habilidades linguísticas dos africanos e afro-descendentes, inclusive com a tendência a não se considerar possibilidade de que casos de escritos como esse tivessem sido de fato documentados para o Recife.

¹¹⁷Sobre esse assunto ver Carvalho (1998) sobre a cartilha de ABC encontrada com o negro Agostinho, líder de uma seita religiosa.

¹¹⁸Sobre esses ainda é preciso estudo mais detalhado.

¹¹⁹Luz (2007) também vai apontar para as diferenças entre escrita e oralidade como conflito de tradições.

5 O Gênero Termo

Quando aparece uma nova mídia, as mídias mais velhas não desaparecem.

Peter Burke (2008). A comunicação na história.

5.1 Gênero e tipologia textual

Devido ao seu valor histórico, optou-se por fazer uma análise do gênero situado dentro de uma tradição discursiva dos textos. Entretanto, já nas leituras sobre linguística de texto, foi possível perceber uma sobreposição de conceitos entre gênero e tipologia textual. Como tal assunto não era consenso entre os pesquisadores da área e havia algumas perspectivas teóricas a serem exploradas, elaborou-se uma pequena sinopse teórica sobre os conceitos de gênero e tipologia textual. Os resultados obtidos destes questionamentos teóricos, encontram-se neste tópico.

Segundo Jucker (2000) a tipologia textual teria por base principal os fatores intralinguísticos, como aspectos gramaticais, fórmulas textuais, enquanto que o estudo de gêneros teriam seus pilares nos fatores interlinguísticos, como a função, o autor, o destinatário. Para além dos estudos mais próximos às questões textuais, há também uma abordagem discursiva para a questão que se foca principalmente nos aspectos funcionais, comunicativos e interativos dos textos, agora já entendidos como diálogos.

The terms 'text type' and 'genre' are sometimes used interchangeably to refer to groupings of texts that share certain characteristics features. However, I find it useful to distinguish between the two terms. Normally the term 'text type' is used for specific theoretical categories that are established by linguistics, such as instructional texts or narrative texts. They are established on the basis of internal features such as the occurrence or frequency of certain linguistic elements. Instructional texts, for instance, may be characterised, among other things, by a high frequency of imperatives and second person pronouns.

The term 'genre', on the other hand, is used for categories for which conventional labels, such as 'letter', 'biography', 'recipe', 'court record', 'science textbook' and so on, exist in the language. They are generally established on the basis of external features such as their function or the relation between the writer and the addressee. These labels provide an ethnographic view of the communicative practices that a society regards as salient and worthy of naming.

A classification of dialogues into 'forms of dialogue' focuses on spoken interactions. They are characterised by specific sequences of speech acts. An interview, for instance, is at least partially defined as a sequence of questions and answers, and a debate as a sequence of argument and counterargument. Some forms of dialogue are highly rule-governed and tightly organised such as church sermons or parliamentary debates, while others are loosely organised with few restrictions such as an informal chat during a coffee break.

Embora a explicação do autor se proponha a ser objetiva e clara, a literatura é mais complexa do que isso e os fatores intra e interlinguísticos se misturam nos estudos de gêneros e nos estudos de tipologia textual. Görlach (1995) por exemplo não concorda com essa perspectiva, uma vez

que na sua proposta de definição para um tipo textual, este leve em consideração vários aspectos sócio-funcionais.

A text type is a specific linguistic pattern in which formal/structural characteristics have been conventionalized in a specific culture for certain well-defined and standardized uses of language so that speaker/hearer or writer/reader can judge:

- a) the correct use of linguistic feature obligatory or expected in a specific text type (including the choice of the appropriate language and register);
- b) the adequate use of the formula with regard to topic, situation, addressee, medium, register, etc.;
- c) the identification of intentionally or inadvertently mixed types, or their misuse;
- d) the designation of the text type (speakers not only know what features characterize a telegram but also know the name).

Como explica Marcuschi (2008), há várias perspectivas para o estudo de gênero pautado por vários princípios teóricos distintos. Este autor expõe mais as perspectivas sócio-discursivas das análises de gênero, pautados na ideia de gênero enquanto ato comunicativo, interacional, discursivo, dialógico, que está mais vinculado aos aspectos que Görlach (1995) e Jucker (2000) trataram como sendo sociais, extralinguísticos. Estes últimos não excluem os aspectos linguísticos ou as fórmulas textuais, apenas tem uma percepção mais abrangente sobre o que é o gênero. O autor também percebe a ausência de uma distinção clara entre tipo textual e gênero, incluindo a estes termos do domínio discursivo:

a. Tipo textual designa uma espécie de construção teórica em geral uma sequência subjacente aos textos definida pela natureza linguística de sua composição aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo. O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. O conjunto de categorias para designar tipos textuais é limitado e sem tendência a aumentar. Quando predomina um modo de um dado texto concreto, dizemos que esse é um texto argumentativo ou narrativo ou expositivo ou descritivo ou injuntivo.

b. Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concertadamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.

c. Domínio discursivo constitui muito mais uma 'esfera da atividade humana' no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica instâncias discursivas (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

Jucker (2000) e Marcuschi (2008) se assemelham nas suas considerações, e assim, pode-se perceber, diante das tentativas de delimitação conceitual entre a tipologia textual e o estudo

de gêneros, que tais áreas estão intimamente ligadas e até imbricadas epistemologicamente. Da relação entre aspectos linguísticos, comunicativos e sociais, fica claro que há três posicionamentos epistemológicos a serem considerados: o primeiro, que se apresenta de maneira mais superficial para este estudo até pela materialidade da análise, seria a perspectiva do discurso, a mais conhecida delas seria a abordagem dialógica de Bakhtin para o estudo dos textos, o segundo seria a perspectiva sócio-retórica que se une ao terceiro posicionamento que seria o estritamente linguístico.

Görlach (1995) une as duas últimas perspectivas, assim como Bazerman (2011). Uma vez que Görlach representa um pesquisador da linguística textual europeia, mais especificamente a alemã, e Bazerman se pauta mais pela sócio-retórica da perspectiva pedagógica americana, é interessante notar essa aproximação de definições. Sobre essa interação epistemológica, Bazerman (2011) afirma que os fatos sociais estão intimamente relacionados às necessidades de escritura da sociedade, assim há uma interdependência entre as ações e os textos a elas relacionados, daí a análise de um gênero estar sempre ligada tanto aos seus aspectos linguísticos quanto sociais, ou seja, unir a matéria escrita com a ação e analisar a funcionalidade desta relação.

Dando seguimento lógico à abordagem de Bazerman para a padronização dos atos de fala (escritos ou orais) e dos fatos sociais, o autor sugere uma definição de gênero que está diretamente ligada à questão da tipificação, seja de fatos sociais, seja de textos e estruturas linguísticas:

(...) Nessa sequência de eventos, muitos textos são produzidos. E o que é mais significativo, diversos fatos sociais são produzidos. Esses fatos não poderiam existir se as pessoas não os realizassem por meio da criação de textos: requerimentos de graduação, programas definindo o trabalho das várias disciplinas, critérios para as disciplinas aprovadas, matrícula de cada aluno nas disciplinas de escrita intensiva, e assim por diante. Nesse ciclo de textos e atividades, vemos sistemas organizacionais bem articulados dentro dos quais tipos específicos de textos circulam por caminhos previsíveis, com consequências familiares e de fácil compreensão (pelo menos para aqueles familiarizados com a vida universitária). Temos gêneros altamente tipificados de documentos e estruturas sociais altamente tipificadas nas quais esses documentos criam fatos sociais que afetam as ações, direitos e deveres das pessoas.”

(...) Se começamos a seguir padrões comunicativos com os quais outras pessoas estão familiarizadas, elas podem reconhecer mais facilmente o que estamos dizendo e o que pretendemos realizar. Assim, podemos antecipar melhor quais serão as reações das pessoas se seguirmos essas formas padronizadas e reconhecíveis. Tais padrões se reforçam mutuamente. As formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros.

Ao criar formas tipificadas ou gêneros, também somos levados a tipificar as situações nas quais nos encontramos. Percebemos que, quando um convidado na casa de alguém faz um comentário sobre desconforto físico, o anfitrião compreende isso como uma obrigação para deixar o convidado mais confortável. Podemos, então, ajustar nossos comentários de forma a não colocar nosso anfitrião, equivocadamente, num estado de obrigação qualquer. A tipificação dá uma certa forma e significado às circunstâncias e direciona os tipos de ação que acontecerão. (...)

A definição de gênero apresentada aqui é um pouco diferente daquela noção mais trivial que temos de gêneros; no entanto, é compatível com ela. Com o passar de nossas vidas, reconhecemos muito rapidamente quando um texto a um ou outro tipo familiar, geralmente porque reconhecemos algumas características textuais que nos sinalizam que tipo de mensagem pode ser aquela. (...) Então, tendemos a identificar e definir os gêneros por essas características sinalizadoras especiais, e depois por todas as outras características textuais que virão a seguir, segundo nossas expectativas. (BAZERMAN, 2011, p.30-31)

Como este estudo é de caráter qualitativo, devido à baixa representatividade quantitativa do corpus e como atingiu-se compreensão ampla do contexto histórico e da estrutura de funcionamento da INSRHP, escolheu-se por considerar a perspectiva do gênero, com todas as suas externalidades linguísticas, mas procurou-se exemplificar os mecanismos linguísticos de funcionamento dos textos. A partir da análise do gênero *termo*, desenvolveu-se um ponto de partida inicial com vários questionamentos do que poderia ser a tradição discursiva deste gênero. Logo, a análise textual de uma fase da tradição discursiva em questão teve por base uma abordagem mais ampla que se definiu pelas perspectivas: textual e sócio-retórica.

5.2 Ata ou Termo?

Partindo das definições acima experienciadas, a função deste tópico será de sugerir e compreender os possíveis mecanismos sociais e textuais dos termos da INSRHP selecionados para corpus deste trabalho. O aspecto mais relevante que despontou nos dados é a íntima relação entre os gêneros termo e ata que encontrou-se no *corpus*. A seguir, far-se-á um estudo comparado entre as definições de ata e termo encontradas em dicionários jurídicos, vez que estes são os mais familiarizados com os gêneros em questão.

Até agora são escassos, para não dizer nulos, os trabalhos em linguagem que se preocuparam a definir os aspectos sociais ou textuais dos termos. Há uma área, chamada de Redação Oficial, que, atualmente, define a estrutura destes textos oficiais para fins burocráticos. As relações burocráticas, entre instituições e entre pessoas, devem seguir um certo rigor formal para elaborar os seus declames, reclames, e requisições, e por isso o termo é considerado um gênero protípico, assim como uma carta, ou uma receita culinária. Outros gêneros textuais comuns da redação oficial seriam: o parecer, o requerimento, o relatório.

O termo entretanto parece assumir um leque maior de funcionalidades, seja estas muito ou pouco formais, e por isso, tem sido construído ao longo do tempo com menos rigorosidade formulaica. Dessa forma, uma questão que se interpôs logo de início na pesquisa foi a sua semelhança funcional e textual em relação às atas.

Para que este se constituísse enquanto o estudo da tradição discursiva do termo, ou da tradição discursiva da ata, seria necessário um *corpora* mais representativo de tais tipologias textuais, ou estudos anteriores que descrevessem detalhadamente trechos e percursos pelos quais estas tradições passaram. Desse modo, o estudo da tradição se limitou a discutir os gêneros e analisar o momento específico que os termos, produzidos por um sujeito específico, Manoel de Barros, encontravam-se, analisando um ponto específico desta tradição discursiva, para que esta possa ser ampliada em estudos futuros. Considerou-se a leitura e observação de todo o material consultado, mas análise só concerne aos termos em questão.

Neste novo objetivo em relação à tradição discursiva, compreendeu-se o que é um termo e o que é uma ata com base nas definições de dicionários jurídicos, pois para denominar o gênero

por vias de descrição textual seria preciso a apreciação de um número maior de texto. A seguir, fez-se a comparação dos resultados desta análise de base conceitual e funcional aos mecanismos de funcionamentos dos documentos desta pesquisas, ou seja, tem-se as definições e a análise pertinente aos aspectos supramencionados.

Um primeiro ponto foi a questão de que havia, tanto para termo quanto para ata, um conjunto de instrumentos textuais específicos para estas definições e não um gênero textual específico. Por exemplo, as definições de Diniz (2008) possuem conceitos de caráter mais geral e outros de caráter mais específico:

Ata. 1 Direito canônico. a) Determinação ou assento de algum cabido ou comunidade eclesiástica; b) resolução eclesiástica tomada em concílio; c) narração da vida e do martírio dos santos. 2. Direito civil. a) Registro fiel das deliberações tomadas por uma assembléia de condomínio, assinado por todos os condôminos presentes ou pelos que presidiram a reunião; b) narração escrita dos fatos ocorridos no curso de uma reunião de associação ou sociedade simples ou registro de resoluções tomadas por um órgão consultivo ou deliberativo. 3. Direito comercial. Registro escrito das deliberações e ocorrências havidas em reuniões assembleares ordinárias ou extraordinárias promovidas por sociedades empresárias.

(...)

Termo. 1. Lógica jurídica. a) Conceito que é representado por sua expressão verbal; b) um dos elementos simples entre os quais se estabelece uma relação lógica; assim, em um juízo, seria o sujeito e o predicado; em um silogismo, o maior, o menor e o médio; c) meio linguístico para manifestar o pensamento; d) último elemento lógico daqueles que se decompõe a argumentação (...) 2. Direito civil. a) Limite; marco divisório; b) dia em que começa ou se extingue a eficácia do negócio jurídico; c) estado em que se encontra um negócio; d) declaração aposta em contrato para determinar quando se inicia ou cessa a produção de seus efeitos jurídicos; cláusula contratual que subordina a eficácia negocial a acontecimento futuro e certo. 3. Direito processual. a) Instrumento no qual certos atos processuais são formalizados; auto; b) menção escrita nos autos, pela qual o escrivão regulariza o processo; c) declaração ou registro, feito pela autoridade competente, nos autos, de algum ato que deve ficar indelével; d) circunscrição judiciária abaixo da comarca, sob a jurisdição de um juiz ou de um pretor. 4. Direito administrativo. Evento futuro e certo do qual depende o exercício ou a extinção de um direito, ou a partir do qual se inicia ou cessa a eficácia do ato administrativo.

Logo de início, percebe-se a amplitude da definição destes gêneros para além da vasta quantidade de instrumentos jurídicos de funcionalidade específica possíveis para os dois vocábulos.

Para estas definições de Diniz (2008), é interessante observar que para *ata*, a autora faz menção à decisão eclesiástica tomada em concílio, que se assemelha ao contexto de uso de termo da INSRHP, como no exemplo (1) abaixo:

- (1) 1. Aos dezoto. doMes. diAgosto. di1829. neste. ConSistorio. da-
 2. Igreja deN. Snra. do Ruzorio. dos homens. Preto. des-
 3. ta. cidade. de S. Antonio do Re. Estondo. Comgregados
 4. o Ir . Juis. imais. MeZarios. pa . Sedilibera. arespeito do-
 5. Festiuidade. de. N. Snr.a do Ruzario. naSegunda. Do-
 6. minga. domes. deOutubro. (Termo 4, linhas 1-6)

Embora as irmandades tenham atingido valor sociopolítico principalmente durante o século XIX, estas eram instituições que estavam no âmago do intitucionalismo religioso da igreja católica e, inclusive, sua fundação era licenciada pela mesma. Ainda para *ata*, tem-se a saliência do aspecto sociointerativo do relato, que também fica explícito no exemplo (1), onde fica o registro assinado por um conjunto de autores que deliberaram sobre um determinado assunto.

Embora logo de início, a definição de *ata* se mostre muito próxima dos termos da INSRHP, eis que surge a definição para *termo* que compartilha de outras palavras comuns ao aparato organizacional da irmandade que seria a figura do escrivão. Quando a autora considera o termo como a formalização/regularização de um determinado instrumento por um escrivão, ela vai de encontro ao mecanismo de produção do livro de atas da INSRHP, ou seja, um conjunto de textos exigidos legalmente pelo Vaticano que são regularizados pelo registro de um escrivão e por um conjunto de assinaturas de autoridades e juízes. Isso é visível na "sobreescritura do escrivão", que quando não redigia todo o termo de próprio punho, elaborava algo como um visto burocrático para legitimá-lo:

- (2) 14. Concistório em Mesa em 29 desetem
 15. bro de 1833 (Eu. Mol. diBorros. [Pecua.] cuobri
 16. iscriui) (Termo 31, linhas 14-16)

Retomando o aspecto da variedade de nomenclaturas e funcionalidades, a autora ainda registra mais seis tipos específicos de *ata*: *ata da sociedade anônima*, *ata de audiência*, *ata deliberativa*, *ata de procedimento de conservação de restos mortais humanos* e *ata de falência*; entre estas a *ata de audiência*¹²⁰ merece algum destaque por ter definição muito próximo ao termo 3.b), e mais oitenta e três definições específicas para termos. Entre estes um que merece destaque nos dados é o Termo de Inventariança. Apesar deste se dirigir a questões de herança, ela aponta na direção de uma das temáticas encontradas na documentação da INSRHP que são os termos de inventários, lavrados para mostrarem o patrimônio da irmandade no momento da entrada e saída de um tesoureiro (antigamente notado como *thezoureiro*). Essa variedade temática intervém diretamente sob a análise, uma vez que um dos objetivos seria compreender essa interação entre os gêneros *ata* e *termo* dentro do *corpus*.

Dando continuidade às definições, temos três referências mais sucintas sobre o assunto que seriam o dicionário Priberam online:

acta (át)
 s. f.
 Registo de sessão de colectividades deliberativas.
 termo lêl (latim terminus, -i, limite, fim)
 s. m.
 13. [Jurídico, Jurisprudência] Qualquer declaração escrita nos autos.

¹²⁰Ata de audiência. Direito processual. Assento feito pelo escrivão em livro próprio, sob a direção do juiz, relativo às ocorrências havidas nas audiências judiciais. (DINIZ, 2008)

Percebe-se que estas definições estão bem próximas, ata para situações deliberativas e termo para declarações. Isso vai despontando sobre os aspectos misto de funcionalidade e significação entre os gêneros.

Torrieri (1999) distancia um pouco mais os conceitos, atrelando a dimensão deliberativa e declarativa à ata e o aspecto temporal ao termo, mesmo assim permanece uma sobreposição de função entre eles:

Ata – Registro escrito de fatos ou ocorrências e resoluções tomadas em sessão de Diretoria, conselhos consultivo e deliberativo. (...) De Assembléia Geral: lavra-se em livro próprio, assinada pelos membros de mesa e acionistas presente, sendo suficientes os que bastem para constituir a maioria necessária às deliberações adotadas; devem ser tiradas certidões ou cópias para efeitos legais (Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, art. 130, §§ 1º, a e b, 2º e 3º).

Termo – Início e fim de um prazo processual. Registro por escrito, feito pelo escrivão, do ato destinado a produzir efeitos de direito. Menção nos autos, que o escrivão faz para regularizar o processo. Dia em que se iniciam ou se findam os efeitos de uma relação de direito ou de negócio jurídico. Diz-se, ainda, do marco divisório de propriedade rurais. O termo pode ser certo ou incerto, inicial, primordial ou suspensivo, termo final, extintivo ou resolutivo, expresso ou tácito, implícito, acessório. No Direito Processual há os termos: dilatatórios, que se subdividem em legais, judiciais, perempatórios, prorrogáveis e fatais; os prejudiciais e os interativos.

E Acquaviva (1993):

Ata
Registro escrito das deliberações e ocorrências havidas em reuniões promovidas por sociedades civis ou comerciais.

Termo
Do latim terminus, limite, fim e, mais remotamente, do indo-europeu ter-men ou sinal que fixa o limite de um terreno ou ponto a partir do qual se passa para um outro lado de ter, cruzar, passar, abrir caminho por, e men, resultado de uma ação. Daí o nome próprio Terminus, designativo da divindade protetora das fronteiras. São expressões análogas de/terminar, ex/terminar, terminar, terminologia.

Momento a partir do qual um ato jurídico começa a produzir ou cessa de produzir efeitos. O termo inicial (dies a quo) assinala o início dos efeitos, ao passo que o termo final (dies ad quem) determina a sua cessação. (...).

Termo
(limite de prazo)

Do grego terma, marco, mourão; daí o latim, terminus, limite, marco.

A expressão termo, em sentido corrente, tem, portanto, o significado de extremidade, limite, alcance máximo de algo. Juridicamente, o vocábulo mostra-se equívoco, pois tanto pode denominar a delimitação do tempo para a prática ou omissão de um ato, demarcado, então, o prazo, como também apresenta significado de redução à forma escrita de um ato jurídico. (...).

Comparando estas definições com a de Diniz (2008), começa a despontar os questionamentos epistemológicos referentes ao que seria de fato um termo e o que seria de fato uma ata. Enquanto que a autora dá ênfase ao aspecto do escrivão para “termo” e para a “ata de audiência”, os autores Torrieri (1999) e Acquaviva (1993) entrecruzam tais questões. Para o primeiro, o ato da produção do texto por um escrivão aparece tanto para a ata de uma Assembléia quanto para o termo, já o segundo só considera a produção de um texto a ata enquanto que o termo seria vinculado ao seu aspecto temporal.

Plácido e Silva (1961), um cânone da terminologia na literatura jurídica, é sensível a essa dificuldade em delimitar um limite claro entre os gêneros, acrescentando também o gênero *auto* para a discussão.

Para Plácido e Silva (1961):

ATA. Em sentido genérico, lavrar em ata é o ato pelo qual se registra por escrito tudo o que ocorre em certas reuniões ou solenidades, promovida por associações, por sociedades ou outras entidades.

Desse modo, ata é o registro exato e metódico das deliberações tomadas em uma reunião de sociedade, associação ou corporação de qualquer espécie, que vai assinada ou autenticada por quem presidiu à sessão (reunião).

Os romanos chamavam-na de acta, acta publica ou acta urbana, que designavam os registros os assentamentos públicos, onde se escreviam os julgamentos, os comícios, os casamentos, os óbitos etc., para que constassem documentariamente.

Mas o sentido atual é o de registro de tudo quanto se tenha deliberado em reunião ou sessão de associações, sociedades, corporações etc., assembleia em que as deliberações, precedidas de discussão, são tomadas por votos de pessoas com direito a votar.

Segundo a praxe, nas atas se devem anotar a data de sua realização, local, convocação prévia ou determinação estatutária, mesa (presidente e secretário) que a presidente, assuntos discutidos, votação e deliberação tomada.

O livro, em que as atas se registram, é chamado de livro de atas.

Segundo o registro que se faz na ata, ou o fim que se tem em vista, várias designações a determinam.

TERMO. Do latim terminus (termo, limite, marco), originariamente, isto é, no sentido propriamente gramatical e usual, tem a mesma significação de término: é o fim, é o limite, é o marco.

Nesta acepção, aliás, termo é propriamente originado do grego terma, exprimindo o sentido de marco, mourão, com que se demarcam as terras.

E daí, extensivamente, a significação de extremidade, limite ou fim.

Assim, etimologicamente, termo assinala os pontos, em que se limitam, ou em que terminam as coisas, para que se fixem as condições, as determinações, as imposições, que as demarcam e que as governam.

Desse modo, juridicamente, os termos importam em determinações do tempo, indicando os limites de um prazo, isto é, os instantes, em que ele se inicia e se acaba. E daí as expressões bem técnicas de termo inicial ou termo de partida de um prazo (dies a quo) e termo final, ou termo de vencimento (dies ad quem).

Bem por isso, termo é tomado, extensivamente, na acepção do dia, em que começa, ou em que se estingue um prazo, ou a duração de alguma coisa. Mas termo não é o prazo, ou a duração de alguma coisa. Mas, termo não é o prazo, que designa todo o lapso de tempo decorrido entre o instante inicial e o instante final, o que se assinala, ou se demarca pelos termos. Exprime, simplesmente, as extremidades do prazo.

Desse modo, como limitador do tempo, o termo se dá as determinações do prazo, isto é, indica de modo preciso os limites do tempo em que o prazo se estabelece.

Termo. Na linguagem vulgar, termo é tido no sentido de palavra, vocábulo, expressão, por meio dos quais os pensamentos, as ideias e a própria linguagem são manifestados. Assim, os termos importam em meios de limitar, definir ou de manifestar os pensamentos e a vontade. Na terminologia processual, termo é tomado no mesmo sentido de auto. E, assim, exprime a redução de um ato forense, ou de uma diligência a escrito.

Por essa forma, os termos processuais derivam-se da materialização de atos processuais a escrito, para que nele se fixem as determinações legais, ou as ordenações do próprio feito. Embora consagrado pela praxe, melhor seria que os atos escritos nos processos, para fixação de medidas ordenadas e cumpridas, ou para registro de certo fatos processuais, propriamente se designassem por autos, que em verdade o são.

Autos designariam, pois, a documentação, a forma escrita do ato ou a materialização do ato a expressões escritas, reservando-se termo, propriamente, para as limitações de tempo, ou, conforme as circunstâncias, para as limitações do espaço.

Dessa maneira, para que não se estabeleçam dentro da linguagem forense duas expressões técnicas de sentidos diferente, bem mais apropriado que se adotasse em definitivo a expressão auto, para indicar a formação do ato ou a sua redução a escrito.

E, assim, bem distintas ficariam as duas expressões: ato será a ação, o feito, a obra, a diligência, a incumbência; auto será a documentação, a prova material, a forma do ato, o invólucro que o guarda e o contém. Bem por essa legítima expressão é que, por uma operação de gramática lógica, se derivam as justas expressões autuar, autuante, autos, tão tecnicamente aplicadas no vocábulo forense.

Assim sendo, é muito mais expressivo empregarem-se as locuções: auto de juntada, auto de vista, auto de conclusão, auto de revogação, auto de arrematação, etc., que termo de juntada, termo de vista, etc.

Neste sentido, a literatura jurídica brasileira não resolve o problema de sobreposição de gêneros. Assim, expandiu-se para alguns dicionários jurídicos de outras línguas, de modo a perseguir uma possível tradição discursiva jurídica comum. Observando primeiramente as línguas românicas, tem-se para o espanhol, Pina (1973):

ACTA. Documento escrito en que se hace constar – por quien en calidad de secretario deba estenderla – la relación de lo acontecido durante la celebración de una asamblea, congreso, sesión, vista judicial o reunión de cualquier naturaleza y de los acuerdos o decisiones tomados.

TÉRMINO. Momento en que un acto jurídico debe comenzar a producir o dejar de producir sus efectos característicos. Denomínase también plazo.”

Para o francês, Guillien e Vincent (1978):

Acte. – Dr. Civ. – 1º En la forme, un acte est un écrit nécessaire à la validité ou à la preuve d’une situation juridique: on désigne parfois l’acte, au sens formel, par le mot instrumentum. – V. Écrit, Negotium. 2º Au fond, un acte. désigné généralement par l’expression < acte juridique >, est une manifestation de volonté destinée à produire des effets de droit. En ce sens, l’acte est appelé parfois negotium. – V. Instrumentum, Fait juridique, Fond, Forme – V. aussi les différentes sorte d’actes juridiques.

Terme. – Dr. Civ. – Modalité d’un acte juridique faisant dépendre l’exécution ou l’extinction d’un droit d’un événement futur dont la réalisation est certaine. V. Condition.

Terme de grâce : synonyme de délai de grâce. V. ce mot.

E Perraud-Charmantier (1957):

ACTE (D. C.). – Instrument servant à constater un fait ou une convention ou une obligation quelconque.

TERME (D. C.). – Événement futur et certain dit < suspensif > quand il a pour but de suspendre un droit, et < résolutoire > quand il a pour but de limiter la durée de la vie du droit.

No dicionário de direito italiano, não encontrou-se o verbete para ata, e o verbete termo, *termini*, estava atrelado a questão temporal, como prazo. Como diferencial, consultou-se um dicionário de direito em inglês, Burke (1976), para ata, na verdade encontrou-se o verbete *ato*, *act in law*, e para termo encontrou-se um significado vinculado à idéia de prazo, período de tempo.

Partindo das definições expostas, a análise foi feita a partir da comparação dos significados atribuídos. Primeiramente, quanto ao que seria um termo, fica claro que seu sentido está intimamente relacionado ao aspecto temporal, desde a etimologia do vocábulo até o próprio emprego dele na literatura jurídica, o gênero termo parece sempre vir vinculado a uma questão cronológica, seja para definir o período de um acordo, seja para registrar o momento exato em que ele foi firmado. Este segundo aspecto se aproxima da ata, uma característica que se mostrou fundamental para a definição desta é o fato desta ter de ser redigida durante ou ao fim de uma reunião, um encontro de pessoas de uma mesma comunidade jurídica, seja para fins de registro, seja para fins de oficializar uma deliberação.

Tanto Acquaviva (1993) quanto Plácido e Silva (1961), além do dicionário jurídico inglês de Burke (1976), parecem reconhecer a ligação existente entre termo e ato jurídico, o primeiro

como sendo o registro do segundo. Assim, justifica-se a sugestão de Plácido e Silva (1961) de se adequar a nomenclatura termo enquanto auto, uma vez que a homonímia entre estes vocábulos causa dúvidas sobre a produção destes documentos. No entanto, uma vez que o auto, sendo o registro escrito de um determinado termo, acordo, fica muito próximo à ata, assim se por um lado a sugestão resolveria o plurissignificado de termo, levaria ao uso constante de dois vocábulo quase idênticos que seriam o auto e ata.

Adotando uma postura não radical quanto ao que seria um e outro. A ata representa o gênero textual produzido a partir da reunião de um grupo de pessoas, que pode estar no âmbito do direito civil, comercial, entre outros, que registra a deliberação da mesma e os resultados e compromissos firmados a partir deste encontro. O que não fica claro é se este texto teria implicitamente valor legal, ou se o seu valor legal dependeria do seu processo de firmamento. Este aspecto se mostra relevante em relação ao verbete termo, uma vez que este parece sempre possuir valor legal, de reconhecimento jurídico para um determinado acordo ou ato. Se a ata não tiver necessariamente valor legal legítimo, ou apenas secundário, este poderia representar o motivo pelo qual o vocábulo termo é ainda tão utilizado para designar textos que na sua fórmula textual remete à ata, contendo ambos a data, os agentes e o teor do acordo firmado, com as respectivas assinaturas dos envolvidos.

Apesar de ambos possuírem uma ampla variedade de usos já canonizados, cristalizados pelas locuções "ata de..." e "termo de...", o gênero termo ainda é muito mais produtivo que a ata. Na verdade, os termos que são vinculados explicitamente a uma tipologia textual, no sentido de macroestrutura textual, são os descritos pelas locuções, já o termo no singular simples apresenta dois macro sentidos aparentes, o aspecto do tempo ou de um prazo, e o gênero textual que remete aos autos de uma determinada comunidade, instituição, e é esta segunda definição que melhor se adequa aos textos em questão.

5.3 Percurso histórico do Termo

A tradição discursiva foi uma perspectiva de análise que veio do desdobramento da dimensão histórica da linguagem postulada por Coseriu (1987) (Coseriu definia a linguagem enquanto três dimensões distintas). Kabatek (2004), retomando as pesquisas de Koch (1997) e Oesterreicher (1997), explica o desdobramento da dimensão histórica de Coseriu (1987) realizada pelos dois autores, em dois aspectos: a língua enquanto sistema fixo e gramatical e a tradição discursiva. Esta última responsável pela análise das fórmulas textuais ao longo da história.

Nos trabalhos de Peter Koch e Wulf Oesterreicher, em particular nos trabalhos fundamentais de Koch (1997) e Oesterreicher (1997), define-se o conceito das TDs partindo da reduplicação do nível histórico coseriano: postula-se a existência de dois fatores no nível histórico, a língua como sistema gramatical e lexical, e as tradições discursivas. Dito de outra maneira, pode-se dizer que a atividade do falar, com uma finalidade comunicativa concreta, atravessaria dois filtros concomitantes até chegar ao produto do ato comunicativo ou enunciado: um primeiro filtro corresponde à língua e um segundo, correspondete às tradições discursivas (...) (KABATEK, 2004, p. 3).

Como explicou-se no tópico anterior, neste estudo convergiu-se a ideia de tradição discursiva do termo e percurso histórico do gênero termo. Com valor qualitativo, procurou-se explicar sobre os aspectos socioretóricos que definiram o gênero termo e demonstrar como este se situou no contexto específico da INSRHP na primeira metade do século XIX, como início de análise para uma tradição discursiva dos termos.

Observou-se três dimensões que se mostraram fundamentais para a construção do conceito de termo, enquanto gênero textual:

- (1) a sua relação com a temporalidade;
- (2) interpessoalidade;
- (3) e o relato, seja ele elaborado de maneira individual, ou diante de uma reunião ou discussão.

O primeiro pode ser avaliado diante da etimologia da palavra termo, que remete já em português ao fim, término de algo. O segundo trata da dimensão interpessoal deste documento, ou seja, assim como a maioria dos textos, o termo possui um aspecto funcional que é a de conectar informações a diferentes pessoas em diferentes tempos. Este aspecto está intimamente ligado ao próximo, que trata do relato. O termo, no seu aspecto macrofuncional, registra um relato de um determinado momento institucional e/ou jurídico para que este possa ser lido e apreciado pelas pessoas, em momentos futuros.

Diferente de outros gêneros textuais formais, o termo tem uma abertura temática que lhe permite ter uma tipologia textual¹²¹ e legalmente sólido e, ao mesmo tempo, possuir uma vastidão temática que pode compreender desde pequenas notas legais à inventários e documentos de locação.

Com a especificidade da sociedade moderna e pela presença de uma escola jurídica textual mais detalhista (até pelo próprio desenvolvimento da tradição escrita nas sociedades e especificamente na sociedade brasileira), o termo deve ter sido mais produtivo no passado do que nos dias atuais. Esta hipótese se desenvolve a partir do momento em que um critério de criação e permissão de funcionamento de instituições no passado tenha sido a manutenção de um livro de termos, ou livro de atas. Melhor seria dizer que o termo ainda é muito produtivo, mas que com o ganho de especificidade e surgimento de outros gêneros textuais jurídicos, este perdeu espaço para outros gêneros, como a ata e o parecer.

O que se notou na tentativa de reconhecer melhor o conceito do que seria um termo, foi que mesmo para os juristas este gênero se constitui de maneira extremamente volátil. Essa maleabilidade temática e argumentativa variável do termo, se contrapõe a sua estrutura linguística rija, com presença de data, e assinaturas. A reconstituição do que seria um percurso histórico do termo, e por consequente sua tradição discursiva, se mostrou uma tarefa árdua que necessitaria de mais tempo e mais dados para ser abordada de maneira profunda e fiel. Com uma consulta preliminar com alguns juristas, estes tiveram entendimento iniciais muito distintos sobre o

¹²¹ Em relação a sua recorrência estrutural linguística, abertura, assunto a ser debatido e fechamento basilar

âmago da questão, ao falar de termo, uma série de tópicos vieram a tona, de modo que a restrição do “termo” para um tipo de termo específico, produzido por irmandades religiosas ou não, e com características textuais semelhantes a uma ata, já seria restringir o objeto na sua essência.

O termo é tão amplo no seu aspecto funcional que mesmo em aulas de redação oficial em que se estudam os principais gêneros textuais (relatório, ata, parecer, entre outros) a serem utilizados pelo modelo burocrático do governo brasileiro, não há ocorrência deste gênero que aparentemente nos dias de hoje se liga mais à esfera individual, e nesse sentido a sua maleabilidade é importante para dar conta de todos os possíveis usos que este alcança na sociedade. Ou seja, o termo resolve uma série de questões legais para os quais ainda não há um gênero textual definido e fixo, o que se mostra bastante revelador tanto para os estudos de gênero, uma vez que o mais comum nessas áreas é trabalhar com os aspectos fixos do gênero, traçando assim um padrão para o seu comportamento e uso. Pode ser até que haja um padrão de uso do gênero termo para cada período da história, mas este não se mostra de maneira clara e intuitiva, daí a necessidade de um olhar mais clínico. Uma vez que não poderia se privilegiar a análise dos termos escritos especificamente pela irmandade em questão, seria necessário, como há pouca literatura para este tema, um estudo amplo de vários tipos de termo em várias épocas e lugares distintos, pelo menos abrangendo Brasil e Portugal, já que o Brasil seguiu e em algumas instâncias ainda segue a tradição escrita e literária daquele.¹²²

Sendo assim, procurou-se neste trabalho observar a funcionalidade do gênero textual termo que se assemelhasse aos termos produzidos pela INSRHP, dentro do espaço e tempo delimitado para esta pesquisa. E ao estabelecer este parâmetro, fica claro que se trata de uma corrente textual do termo que converge para a ata. Tanto termos quanto atas tem uma ideia de finitude bem clara, ambos são produzidos por meio de um acordo, podendo ou não ser assinados durante uma reunião. Ao contrário da ata que parece estar definitivamente ligada à reunião de pessoas, e ao relato do que seriam os argumentos e acordo aos quais estes chegaram, o termo, no sentido mais restrito da INSRHP, mesmo realizando a função de uma ata, ainda pode ser utilizado como inventário, como contrato de aluguel, como ata eleitoral, como posse, traçando paralelos com as funcionalidades atuais dos gêneros elencados.

As irmandades religiosas embora constituam um excelente corpus para a possível presença de registros do português popular brasileiro, ainda que menos que cartas ou diários pessoais, também representam um objeto histórico pouco explorado. As irmandades religiosas eram organizações civis que tiveram grande importância principalmente durante a colonização das américas, no aumento da cidadania e da qualidade de vida de seus irmãos. Segundo a metrópole, no caso Portugal, para formação destas irmandades eram necessários um compromisso, que funcionava como uma ata de construção, com o qual todos os irmãos e futuro irmãos deveriam concordar, e era preciso também manter um livro de atas que formalizasse a eleição dos juízes

¹²²Propõe-se que novos estudos busquem explorar esta temática e avancem mais do que foi possível alcançar aqui.

da mesa, inventários e assuntos gerais da irmandade. Além disso, era necessário um escrivão habilitado que pudesse redigir as atas. Inicialmente, estes escrivãos eram todos brancos, aqueles que tinham acesso a cultura escrita, no entanto com as mudanças nas relações coloniais no que concerne à escravidão principalmente durante o século XIX, encontramos este relato de escrivão afro-descendente, ou africano, e liberto.¹²³

Estes africanos e afro-descendentes, escravos ou forros, conviveram anos a fio com a cultura escrita dos senhores, principalmente após a crise da cana-de-açúcar, com a transição do sistema econômico para a cidade e com o surgimento da imprensa no século XIX. Estes fatores foram cruciais para a democratização do acesso à tradição literária. Um outro recurso relatado durante este período para a aquisição da escrita era a cópia da carta de alforria. A hipótese que surge então é que estes textos, devido às suas características de caligrafia, também foram instrumentos de aquisição da escrita pelos irmãos. Uma caligrafia ora muito insegura e tremida passa a uma caligrafia mais firme e mais clara, diante da recorrência de uso do termo.

Assim sendo, é preciso compreender as questões sócio-históricas do período em questão, mas também os trâmites textuais que resultaram neste processo. Não só a caligrafia passa a ser mais segura e clara, mas também a fórmula textual dos termos em si. No início do século XIX havia pouquíssimo rigor na elaboração destes textos e ao longo do tempo estes textos passam a fórmulas textuais mais rijas.

A produtividade dos termos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário do Recife, considerando rapidamente a extensão da sua produção e folheando vários dos livros deixados no IPHAN, aumenta consideravelmente com a chegada do século XIX, em especial da segunda metade. É possível que alguns dos livros anteriores tenham se perdido, mas enquanto encontrou-se um livro com textos anteriores a 1850, encontrou-se vários para a segunda metade do século XIX. Isso é notável e demonstra como a dimensão da escrita ganhou relevância e acesso dentro do aparato burocrático da irmandade, e porque não dizer da sociedade da época.

Aumentou também a rigidez textual dos termos da segunda metade, enquanto os da primeira parecem estar num momento de transição de gênero, como será discutido a seguir, nesse segundo momento a fórmula textual é muito mais rígida, um termo quase sempre é igual ao outro e inclusive as temáticas se reduzem basicamente às eleições da mesa regedora. De modo que esta configuração deixa transparecer bem menos subjetividade por parte dos autores, em relação a por exemplo Manoel de Barros e seus colaboradores. Como não se deu uma análise quantitativa e como essa observação vai além do corpus de análise deste trabalho, recomenda-se que os interessados neste aspecto transcrevam e observem quantitativamente as fórmulas textuais de todos os termos da Irmandade, principalmente para o século XVII como um todo.

¹²³Se a documentação do IPHAN ainda esivesse disponível seria possível ver a descrição do escrivão Manoel de Barros, quando da sua entrada na irmandade, estas características eram descritas no Livro dos Irmãos, onde se registrava o pagamento da matrícula, o nome, a cor e o *status* de liberdade do indivíduo.

5.4 Análise do Gênero Termo na Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

Analisar o gênero ao qual pertence os termos da INSRHP, demonstrou-se complicado e com a necessidade de expandir a busca teórica para uma resposta. Segundo Bazermann (2011), os próprios indivíduos que produzem textos sabem, facilmente, reconhecer um gênero textual e nesse sentido não haveria como não classificá-los como termos, uma vez que todos os textos do corpus, pelo menos aqueles com título, são nomeados dessa maneira.

(3) 2. Termo di poçia (Termo 1, linha 2)

No entanto, isto não foi suficiente para dar conta de todas as características textuais envolvidas nos dados. Apesar de serem intitulados como termos, o livro está dentro de um "livro de atas" como assim foi chamado pelo escrivão que abriu o livro. Neste caso, tem-se duas questões a serem avaliadas: a noção de suporte e uma possível hibridização entre os termos.

Quanto ao suporte, de modo geral, está associado à materialidades dos gêneros textuais, o meio pelo qual estes se fazem circular e onde estão registrados, outros autores visualizam o suporte como o gênero em si o que por vezes não coincide ou simplesmente confunde a análise. Marcuschi (2008) define suporte como: "entendemos aqui como suporte de um gênero um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação de um gênero materializado como texto.", e foi assim que também definiu-se para esta pesquisa. Considerando, assim, três aspectos fundamentais para suporte: o lugar (físico ou virtual); o formato específico; e com a função de fixar e mostrar o texto.

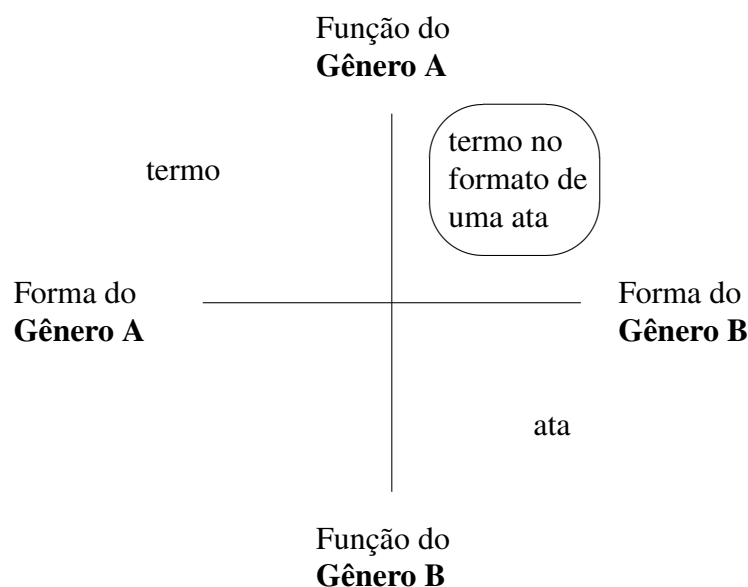
Infelizmente, isso não resolve a questão do livro de atas da INSRHP conter apenas termos, mas nos dá pistas sobre como analisar corretamente os textos levando em consideração tanto a nomeação própria dos criadores quanto o suporte. Pois, apesar de legitimados enquanto termos por seus usuários e produtores, estão fixados em formato específico de um livro de atas, o que, levando em consideração a semelhanças já apontadas anteriormente, vão na direção de um entrecruzamento no espaço de domínio dos dois termos. Marcuschi (2008) sugere para cruzamentos deste tipo: a intergenericidade, ou seja, a capacidade dos gêneros de se imbricarem e interpenetrarem para constituírem novos gêneros.

Enquanto que a intertextualidade se apresenta sob a menção direta ou indireta de um texto sobre outro, a intergenericidade se apresenta pela fusão de suporte, forma e função. Um poema pode vir contido dentro da estrutura textual de uma receita culinária, o que o torna parte poema e parte receita, afinal a menção neste caso não pode ser simplesmente ignorada.

No caso dos termos da irmandade, encontrou-se situação semelhante. Como foi observado a forma textual dos termos remete diretamente à ata, o que fica marcado até no título do suporte, mas por questões funcionais estabelecidas no compromisso, os relatos contidos neste livro devem ser chamados termos, pelo aspecto jurídico envolvido e especialmente para a burocracia

interna da Igreja Católica.

Abaixo apresentou-se uma proposta de análise intergenérica de termo e ata, baseada no esquema de Marcuschi (2008, p. 168):



Com a ausência de uma descrição sucinta e objetiva do que seriam as características linguísticas e textuais de um termo e de uma ata, provavelmente, já pela própria confusão de terminologia demonstrada anteriormente, não é possível a partir desta análise definir se trata-se de uma forma textual ata com função de termo, ou um termo com função de ata. Entretanto tomando por base as considerações sócio-retóricas de Bazermann, buscou-se resolver este impasse com base na denominação adotada pelos autores da INSRHP para cada texto, ou seja, estes constituem termos, mas dentro de um suporte de atas, ou seja o livro de atas. Essa perspectiva converge com o que hoje se considera, a consenso, como sendo a ata. Sendo assim, a intergenericidade se dá pela forma de uma ata, mas com função de termo, o que é legitimado pela função burocrática destes textos, que seriam os termos de regulação para fiscalização das atividades da irmandade pela Igreja Católica.

6 Português Popular do Recife: escritão Manoel de Barros

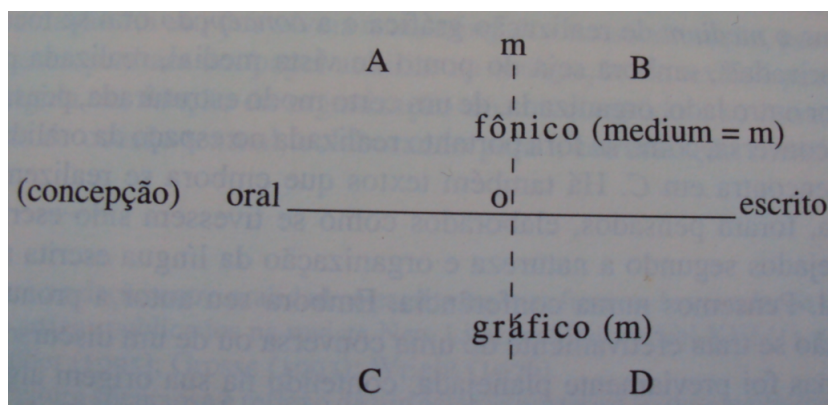
O amor é tão complexo quanto a língua portuguesa.

Zizo, poeta popular do Recife.

Como foi discutido ao longo deste trabalho, a ideia de português popular, neste trabalho, diz respeito ao português escrito por um homem de mão inábil, sem alfabetização formal, que sucitou, por vias das suas variações ortográficas, observações das características do que seria a língua falada no ambiente urbano do Recife na primeira metade do século XIX. O estudo é qualitativo e demonstra as várias nuances históricas que permeiam esse raciocínio, com foco na observação pontual dessas características, apontando para e pelas direções nas quais o PB poderia estar se distanciando do PE ao longo da sua formação.

A seguir, os mecanismos argumentativos que permitiram a análise da oralidade via escrita dos termos. Retomando, então, a discussão entre o *continuum* fala e escrita de Pessoa (2003, p. 185), e o esquema gráfico de representação do autor:

Figura 4: *Continuum* oral e escrito



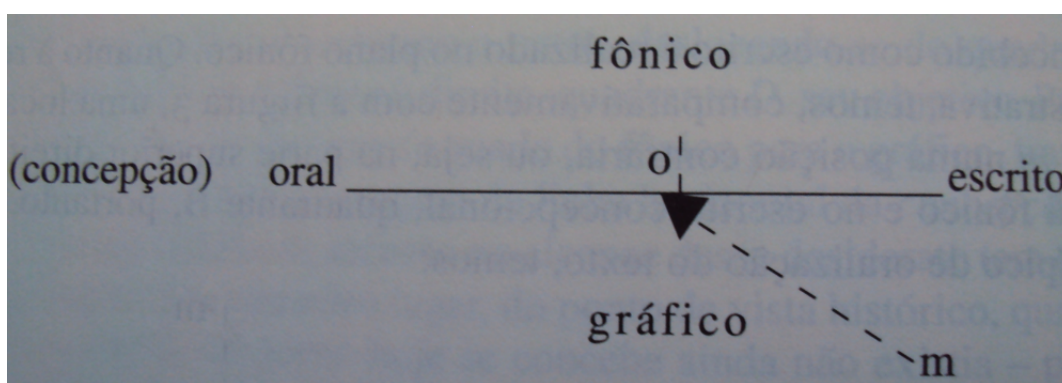
Percebe-se que textos com representação gráfica, em contraposição com aqueles realizados por vias fônicas, estão situados no quadrante C e D. Logo, em C estão os textos realizados graficamente e concebidos como oral, e em D os textos realizados graficamente e concebidos como escrito (2003, p. 186).

Esse aspecto é fortalecido pela ideia de escrita lenta e penosa, a que chama Oliveira (2006). O autor aponta como aspectos de aquisição e imprecisão da norma influem sobre a escrita hipersgmentada, ao considerar-se os aspectos da oralidade na produção destes textos. Além da interferência fonética comum em uma escrita em fase de aquisição ou de variedade popular da língua, é possível argumentar pela escrita lenta e penosa do escritão que poderia estar ocorrendo a leitura em voz alta ou o ditado espontâneo destes textos para o escritão. E assim, não seria somente uma questão da decisão individual espontânea, no ato da escrita,

mas um texto profundamente marcado pela percepção da fala do outro, marcando o processo de escrituralização discutido anteriormente. Assim, os termos são concebidos como escritos e realizados graficamente, mas teriam necessariamente a passagem por uma dimensão oral durante a sua realização, o que fica marcado em vários trechos da escrita.

Sobre textos que recebem forte influência oral, Pessoa (2003, p. 200) usa o modelo de descrição abaixo para os textos que reproduzem diálogos. Assim, apesar de realizados no *medium* gráfico e concebidos pelo escrito, ainda recebem influência do *o*, oral e fônico. Verificou-se que tal análise é semelhante ao que foi exposto, e por isso, adotou-se tal esquema também para os termos em questão.

Figura 5: Análise dos termos da INSRHP



Sistematizando, a imprecisão na ortografia do autor pode ser decorrente de pelo menos dois aspectos: o processo ainda em curso da aquisição da escrita e de inserção do autor na tradição escrita dos termos; e a inexistência de um sistema ortográfico bem estabelecido. A análise fica, então, neste entre quadrantes, ou seja, embora ele seja concebido enquanto escrita, pela irregularidade da ortografia da época e pelo seu processo de produção, a partir de uma prática social oral, o texto ainda apresenta características orais. Logo, os termos seriam exemplos de textos com influência oral, e a análise inclui ainda outras dimensões que seriam: o processo de produção, a escrituralização; e o letramento do autor. Logo, o termo escrito por Manoel de Barros embora realizado e concebido de forma escrita está relacionado a várias características da oralidade, se considerado o processo de transposição de uma situação social falada, seja a reunião que dá origem ao termo, seja uma possível leitura em voz alta para o escrivão.

Pela própria dimensão geográfica e diversidade linguística do Brasil, ainda faltam estudos que descrevam todo percurso histórico-linguístico do PB. Especificamente em relação ao estado de Pernambuco, há estudos de foco no léxico, mas ainda faltam descrições que se proponha a aprofundar sobre os aspectos linguísticos estruturais com foco na fonética, na fonologia, na morfologia e na sintaxe, ainda mais se for com ênfase na diacronia. Essa questão é facilmente compreensível, uma vez que encontrar dados confiáveis que descrevam as variedades históricas faladas não é tarefa fácil.

A maioria dos textos remanescentes foram escritos com uma variedade da norma culta, ou

mesmo uma variedade escrita por portugueses ou a partir da norma portuguesa, afastando estes dados da língua falada. Sendo assim, dois pontos entram em conflito nesse aspecto, primeiro encontrar dados escritos por pessoas não habilitadas na norma padrão da época, o segundo ponto é encontrar dentro dos textos quais os aspectos linguísticos são tradições discursivas e quais são inovações que denotem variação ou mudança linguística.

Como argumenta Galves (1996), há aspectos da gramática que podem ser decorrentes de uma mudança profunda da estrutura da língua, enquanto que outras podem ser consideradas apenas variação em relação a norma. A autora expõe aspectos do PB e sugere, com base em análises quantitativas, os momentos em que estas são observadas nos textos.

Os dados apresentam muita variação ortográfica e apontam para alguns fenômenos da mudança linguística do PB já observados, por exemplo a elevação das vogais médias não-tônicas e a falta de concordância nominal de número. O que se busca neste capítulo é fazer uma breve descrição destes aspectos, de modo, a introduzir, mesmo que de forma preliminar, o português falado no Recife, por meio de observação da escrita, durante o início do século XIX. Como Oliveira (2006) transcreveu uma quantidade maior de dados escritos por africanos e afro-brasileiros da Sociedade Proterora dos Desvalido, uma irmandade negra de Salvador, durante o séc. XIX, será possível fazer comparações com a sua análise, que incluiu até dimensões qualitativas, enquanto que para os dados deste trabalho foi feita a análise qualitativa, com a descrição dos fenômenos e para contribuir com um estudo regional da variedade. Tendo em vista o trabalho de Oliveira (2006) para a descrição, buscou-se também uma comparação com considerações sobre análises das mudanças do latim para as línguas românicas, com base em Said Ali (1966), Coutinho (1976) e Faria (1970), e com observações pontuais sobre características fonéticas que distinguem o PB do PE, com base em Noll (2008) e descrições do português arcaico, de Mattos e Silva (2006). Serão observados os principais aspectos linguísticos nas divergências gráficas, considerando tais como pistas fonéticas de como poderia ser o português popular falado no Recife, mais especificamente no bairro da Boa Vista, no início do século XIX. A literatura é, então, fundamental para servir como referência sobre os possíveis fenômenos a serem considerados.

Como foi argumentado em capítulo anterior, a descrição linguística diacrônica de uma língua não pode ser reconstruída a partir somente de uma tipologia textual, produzida a partir de uma parte da população. Esta deve se dar via múltiplos textos e múltiplos autores, de preferência das origens mais variadas e em épocas sucessivas. É raro encontrar-se dados escritos de indivíduos comuns tanto do Recife, como de qualquer outro lugar, remontando inclusive ao latim. A escrita, como objeto de pertença das elites, permitiu a sobrevivência apenas das variedades de maior prestígio social, com raros dados de outra natureza. Assim, essa descrição contribui para um maior entendimento destas vertentes populares do PB.

Como estes textos foram escritos quase ao fim do período pseudo-etimológico e como foram escritas por autor letrado, mas não alfabetizado segundo o modelo de educação formal, a variação gráfica dá transparência às características da oralidade. A observação qualitativa dos

dados, já que poucos, permite despontar algumas pequenas análises quando comparados a dados de época semelhante ou artigos de periodização histórica do português. Assim, objetiva-se inspirar novos linguistas a trabalhar com documentação histórica regional, uma vez que mesmo raras estas podem em conjunto representar com mais precisão o processo de formação do português brasileiro, em especial, neste caso, o pernambucano.

Todos os fenômenos observados são essencialmente gráficos, vez que foi a grafia que permitiu transparecer as características linguísticas interessantes para a análise. Entretanto, quando analisados segundo a sua natureza, percebe-se três tipos de fenômenos: (1) os fenômenos de natureza gráficas; (2) fenômenos fonéticos; e (3), em menor escala, os fenômenos morfossintáticos. Deve-se ressaltar que os fenômenos em (2) pode ser subdivididos em dois tipos: os que ocorrem no nível da palavra morfológica e os que ocorrem entre mais de uma palavra morfológicas, envolvendo, portanto o domínio da sintaxe, quando consideradas as hipo ou hipersegmentação dos dados. Cabe notar que há mais fenômenos morfossintáticos e sintáticos, mas para este trabalhou optou-se, ao discutir as relações da oralidade com a escrita, por foco aos fenômenos mais relacionados à fala. Outro motivo que levou a esta opção, foi o comprometimento entre a sintaxe da língua e a tradição discursiva dos textos em questão que no caso merecia uma abordagem em separado.

Retomando o livro *África à vista* com o estudo sintáticos de atas/termos do trabalho de Oliveira (2006), e os estudos linguísticos com TDs de anúncios de escravos e cartas, é possível perceber como estas TDs influenciam diretamente a seleção de verbos e a estrutura linguística de construção dos textos. Em estudo de cartas pessoais, Cavalcante (2013)¹²⁴ notou que apesar da estrutura de sujeito do PB já estar em mudança paramétrica (segundo teoria gramatical gerativa), alguns trechos de fechamento eram extremamente produtivos para a estrutura mais conservadora da língua, enquanto que nesse momento já dominava a estrutura inovadora. Isso foi interpretado como uma tradição discursiva de fechamento dentro da tradição discursiva das cartas, ou seja, a estrutura conservadora provavelmente já não era uma estrutura de uso corrente na fala da comunidade brasileira, no caso carioca, da época, mas ainda permanecia rígida para a tradição discursiva das cartas. O mesmo se dá nos estudos do *África à vista*, há recorrência de sentenças e estruturas linguísticas para adequação ao gênero textual com data, anúncio dos presentes, e fechamento.

Tendo em vista os limites deste estudo, optou-se por focar a descrição nos aspectos linguísticos que apontavam na direção da fala do português popular, apesar da manifestação essencialmente escrita dos dados. Como já argumentou Coutinho (1976) e Carvalho e Nascimento (2004), os dados de fala popular de modo geral, afluíam em documentos de contexto de produção muito específicos (cartas, peças de teatro, gêneros escritos que representam a fala) ou por erros dos copistas (rementendo aos copistas da idade média), e apesar de não corresponderem exatamente a estes contextos, ainda assim pelos argumentos da escrita e da autoria, estes termos permitem certa transparência quanto aos aspectos da oralidade.

¹²⁴Apresentação sobre cartas pessoais no Congresso da ABRALIN em 2013, mesa-redonda número 11.

Todos os fenômenos observados foram descritos em tabelas. Tais tabelas foram distribuídas pelo tipo do fenômeno, seguido da ocorrência na "Norma Atual", e na "Escrita do Séc. XIX", seguido da frequência e da localização. A localização está organizada pela autoria: MB - Manoel de Barros, e OA - Outros autores¹²⁵; depois o primeiro número corresponde ao termo onde foi encontrado e separado por ".", ponto final, a linha em que a ocorrência se encontra. Assim, MB, 25.13, significa que a ocorrência está no corpus de termos escritos integralmente por Manoel de Barros, no Termo 25, na linha 13.

6.1 Fênomenos gráficos

Os fenômenos gráficos, considerando os de natureza gráfica como em (1), são aqueles que fazem remissão a aspectos de natureza ortográfica, troca, adição ou emissão de letras motivados pela tradição escrita ou pouca intimidade do autor com textos escritos. As palavras analisadas são consideradas a partir da divisão silábica do manuscrito original, e sensível mesmo às alteração entre maiúsculas e minúsculas, como no caso de palavras hipersegmentadas. Neste nível de análise, foram identificados os fatos da escrita passíveis de serem interpretados como simples alografias, ou dúvidas fonéticas relativas ao período pseudo-etimológico, mas que não podem ser considerados lapsos com interferência da fala.

6.1.1 S, C, Ç, SS e SC

Atualmente, com uma tradição escrita mais difundida e consolidada, várias dessas letras ainda representam desafio para autores iniciantes e mesmo para os mais fluentes, quando se tratando de palavras novas. Segundo Faria (1970, p.58), o som /k/, oclusiva velar surda, era representado graficamente como *c* antes de *e* e *i*, como *k* antes de *a* e como *q* antes de *o* e especialmente antes de *u*, como ainda se mantém. O uso do *c* aumentou sobre as outras formas, resultando no uso como se conhece hoje. Entretanto o *s* foi inicialmente utilizado para a sibilante surda, /s/, que passou a sonora, /z/, em oposição intervocálica. Mattos e Silva (2006) aponta para o uso do *s* no latim para a sonora /z/ e *ss* para a surda /s/, a autora também demonstra como algumas palavras iniciadas por /k/ e grafadas com *c* passaram do latim via anteriorização das velares e posteriorização das dentais seguidas de /i/ e /e/, de /ts, dz, dJ/ à /s, z, J/.

Assim, segundo Ilari (2008, p. 138) os três fonemas coexistem durante o português arcaico [s] em *sexta*, [ts] em *cesta* e /k/ em *casa*. Assim é possível perceber a diversidade de tramites fonéticos e gráficos pelas quais passaram as letras do enunciado da seção. Mesmo que estas não sejam as motivações de Manoel para a troca de letras, mas sim o seu processo de aquisição da norma. Se observados os dados abaixo, encontram-se uma série de palavras em que há confusão no uso das três letras, não motivadas pela fonética, como no caso do latim e dos romances,

¹²⁵Ou seja, termos escritos por outros autores, mas assinados por Manoel de Barros. É bom lembrar que todas as ocorrências foram escritas de próprio punho por Manoel de Barros e que OA remete aos trechos escritos por eles em termos redigidos por outros autores.

mas motivados por um parcial desconhecimento do autor em relação à norma ortográfica do português, quase atual, do início do século XIX:

Tabela 4: Ç, S e SC

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
C por Ç acima	a Çima	1	MB, 25.13
S por Ç segundo	Çegundo	1	MB, 7.8
SS por Ç posse	di poçia	1	MB, 1.2
possível	poçiel	1	MB, 4.9
SS por SC fosse	fusce	1	MB, 7.11
C por S cidade	Sidade	1	MB, 19.5
circunstâncias	Sir Con Ton cias	1	MB, 19.12
SS por S assim	oSim	1	MB, 23.7
assinamos	nos/aSinomos	1	MB, 19.15-6
	nos oSimomos	1	MB, 23.10
assinei	eaSine	1	MB, 1.11
	eaSines	1	MB, 7.18
	eaSignies	1	MB, 4.13
essa	esa	1	MB, 11.10
fizesse	Sefizese	1	MB, 16.8
nossa	onoSa	1	MB, 7.13
nosso	onoSo	1	MB, 7.10
Ç por C obrigação	obriga com.	1	MB, 14.9
S por C consistório	Comcistorio	2	MB, 15.13; MB, 23.10
	ComcistorioComcistorio	1	MB, 19.4
	ComCistorioComCistorio	1	MB, 25.12
	ComCistor/ioComCistor/io	1	MB, 30.14-5
	Concistorio	1	MB, 11.16
	com cis torio	1	MB, 14.16
	Com cis-/torio	1	MB, 12.9-10

Tabela 4 - Continuação: Ç, S e SC

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização	
S por C - Continuação				
se acha	Com',cistorio	1	MB, 24.14	
	ciaxa	1	MB, 19.12	
se fazer	Ce axaprezente	1	MB, 11.15	
	Ciaxarom	1	MB, 12.6-7	
se fizesse	ce foZer/ ce	1	MB, 14.14-5	
se lavrasse	Ci fizece	1	MB, 25.11	
	ci fi ze ci	1	MB, 30.13	
de se propor	celoualce	1	MB, 15.11	
	ce Louorce	1	MB, 14.7	
insígnia	deceporpor	1	MB, 15.8	
segundo	inCiguina	1	MB, 25.9	
	na cigunda	1	MB, 30.9	
	cigu/nda	1	MB, 19.7-8	
senhor	noCi/gunda	1	MB, 24.6-7	
	Cinhor	1	MB, 25.5	
ser	cer	1	MB, 15.10	
servir	Ciruir	1	MB, 11.9	
sobre	cobre	1	MB, 14.7	
	Cobre	2	MB, 11.3; MB, 15.3	
sobrescrevi	Co-/bre	1	MB, 24.4-5	
	Cuo bri	1	MB, 30.7	
	CobriisCri/ui	1	OA, 29.10-1	
	CubrieisCriui	1	OA, 33.20	
	CubriisCrivis	1	OA, 17.13	
	cubriisCriuis	1	OA, 18.23	
	cuobri/iscrui	1	OA, 31.14-5	
	Cuaeis Criui	1	OA, 32.23	
	Cobr.is/Criuisiacine	1	OA, 10.25-6	
	Cobri iscrivi	1	OA, 28.10	
	Cobri iscrivri.	1	OA, 27.21	
	Cobr. isCriui	1	OA, 26.16	
	Cobri is Criui	1	OA, 9.10	
	Cubri isCriui	1	OA, 8.32	
	Cubri isCriuir	1	OA, 13.13	
	Cuobri isCrivi		OA, 34.24	
	SC por C			
	nascimento	donaCimento	2	MB, 11.5; MB, 15.5
		doNacimento	1	MB, 14.4
		dona Cimen/to	1	MB, 12.3-4
do NaCimentude		1	MB, 25.4	

Tabela 4 - Continuação: Ç, S e SC

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
SS por C			
antiquíssimo	Antiquicimo	3	MB, 7.9; MB, 19.9; MB, 24.8
assim	acim	1	MB, 14.14
assinamos	aCinomo	1	MB, 25.12
	aCinonmo	1	MB, 24.14
	nosa. cinomosnosa. cinomos	1	MB, 30.14
assinaram	Seacenorom	1	MB, 15.12
	Se acinorom	1	MB, 14.15
assinei	aCineis	1	OA, 10.26
	eoCineis	1	OA, 8.32
	i ^a Cineis	1	OA, 6.30
	ia [Conie]	1	OA, 9.10
	Criuisiacine	1	OA, 10.26
compromisso	Compr-/inicio	1	MB, 19.8-9
	Comprimico	2	MB, 4.6; MB, 24.8
	Comp/rimico	1	MB, 11.12-3
	Com.primico	1	MB, 7.9
fizesse	sefizece	1	MB, 7.16
	Sefizece	2	MB, 19.15; MB, 23.9
	Ci fizece	1	MB, 25.11
	ci fi ze ci	1	MB, 30.13
fosse	fuo cer	1	MB, 19.11
se lavrasse	celoualce	1	MB, 15.11
	ce Louorce	1	MB, 14.7
nossa	onoca.	1	MB, 19.13
nosso	onoco	3	MB, 24.2; MB, 24.4; MB, 25.6
	ono/co	1	MB, 24.7-8
	onoCo	2	MB, 19.10; MB, 30.5
	ono/Co. Co.	1	MB, 30.6-7
	Noco	2	MB, 14.4; MB, 25.5
posse	di poçia	1	MB, 1.2
Pessoa	[Pecua]	1	OA, 31.14
	Pecuas	1	OA, 32.22
	[Pecura.]	1	OA, 33.20
possível	poCil	1	MB, 24.9
	poCiluel	1	MB, 7.12
	poçiucl	1	MB, 4.9
	pociuil	1	MB, 19.11
	pu Cil ui	1	MB, 30.11
Santíssimo	Sonticimo	1	MB, 25.7

Nota-se que todas as palavras aqui apresentadas dizem respeito ao fonema /s/, e que a maioria absoluta é grafada por *c*. Só há 5 ocorrências com a grafia *ç* em casos que, pela quantidade de ocorrências disponíveis parecem assistemáticos, vez que o autor mesmo redigindo *çegundo* também redigi *cigunda* e *naSegunda*. Inclusive como tal palavra é de uso comum, esse fato corrobora a análise de mão inábil de Manoel de Barros, ao variar a ortografia de um vocábulo corriqueiro.

O *ss* era grafado com forma única que se assemelhava ao *s* maiúsculo, *S*, com um pequeno *s* ao lado. Há 8 ocorrências desse tipo, e somente 2 trocas de *ss* por *s* minúsculo, o que apesar da escassez de dados para comprovar, indica motivação gráfica, por desconhecimento da norma.

6.1.2 CH e X

Fazendo uma analogia com os fenômenos observados em gramática históricas, observamos que algumas oscilações que inicialmente foram motivadas por fonologia no português antigo, neste caso tem relação com a abstração da norma ortográfica, por isso motivado graficamente. Entretanto, observa-se que apesar disso, é interessante observar a etimologia das palavras escritas, e perceber que algumas oscilações, anteriormente fonológicas, agora se mantêm graficamente, uma vez que a fonética entre *x* e *ch* é a mesma.

Retomando então a formação histórica das línguas românicas, em termos fonéticos, Coutinho (1976, p. 112) demonstra, para a formação do português, que *c* em início de palavra passa a *ch* em virtude de processo direto de analogia de fonemas próximos na romanização do latim, ou por intermédio de outra língua românica, como o francês. Inicialmente, o grafema *x* foi utilizado por dois alfabetos latinos distintos, o oriental e o ocidental, este último principalmente nas colônias gregas da Itália (Faria, 1970, p. 56), e representavam respectivamente os sons /kh/, oclusiva velar surda aspirada e /ks/. No entanto essa oposição fonológica se perdeu na tradição gráfica de algumas palavras, deixando a existência das formas *ch* e *x* com homofonia em algumas palavras. Duas representações gráficas de um mesmo som favorece a troca dos grafemas pelos escritor menos hábil.

Assim, seguindo a grafia atual, houveram 5 ocorrências com *x* em lugar de *ch* e apenas 1 ocorrência com o inverso.

Tabela 5: CH e X

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
CH por X			
acha	ciaxa	1	MB, 19.12
	Ce axaprezente	1	MB, 11.15
	Ciaxarom	1	MB, 12.6-7
despacho	dis poxo	1	MB, 1.8
Rocha	Roxa	1	MB, 25.6
X por CH			
Paixão	PaiChao	1	MB, 15.3

6.1.3 M e N

Oliveira (2006, p. 309-310) também observa este fenômeno nos seus dados, com produção quantitativamente muito próxima entre as trocas *m* por *n*, como em *n* por *m*. Comparando os dados de Oliveria (2006) com os abaixo, enquanto os contextos de troca em Oliveira (2006) são em início de palavra como *move* - nove, ou intervocálico, os de Manoel parecem estar relacionados aos contextos de nasalização da vogal. Apenas um dado para cada, *nos oSimomos* e *osnenas*, aparecem com a troca de *n* por *m* em contexto intervocálico.

A maior parte das trocas de *n* por *m* ocorrem diante da vogal posterior arredondada. O volume e a limitação dos dados não permitem uma conclusão diante dessa escrita, entretando, pode-se supor duas motivações, devido a natureza da vogal /o/ e outra, decorrente de uma analogia com a escrita da preposição *com*, uma vez que o fato ocorre em palavras como *Comtor* ou *Com gregado*, *Comcistorio*, ou *com cis-/torio*, já que houveram 5 ocorrências de outra natureza *versus* 21 ocorrências de troca em contextos do tipo elencado.

Segundo Bisol (1996, p. 198), dicorrendo sobre a visão gerativa de Lopez (1979), *m* e o *n* são consoantes nasais, a primeira bilabial e a segundo ápico-dental¹²⁶ na língua portuguesa, e assim marcam nasalidade, podendo ou não expandir esta para as vogais próximas, por exemplo a pronúncia do /a/ em *irmão* no português. Assim a tradição escrita ora gráfa a nasalidade com *m*, ora com *̃* ora com *n*¹²⁷. Essa característica parece ter influenciado a troca entre os grafema nos termos de Manoel de Barros.

Tabela 6: M e N

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
M por N			
Dezembro	dezenbro	1	MB, 12.3
o menos	osnenos	1	MB, 19.11
pompa	ponpa	2	MB, 4.9; MB, 7.12
	pon pa	1	MB, 24.9
	pon pos	1	MB, 30.11
tempo	ten po	2	MB, 30.12; MB, 30.12
	do ten to	1	MB, 24.11

¹²⁶Considerando o seu lugar de formação no aparelho fonológico.

¹²⁷É curioso notar que o sinal til é um *n* que como nos diz Said Ali (1966) nada mais é do que um *n* sobreposto à vogal que este nasaliza.

Tabela 6 - Continuação: M e N

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
N por M			
assinamos	nos oSimomos	1	MB, 23.10
contar	Comtol	1	MB, 25.11
	Comtor	1	MB, 24.12
	Com./tol	1	MB, 23.8-9
	Com tol	1	MB, 30.12
	com tor	1	MB, 15.11
	congregados	Comgergados	1
Comgregado		3	MB, 19.5; MB, 23.4; MB, 24.2
Com gre/gadu		1	MB, 30.4-5
consistório	Comcistorio	2	MB, 15.13; MB, 23.10
	Comcistorio	1	MB, 19.4
	ComCistorio	1	MB, 25.12
	ComCistor/io	1	MB, 30.14-5
	com cis torio	1	MB, 14.16
	Com cis-/torio	1	MB, 12.9-10
	Com',cistorio	1	MB, 24.14
	entrada	de emtra	1
mandou	ma/mdor	1	MB, 30.12-3
onde	om/di	1	MB, 30.13-4
Santíssimo	Somticimo	1	MB, 25.7

6.1.4 S e Z

A oposição de escrita entre *s* e *z* também é um fenômeno com motivação gráfico, como os outros, tendo sua fundamentação em uma característica fonética da língua. Com a sonorização do *s* no latim vulgar, a distinção fonética entre esses grafemas se deu, segundo Said Ali (1966, p. 50) até fins do século XIV, em que pode se notar a grafia de nomes próprios sem distinção de fonema entre os grafemas. Nesse sentido, Manoel parece acompanhar a fonética das letras, todas as palavras em que houve diferenças de uso no *s* e no *z*, se deram em contextos de sonorização da sibilante, ou ensurdecimento da sonora, /z/. Como este não tinha fluência na escrita desviou, como outros escreventes, sobre a grafia das palavras.

Tabela 7: S e Z

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização	
Z por S				
fez	fes	1	MB, 25.8	
fiz	ofis	1	MB, 4.13	
juiz	Juis	24	MB, 1.8; MB, 4.12; MB, 7.10; MB, 7.16; ¹²⁸	
	Ju/is	1	MB, 15.6-7	
	Jues	2	MB, 1.10; MB, 11.7	
S por Z				
casa	Coza	1	MB, 12.9	
de desistência	didezentencia	1	MB, 11.3	
	dideZentencia	1	MB, 14.1	
Jesus	Jezus	4	MB, 12.4; MB, 14.4; MB, 15.6; MB, 25.5	
mesa	meza	2	MB, 11.7; MB, 11.10	
	demeza	1	MB, 24.3	
	Meza	6	MB, 7.14; MB, 16.7; MB, 23.8; MB, 23.10; MB, 24.12; MB, 30.6	
	aMeZa	2	MB, 4.11; MB, 19.13	
	daMeza	1	MB, 19.6	
	diMeza	1	MB, 14.11	
	dituadameza	1	MB, 11.15	
	emeZa	1	MB, 14.16	
	Emeza	3	MB, 11.16; MB, 12.10; MB, 25.12	
	emmeZa	1	MB, 15.13	
	em-/Meza	1	MB, 16.3-4	
	di Me za	1	MB, 23.5	
	em. meza	1	MB, 23.4	
	i m e z a	1	MB, 30.15	
	mesário	Mezario	1	MB, 7.6
	mesários	MeZarios	1	MB, 4.4
mezorios		1	MB, 14.6	
Mezorios		1	MB, 16.4	
presente		Ce axapresente	1	MB, 11.15
	noperzen	1	MB, 14.11	
e te represento	eterreperzento	1	MB, 11.10	
Rosário	Ruza	1	MB, 24.5	
	Ruzario	3	MB, 4.5; MB, 19.4; MB, 19.7	
	Ruzorio	6	MB, 1.5; MB, 4.2; MB, 7.4; MB, 7.7; MB, 11.14; MB, 25.10	
	Ru/zorio	1	MB, 25.7-8	
tesoureiro	Thezoreiro	3	MB, 14.6; MB, 15.7; MB, 24.3	
	Thezo/reiro	1	MB, 11.6-7	
	Thezoureiro	1	MB, 12.5	

6.1.5 U e V

Ainda falando sobre a motivação fonológica da tradição escrita. O alfabeto do grego ao ser utilizado para o latim deixou as letras *u* e *i* com dualidade fônica, podendo ser vogal, [u] e [i], ou consoante, [v] e [ʒ]. Cabe dizer que os romanos não foram sensíveis a essa dualidade de *u* na escrita vez que a sonorização de [f] só se deu no latim vulgar¹²⁹. Apesar de não haver qualquer motivação fonológica, já que o /v/ estava a muito estabelecido na língua portuguesa, a troca de *u* e *v* foi encontrada nos dados de Manoel, possivelmente, por oscilação gráfica destes grafemas.

Sobre este aspecto, Manoel de Barros privilegiava o uso de *u* em lugar de *v*, mas nunca o inverso¹³⁰. Duas hipóteses podem ser consideradas sobre: a primeira que a escrita cursiva deixassem as formas, já próximas, ainda mais próximas; ou segunda que o escrivão deliberadamente escrevesse formas mais próximas de *u* pelo seu conhecimento parcial da norma ortográfica das palavras. Como as letras *u* e *v*, manuscritas ou impressas, são bem próximas na grafia, marcar ambas quase iguais pode ser uma forma de não marcar o erro ortográfico.

Tabela 8: U e V

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
V por U			
aprovada	aporuada	3	MB, 4.11; MB, 19.13; MB, 24.11
	aPoruada	1	MB, 7.14
	oporua/do	1	MB, 23.7-8
	apor ua do	1	MB, 16.7
devia	Sedeuia	1	MB, 16.5
	Sediuia	1	MB, 23.6
dívida	di dauita	1	MB, 25.2
	dauita	1	MB, 25.8
escrevi	is Criui	2	MB, 1.11; OA, 2.21
escrivão	EsCriuom	1	MB, 4.13
festividade	Festiuidade	3	MB, 4.8; MB, 7.7; MB, 7.11
	Festiuida/de.	1	MB, 19.10-1
	do-/Festiuidade.	1	MB, 4.4-5
Fevereiro	Feuereiro	2	MB, 15.4; MB, 16.2
	di Feue/reiro	1	MB, 14.2-3
houve	houe	2	MB, 15.8; MB, 24.4
	houi.	1	MB, 14.14
	houue	1	MB, 23.5
	huo	1	MB, 25.5

¹²⁹Faria (1970, p. 53) com periodização dos fenômenos de Ilari (2008, p. 136-136)

¹³⁰Também observado por Oliveira (2006, p. 310-311).

Tabela 8 - Continuação: U e V

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
lavrasse	celoualce	1	MB, 15.11
	seLouor	1	MB, 11.8
	ce Louorce	1	MB, 14.7
novamente	nouamete	1	MB, 1.7
possível	poCiluel	1	MB, 7.12
	poçiucl	1	MB, 4.9
	pociuil	1	MB, 19.11
	pu Cil ui	1	MB, 30.11
servir	Ciruir	1	MB, 11.9
sobrescrevi	CobriisCri/ui	1	OA, 29.10-1
	cubriisCriuis	1	OA, 18.23
	CubrieisCriui	1	OA, 33.20
	cuobri/iscriui	1	OA, 31.14-5
	Cobr.is/Criuisiacine	1	OA, 10.25-6
	Cobr. isCriui	1	OA, 26.16
	Cobri is Criui	1	OA, 9.10
	Cubri isCriui	1	OA, 8.32
	Cubri isCriuir	1	OA, 13.13
	Cueois Criui	1	OA, 32.23
	Sobre isCri urís	1	OA, 21.18
	Sobr. isCriui	1	OA, 22.8

6.1.6 H

Segundo Said Ali (1966, p. 44) o emprego do *h* em início de palavra no português antigo não era, de início, uma preocupação etimológica, mas havia a impressão que alguns falantes supunham ter maior peso na fala de algumas vogais iniciais com *ahí* do espanhol que ainda se mantém. Com o espírito da Renascença, oscilando o uso do *h* nas palavras, o verbo *haver*, por exemplo, grafou-se como *aver* até o os quinhentistas, já os seiscentistas preferiram a forma *haver*, Said Ali (1966, p. 45) observa a presença de um *h* com som de /i/ quando pronunciado rapidamente como em *mha* ou *mia*.

Nos textos de Manoel, o *h* ora utiliza-o de em palavras que atualmente não as tem, mas que anteriormente tinham, como em *hum*, *hum a*, *Thezoureiro* e *Christo* ora não o utiliza em contexto que etimologicamente haveria como em *omens*.

Tabela 9: H

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
H			
maior	Mahro	1	MB, 25.9
tesoureiro	Thezoreiro	3	MB, 14.6; MB, 15.7; MB, 24.3
	Thezo/reiro	1	MB, 11.6-7
	Thezoureiro	1	MB, 12.5
um	hum	7	MB, 11.4; MB, 11.5; MB, 14.4; MB, 15.5; MB, 16.3; MB, 30.3; MB, 30.4
uma	hum a	1	MB, 25.8
Cristo	Christo	2	MB, 14.5; MB, 25.5
homens	omens	1	MB, 1.5

6.1.7 Demais casos

Os demais casos observados foram em geral com apenas 1 ocorrência, tivemos:

A) A oscilação entre as grafias de *i, j* e *y*, que no caso se deu para a palavra *igreia* e *igria*.

Tabela 10: I e J

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
igreja	da. igreia	1	MB, 7.3
igreja	Igria	1	MB, 1.5

B) É interessante notar que a geminação da consoante *r* e *s* foi uma característica do português antigo para não confundir os sons das letras sozinhas. Como não havia duas letras para os sons de *r*, os escritores repetiam a letra para não deixar dúvida quanto a sua fonética. Essa característica se manteve, inclusive com fundamento fonético e não apenas gráfico, em contexto intervocálico até os dias de hoje, mas no português antigo houve quem se utilizasse das geminadas até início de palavra, segundo Said Ali (1966, p. 43). Nos dados de Manoel, entretanto, apareceu dado contrário, a transformação de *rr* por *r* em contexto intervocálico de [h], fortalecendo o argumento do seu pouco conhecimento da ortografia e a sua caracterização como mão e inábil.

Tabela 11: R e RR

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
ferro	difero	1	MB, 25.8

C) Ausência de *u* em *qu* em *Qinto.*, parece ter sido descuido do escrivão, embora o *q* na escrita latina pudesse ir diretamente com o *o*, *qo* (Faria, 1970, p. 58), não parece o caso, mesmo que por motivação gráfica. Todos os exemplos em que se levou consideração fatos históricos da língua, não o foram por terem sido estes os motivadores das alterações, mas pela ortografia

pseudo-etimológica da época que remete a esses fatos, causando confusão na ortografia do período.

Tabela 12: Q

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
Quinta-feira	Qinto. feira	1	MB, 23.7

D) A inversão de letras também é observada em Oliveira (2006, p.297), mas em pouquíssima quantidade, o que leva o autor a acreditar que os escrivãos sabiam o lugar dos grafemas nas palavras e que alguma diferença pudesse ter fundamentação fonológica, o que não parece ser o caso de *Voagis*.

Tabela 13: Inversão de letras

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
vogais	Voagis	1	MB, 12.5

E) A troca de *f* por *ff*, remete a ortografia clássica em que com a dialeção do latim vulgar, *f* passou ao som de /v/ e *ff* grafava o som /f/. Mas ao contrário do latim, neste caso a troca se deu por arcaísmo gráfico¹³¹.

Tabela 14: F e FF

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
oficiais	oficiais	1	MB, 23.5
	o fficiais	1	MB, 19.6

¹³¹Houveram fenômenos que não foram considerados, por não parecerem vinculados a nenhuma regra que pudesse ser comparada ou generalizada devido a escassez ou a frequência irrisória do dado. Entretanto se mesmo que pouquíssimo frequente, for observado dado que tenha alguma pista teórica da bibliografia referenciada nessa descrição preliminar, este foi considerado como é o caso dos 5 itens contemplados nesse tópicos.

6.2 Fenômenos Fonéticos-Fonológicos

Nessa seção serão apresentados os fenômenos fonético-fonológicos encontrados no *corpus*. Procurou-se fazer uma explanação preliminar sobre os aspectos mais marcante observados, mantendo em foco os aspectos históricos da língua e a descrição e análise de Oliveira (2006).

6.2.1 Metátese

A metátese é um fenômeno no qual ocorre a transposição de sons no interior de uma sílaba ou entre sílabas de uma palavra (HORA, TELLES e MONARETTO, 2007). Esse fenômeno é atestado em fonte histórica do português, por Coutinho (1976) e Faria (1970)), mas o estudo citado acima dá maior respaldo teórico sobre o assunto. As metáteses encontradas nos dados desta pesquisa, foram todas com a líquida /r/ e do tipo metátese perceptual tautossilábica:

Tabela 15: Metátese

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
PAR por PRA			
partido	Pratido	1	MB, 11.11
PRE por PER			
pretos	Perto	1	MB, 7.4
e te represento	eterreperzento	1	MB, 11.10
PRO por POR			
aprovada	aporuada	3	MB, 4.11; MB, 19.13; MB, 24.11
	aPoruada	1	MB, 7.14
	oporua/do	1	MB, 23.7-8
	apor ua do	1	MB, 16.7
propor	deceporpor	1	MB, 15.8
	deporpor	1	MB, 24.4
	di por por	2	MB, 30.6; MB, 30.7
PRO por POR - continuação			
propôs	Porpois	2	MB, 7.10; MB, 19.10
	por. pois	1	MB, 16.4
proposta	Porposta	1	MB, 4.11
	[Porposta]	1	MB, 7.15
	porpoto	1	MB, 19.14
propormos	Por/por cemos	1	MB, 12.7-8
CIR por CRI			
circunstâncias	CriCon/toncias	1	MB, 7.12-3
	Ci Cruston cia	1	MB, 30.11
	Cri Com ton cipio	1	MB, 24.10
PUL por PRU			
sepulcro	Sipruco	1	MB, 16.1
	Sipru/co	1	MB, 16.5-6
	[SiPruco]	1	MB, 23.6
	Si pruco	1	MB, 23.2

Tabela 15 - Continuação: Metátese

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
CLA por COL declarada	de [Colra]	1	MB, 11.17
GRE por GER congregados	Comergados Conge-/rgado	1 1	MB, 1.4 MB, 7.5-6
PRO por PER comprometer	Comperme/n tol	1	MB, 14.8-9
VRA por VOR lavrasse	seLouor ce Louorce	1 1	MB, 11.8 MB, 14.7
TER por TRE termo	tremo	1	MB, 14.7
SSÍVEL por SSILVI possível	pu Cil ui	1	MB, 30.11

No caso de *pro* por *per*, nota-se que não há só a metátese com deslocamento da líquida para esquerda, mas também a posteriorização da vogal, fenômeno muito recorrente na escrita de Manoel. Fenômeno semelhante também se encontra no artigo de Hora, Telles e Monaretto (2007) do o português não-padrão do século XVIII para o não-padrão atual, *progunta* por *preguntar*.

6.2.2 Rotacismo

O rotacismo é a passagem entre a lateral e a vibrante, que por suas semelhanças articulatórias são denominadas líquidas. Nos dados de Oliveira (2005, p. 418) aproximadamente mais da metade dos rotacismos de /r/ para /l/ aconteciam em posição de coda, como também acontece nos dados de Manoel, embora em quantidade menor, além de um rotacismo no interior da sílaba.

Já o rotacismo de /l/ para /r/ se deu em apenas uma palavra *Sipruco* e com a metátese da líquida em movimento de esquerda para a direita, como é muito comum de se ouvir na fala dos interiores, e nas variedades não-padrão atuais.

Tabela 16: Rotacismo em coda

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
R por L			
contar	Comtol	1	MB, 25.11
	Com./tol	1	MB, 23.8-9
	Com tol	1	MB, 30.12
comprometer	Comperme/n tol	1	MB, 14.8-9
dirigente	diLigente	1	MB, 12.8
tal	tor	1	MB, 12.8
L por R			
sepulcro	Sipruco	1	MB, 16.1
	Sipru/co	1	MB, 16.5-6
	[SiPruco]	1	MB, 23.6
	Si pruco	1	MB, 23.2

6.2.3 Ganho e perda de grafemas e fonemas

Áferese

A áferese é a perda da vogal inicial de uma palavra, nos dados, uma chama atenção que é *Tondo* que parece apontar para a perda atual da sílaba *es* no verbo *estar* assim como é atualmente no português coloquial.

Tabela 17: Aférese

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
se eleger	ceLeger	1	MB, 12.7
emais	eos mais	1	MB, 23.5
estando	Tondo	1	MB, 1.4
aosvinte	osvinti	1	MB, 14.2

Apócope

A apócope é a perda de grafema final em uma palavra. Nas ocorrências de Manoel de Barros, apenas os casos de perda da líquida final /r/ ou /l/ parece ter motivação fonética, já que essa também é uma característica do português atual. Os demais casos, não tiveram motivação fonética na oralidade, e parecem relacionar-se a erros do copista, ou seja de natureza gráfica.

Tabela 18: Apócope

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
declarada	de [Colra]	1	MB, 11.17
entrada	deentra	1	MB, 12.1
assinei	eaSine	1	MB, 1.11
	eaSines	1	MB, 7.18
	Criuisiacine	1	OA, 10.26
confiei	Cuofie	1	OA, 2.21
deliberar	Sedilibera	1	MB, 4.4; MB, 7.6
	Sidili-/bora	1	MB, 19.6-7
querer	quere	2	MB, 11.9; MB, 14.8
possível	pu Cil ui	1	MB, 30.11
assinamos	aCinomo	1	MB, 25.12
	aCinonmo	1	MB, 24.14
circunstâncias	Ci Cruston cia	1	MB, 30.11
houve	huo	1	MB, 25.5
possível	poCil	1	MB, 24.9
nosso	ono	1	MB, 30.13
lavrasse	seLouor	1	MB, 11.8
para	pa	1	MB, 24.13
Rosário	Ruza	1	MB, 24.5
nopresente	noperzen	1	MB, 14.11
de	Monoel.d	1	OA, 27.20

Epêntese

A epêntese é a adição de letra ao meio da palavra.

Tabela 19: Epêntese

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
escrivão	Esscrivom	1	OA, 29.10
possível	pu Cil ui	1	MB, 30.11
reduzida	Rududz/ida	1	MB, 19.12-3
respeitável	Res -/pestoluel	1	MB, 1.7-8
sobrescrevi	Cobri iscrivri.	1	OA, 27.21
	CobriisCri/ui	1	OA, 29.10-1
	CubrieisCriui	1	OA, 33.20
	CubriisCrivis	1	OA, 17.13
	cubriisCriuis	1	OA, 18.23

6.2.4 Elevação de vogais médias pretônicas

A elevação das vogais médias foi um dos fenômenos mais recorrentes dos dados. Mattos e Silva (2006, p. 88-89) já observava essa característica flutuante do alçamento de /e/ e /o/ em contexto pretônico para o português arcaico. A autora e Noll (2008, p. 221) observam na gramática de Fernão de Oliveira vocábulos como *durmir* e *mininus*. Noll (2008) explica que o sistema vocálico europeu do séc. XVI dispunha de 8 vogais em posição pretônica, entre abertas e fechadas, já o sistema vocálico do português brasileiro reduziu esse número para cinco vogais, com a alternância de /e/ e /o/ aberto e fechado no nordeste, resquício dessa caracterização antiga. Sendo assim, essa característica do português brasileiro, pertencente a uma caracterização do português arcaico, também foi aferido nos textos de Manoel e tem fundamentação fonética para ocorrer.

Tabela 20: Elevação de vogais médias pretônicas

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
E por I			
seacha	ciaxa	1	MB, 19.12
	Ciaxarom	1	MB, 12.6-7
eassinei	i ^a Cineis	1	OA, 6.30
	ia [Conie]	1	OA, 9.10
	Criuisiacine	1	OA, 10.26
	idois	2	MB, 23.4; MB, 25.4
deBarros	diBarros	1	MB, 4.13; OA, 13.13; OA, 21.17
	diBorros	4	MB, 1.10; MB, 16.10; OA, 6.29; OA, 31,14
	diBorr.os	1	OA, 10.25
decomum	diComum	1	MB, 4.11
	diCumum	1	MB, 19.14
deferro	difero	1	MB, 25.8
deliberar	Sedilibera	1	MB, 4.4; MB, 7.6
	Sidili-/bora	1	MB, 19.6-7
despacho	dis poxo	1	MB, 1.8
devia	Sediuia	1	MB, 23.6
de Barros	di Barros	5	MB, 11.17; MB, 12.11; MB, 15.14; OA, 8.32; OA, 26.15
	di Borros	13	MB, 7.17; MB, 14.17; MB, 19.16; MB, 23.11; MB, 25.13; MB, 30.16; OA, 2.20; OA, 3.19; OA, 9.10-1; OA, 22.8; OA, 28.10; OA, 33.20
de comum	diCumum	1	MB, 19.14
de dívida	di dauita	1	MB, 25.2
de Fevereiro	di Feue/reiro	1	MB, 14.2-3
de Junho	di Junhu	1	MB, 1.3

Tabela 20 - Continuação: Elevação de vogais médias pretônicas

de mil	di mil i ou to cento	1	MB, 14.3
demileitocentos	di mileoi/ito centus	1	MB, 11.4-5
de procurador	di pricurador	1	MB, 15.9
de propor	di por por	2	MB, 30.6; MB, 30.7
emais	i mais	4	MB, 4.4; MB, 7.6; MB, 11.7; MB, 12.5
entrada	ai ntrada	1	MB, 12.1
escrevi	is Cr iui	2	MB, 1.11; OA, 2.21
	is Cr ivi	1	OA, 6.30
escrivão	i s Crivom	1	OA, 18.22
e oitocentos	i 8 cento	1	MB, 15.5
e trinta	i trin to	1	MB, 23.4
eu	iu	1	OA, 34.23
se fizesse	Ci fizece	1	MB, 25.11
	ci fi ze ci	1	MB, 30.13
senhor	Cin hor	1	MB, 25.5
sepulcro	Sip ruco	1	MB, 16.1
	Sip ru/co	1	MB, 16.5-6
	[Si Pruco]	1	MB, 23.6
	Si pruco	1	MB, 23.2
servir	Cir uir	1	MB, 11.9
sobrescrevi	Cubr iisCrivis	1	OA, 17.13
	cubr iisCriuis	1	OA, 18.23
	Cobr. is/Criuisiacine	1	OA, 10.25-6
	Cobr. isCriui	1	OA, 26.16
	Cobr i is Criui	1	OA, 9.10
	Cobr i iscrivi	1	OA, 28.10
	Cobr i iscrivri.	1	OA, 27.21
	Cubr i isCriui	1	OA, 8.32
	Cubr i isCriuir	1	OA, 13.13
	Sobre is Cri urís	1	OA, 21.18
	Sobr. is Criui	1	OA, 22.8
	Cobr iisCri/ui	1	OA, 29.10-1
O por U			
comum	di Cumum	1	MB, 19.14
costume	Cus tume	1	MB, 7.9
	Cus tume	1	MB, 19.9
fosse	fus ce	1	MB, 7.11
	foo cer	1	MB, 19.11
o confiei	u Cufer	1	OA, 6.30
o fiz	uf u	1	MB, 11.17
olugar	ul ugor	1	MB, 11.14

Tabela 20 - Continuação: Elevação de vogais médias pretônicas

Rosário	Ruza	1	MB, 24.5
	Ruzario	3	MB, 4.5; MB, 19.4; MB, 19.7
	Ruzorio	6	MB, 1.5; MB, 4.2; MB, 7.4; MB, 7.7; MB, 11.14; MB, 25.10
	Ru/zorio	1	MB, 25.7-8
Sobrescrevi	CubriisCrivis	1	OA, 17.13
	cubriisCriuis	1	OA, 18.23
	Cubri isCriui	1	OA, 8.32
	Cubri isCriuir	1	OA, 13.13

6.2.5 Elevação de vogais médias postônicas

A elevação de vogais finais também foi fenômeno relatado por Mattos e Silva (2006, p.87).

Tabela 21: Elevação de vogais médias postônicas

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
E por I			
aonde	aondi	2	MB, 24.13; MB, 25.12
este	esti	2	MB, 24.13; MB, 25.11
fizesse	ci fi ze ci	1	MB, 30.13
Gomes	Gomis	1	MB, 11.9
grade	Gordi	1	MB, 25.8
houve	houi.	1	MB, 14.14
	[hos vi]	1	MB, 30.6
onde	om/di	1	MB, 30.13-4
possível	pociuil	1	MB, 19.11
posse	apocia	1	MB, 1.6
quinze	quinzis	1	MB, 23.3
sobre	Cuo bri	1	MB, 30.7
tristes	os tristis	1	MB, 19.12
vinte	aosvinti	1	MB, 11.3
	osvinti	1	MB, 14.2
	vin ti hum	1	MB, 30.3
O por U			
congregados	Com gre/gadu	1	MB, 30.4-5
Junho	di Junhu	1	MB, 1.3
oitocentos	dimileoi/ito centus	1	MB, 11.4-5
	eito/cen tu	1	MB, 30.3-4

6.2.6 Elevação de vogais médias tônicas

Embora não seja muito comum na história da língua portuguesa, dados desse tipo foram encontrados por Oliveira (2006, p. 367), mas sua motivação não foi clara, se seriam intervenções da oralidade ou hipercorreção dos autores. Para esta pesquisa, os dados foram todos de uma mesma palavra de nos casos do alçamento de /e/ para /i/. E mesmo nos casos de /o/ pra /u/, parece ter sido influenciados pela junção dos vocábulos na construção da sua morfologia. De qualquer forma fica o registro:

Tabela 22: Elevação de vogais médias tônicas

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
O por U			
o confiei	u Cufer	1	OA, 6.30
Pessoa	[Pecua]	1	OA, 31.14
	Pecuas	1	OA, 32.22
	[Pecura.]	1	OA, 33.20
toda	portu/da	1	MB, 24.11-2

6.2.7 Posteriorização de vogais

A posteriorização de vogais se mostrou extremamente produtiva de /a/ para /o/, mas isso apresenta certa problemática devido à semelhança de grafia entre essas letras do Manoel. Mesmo assim fazemos o relato dessas ocorrências:

Tabela 23: Posteriorização de vogal pretônica

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
mandou	mondor	8	MB, 4.12; MB, 7.16; MB, 11.7; MB, 14.6; MB, 15.11; MB, 23.9; MB, 24.12; MB, 25.11
	m-/ondor	1	MB, 7.15-6
Manoel	Monoel	12	MB, 1.10; MB, 4.13; MB, 14.17; MB, 19.16; MB, 25.13; OA, 2.20; OA, 6.29; OA, 8.32; OA, 9.10; OA, 10.25; OA, 13.13; OA, 18.22
	EuMonoel	4	MB, 7.17; MB, 16.9; MB, 23.11; OA, 33.19
	Mon/oel	2	MB, 12.10-1; OA, 28.9-10
	Monoel.d	1	OA, 27.20
Santíssimo	Somticimo	1	MB, 25.7

Nesta primeira tabela da posteriorização de vogais, nota-se que para todas as ocorrências o *a* se tornou *o* em contextos de assimilação. A quantidade de dados não permite a generalização, mas isto aponta para uma possível assimilação do *a* em contextos de nasalização e proximidade ao *o*.

Tabela 24: Posteriorização de vogal nasal tônica

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
A por O			
arco	orco	1	MB, 25.9
assinamos	aCinomo	1	MB, 25.12
	aCinonmo	1	MB, 24.14
	nos/aSinomos	1	MB, 19.15-6
	nosa. cinomos	1	MB, 30.14
	nos oSimomos	1	MB, 23.10
	assinaram	Seacenorom	1
Se acinorom		1	MB, 14.15
oSinoraõ		1	MB, 16.9
Barros	diBorros	4	MB, 1.10; MB, 16.10; OA, 6.29; OA, 31,14
	diBorr.os	1	OA, 10.25
	di Borros	11	MB, 7.17; MB, 14.17; MB, 19.16; MB, 23.11; MB, 25.13; MB, 30.16; OA, 2.20; OA, 3.19; OA, 9.10-1; OA, 22.8; OA, 28.10; OA, 33.20
	deBorros	1	OA, 32.22
cargo	Corga	1	MB, 11.10
casa	Coza	1	MB, 12.9
circunstâncias	Circontoncias	1	MB, 4.9
	CriCon/toncias	1	MB, 7.12-3
	Ci Cruston cia	1	MB, 30.11
	Cri Com ton cipio	1	MB, 24.10
	Sir Con Ton cias	1	MB, 19.12
	contar	Comtol	1
Comtor		1	MB, 24.12
Com./tol		1	MB, 23.8-9
Com tol		1	MB, 30.12
com tor		1	MB, 15.11
despacho	dis poxo	1	MB, 1.8
estando	estondo	1	MB, 24.2
	estondo	2	MB, 14.5; MB, 30.4
	Estondo	1	MB, 4.3
	Tondo	1	MB, 1.4
olugar	ulugor	1	MB, 11.14
mesários	mezorios	1	MB, 14.6
	Mezorios	1	MB, 16.4
para	pora	2	MB, 23.2; MB, 25.10
	epora	1	MB, 23.8
perante	peronte	1	MB, 11.10
respeitável	Res –/pestoluel	1	MB, 1.7-8
Rosário	Ruzorio	6	MB, 1.5; MB, 4.2; MB, 7.4; MB, 7.7; MB, 11.14; MB, 25.10
	Ru/zorio	1	MB, 25.7-8

Tabela 24 - Continuação: Posteriorização de vogal nasal tônica

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
Santa	Sonta	1	MB, 23.7
Santo	Sonta	1	MB, 16.6
	Sonto	2	MB, 7.5; MB, 12.9
	oSonto	1	MB, 23.6
tal	tor	1	MB, 12.8
E por O			
pelas	poLo	1	MB, 24.10

6.2.8 Abaixamento de vogais altas

Mais raros são os casos de abaixamento e parecem apontar para uma hipercorreção ou acidente de escrita..

Tabela 25: Abaixamento de vogais altas

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
Tônicas			
I por E			
juiz	Jues	2	MB, 1.10; MB, 11.7
Pretônicas			
I por Ë			
assinaram	Seacenorom	1	MB, 15.12
de desistência	didezentencia	1	MB, 11.3
	dideZentencia	1	MB, 14.1
Pretônicas			
Û por Õ			
circunstâncias	Circontoncias	1	MB, 4.9
	CriCon/toncias	1	MB, 7.12-3
	Cri Com ton cipio	1	MB, 24.10
	Sir Con Ton cias	1	MB, 19.12

6.2.9 Ditongação e redução de ditongo

A redução de ditongos e a ditongação são fenômenos recorrentes na língua falada, entretanto pelos poucos contextos não ficou claro, a motivação para estas mudanças::

Tabela 26: Ditongação

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
E por EI			
sobrescrevi	CubrieisCriui Cueois Criui		OA, 33.20 OA, 32.23
O por OI			
propôs	Porpois Propos por. pois	2 1 1	MB, 7.10; MB, 19.10 MB, 4.7 MB, 16.4
I por UI			
o fiz	o-/fui	1	MB, 7.17-8
Õ por UO			
confiei	Cuofie	1	OA, 2.21
O por UO			
dois	iduois iduoisiduois	1 1	MB, 23.4 MB, 25.4
escrivão	eis [Cxivom]	1	MB, 1.10
sobre	Cuo bri Suo bre	1 1	MB, 30.7 MB, 12.1
sobrescrevi	cuobri/iscriui Cueois Criui Cuobri isCrivi	 1 1	OA, 31.14-5 OA, 32.23 OA, 34.24
toda	tuoda [tuodaa]	1 1	MB, 19.13 MB, 7.14
todo	tuodo	4	MB, 23.8; MB, 24.12; MB, 25.10; MB, 30.12
todos	tuodo nos tuodos Tuodos tuo dos tuo dos	1 2 1 2 1	MB, 15.12 MB, 23.10; MB, 30.14 MB, 19.15 MB, 12.6; MB, 14.15 MB, 16.9
I por IU			
o fiz	ufiu	1	MB, 11.17
possível	poCil poCiluel pu Cil ui	1 1 1	MB, 24.9 MB, 7.12 MB, 30.11
O por OI			
compromisso	Compr-/inicio	1	MB, 19.8-9
I por IA			
posse	apocia di poçia	1 1	MB, 1.6 MB, 1.2

Tabela 27: Redução de ditongo

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
OI por O			
dezoito	dezoto	1	MB, 4.1
OU por O			
houve	houe	2	MB, 15.8; MB, 24.4
	houi.	1	MB, 14.14
Outubro	Otubro	1	MB, 7.8
	Otubro	1	MB, 19.8
tesoureiro	Thezoreiro	3	MB, 14.6; MB, 15.7; MB, 24.3
	Thezo/reiro	1	MB, 11.6-7
ÃO por ã			
escrivão	Escrivam	1	MB, 11.18
EE por E			
reprender	dere/prender	1	MB, 14.10-1
EU por IU			
possível	pu Cil ui	1	MB, 30.11

Tabela 28: Redução de ditongo nasal

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
Tônicas			
ÃO por OM			
acharão	Ciaxa/rom	1	MB, 12.6-7
assinaram	Seacenorom	1	MB, 15.12
	Se acinorom	1	MB, 14.15
escrivão	escrivom	1	MB, 30.16
	EsCriuom	1	MB, 4.13
	Escrivom	1	OA, 9.11
	Escrivom	6	MB, 7.17; MB, 14.17; MB, 15.14; MB, 16.10; MB, 19.16; MB, 24.15
	EsCrivom	3	MB, 23.11; MB, 25.14; OA, 17.12
	EsCrivo/m	1	OA, 21.17-8
	EsC/riom	1	OA, 27.20-1
	Es Crivom-/atual	1	OA, 2.20-1
	Es Crivom	2	OA, 3.20; OA, 6.30
	Es Crivom	1	MB, 12.11
	Esscrivom	1	OA, 29.10
	EuesCrivom	1	OA, 28.9
	is Crivom	1	OA, 18.22
obrigação	obriga com.	1	MB, 14.9
Paixão	Paxom	1	MB, 15.9

6.3 Fenômenos Morfológicos e Morfossintáticos

Os fenômenos morfológicos analisados foram os de hipersegmentação e hipo-segmentação, e a concordância nominal de número, que também tem motivação sintática. Observou-se os fenômenos de hiper e hipo-segmentação com base em Oliveira (2006) e Battisti (2013), enquanto que a concordância nominal de número foi observada, já como uma característica marcante do PB, por Galves (1996), além de estudo de Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009) para o português afro-brasileiro. Como estes fenômenos foram encontrados facilmente no *corpus*, fez-se por bem considerá-los.

6.3.1 Hipo-segmentação

A hipo-segmentação é a contiguidade de dois vocábulo que na norma padrão atual seriam separados por um espaço em branco. Nos dados de Manoel de Barros, a maioria casos ocorre com partículas que pela própria morfologia já depende de outro vocábulo para definir significado. Como explana Oliveira (2006), este se dá principalmente com clíticos, mas também entre palavras autônomas, com número bem menor de ocorrência. Battisti (2013) observa que tais ocorrências com clíticos tem forte influência da fala, argumentando sobre o *status* fonológico do clítico.

Tabela 29: Hipo-segmentação com duas palavras autônomas

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
presente	Ce axapresente	1	MB, 11.15
escrivão atual	Es Crivom-/atual	1	OA, 2.20-1
eu escrivão	EuesCrivom	1	OA, 28.9
eu Manoel	EuMonoel	4	MB, 7.17; MB, 16.9; MB, 23.11; OA, 33.19
de toda mesa	dituadameza	1	MB, 11.15
e te represento	eterreperzento	1	MB, 11.10

Tabela 30: Hipo-segmentação com clítico

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
a			
a (determinante)			
data	Comadata	2	MB, 12.10; MB, 14.16
	Com adata	3	MB, 11.16; MB, 15.13; MB, 30.15
	Com a-/data	1	MB, 24.14-5
dita	adita	6	MB, 4.8; MB, 4.11; MB, 7.11; MB, 7.14; MB, 19.10; MB, 30.10
	aDita	1	MB, 19.14
dito	adº.	1	MB, 23.6

Tabela 30 - Continuação: Hipo-segmentação com o clítico

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
entrada	aintrada	1	MB, 12.1
fatura	afatura	1	MB, 16.1
	afotura	1	MB, 23.2
mesa	aMeza	2	MB, 4.11; MB, 19.13
nossa	onoca.	1	MB, 19.13
	onoSa	1	MB, 7.13
posse	apocia	1	MB, 1.6
sua	asua		MB, 9
a(preposição)			
onde	aonde	1	MB, 14.15
	aondi	2	MB, 24.14; MB, 25.11
	Aonde	1	MB, 19.15
vinte	aosvinti	1	MB, 11.4
respeito	arespeito	2	MB, 4.4; MB, 19.7
	orespeito	1	MB, 7.7
as (determinante)			
	ostriste	1	MB, 4.9
com			
data	Comadata	1	MB, 12.10; MB, 14.16
o menos	Comomena	1	MB, 24.9
da			
da festividade	do-/Festiuidade.	1	MB, 4.4-5
da igreja	daIgreja	1	MB, 19.4
	da-/Igreja	1	MB, 4.1-2
da mesa	daMeza	1	MB, 19.6
de			
de 1829	di1829	1	MB, 4.1
de Agosto	diAgosto	1	MB, 4.1
de Barros	deBarros	1	OA, 29.10
	deBorros		OA, 32.22
	diBarros	3	MB, 4.13; OA, 13.13; OA, 21.17
	diBorros	4	MB, 1.10; MB, 24.15; OA, 6.29; OA, 31,14
	diBorr.os	1	OA, 10.25
de comum	diComum	1	MB, 4.11
	diCumum	1	MB, 19.14
de desistência	didezentencia	1	MB, 11.3
	dideZentencia	1	MB, 14.1
de entrada	deentra	1	MB, 12.1
de ferro	difero	1	MB, 25.8
de festa	difesta	2	MB, 19.2; MB, 24.1
	difesta	1	MB, 30.2
de Fevereiro	deFeuereiro	1	MB, 16.2

Tabela 30 - Continuação: Hipo-segmentação com o clítico

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
de mesa	demeza	1	MB, 24.3
	diMeza	1	MB, 14.11
de mil	demil		MB, 15.4
	dimileoi/ito centus	1	MB, 11.4-5
	dimil. eouto cento	1	MB, 25.3
	dimil i 8Cento	1	MB, 16.2
de N.	deN.	2	MB, 4.2; MB, 7.7
de Outubro	deOutubro	1	MB, 4.6
de quinta	dequin ta	1	MB, 16.6
de procurador	dipricurador	1	MB, 15.9
de propor	deporpor	1	MB, 24.4
de se propor	deceporpor	1	MB, 15.8
de repreender	dere/prender	1	MB, 14.10-1
de toda mesa	dituadameza	1	MB, 11.15
de posterior			
nascimento de	do NaCimentude	1	MB, 25.4
do			
do ano	doano	1	MB, 14.3
do mes	domes	1	MB, 4.6
	domes	1	MB, 30.8
	diadoMes	1	MB, 16.2
	doMes	3	MB, 1.3; MB, 4.1; MB, 12.3
do nascimento	donaCimento	2	MB, 11.5; MB, 15.5
	doNascimento	1	MB, 14.4
	dona Cimen/to	1	MB, 12.3-4
e			
e assinei	eaSine	1	MB, 1.11
	eaSines	1	MB, 7.18
	eaSignies	1	MB, 4.13
	eoCineis	1	OA, 8.32
	i ^a Cineis	1	OA, 6.30
	ia [Conie]	1	OA, 9.10
e dois	iduois	1	MB, 23.4
	iduois	1	MB, 25.4
	elogo	2	MB, 16.6; MB, 19.13
e oitocentos	eoito/cen tu	1	MB, 30.3-4
	eouto cento	1	MB, 25.3
e outra	eouta	1	MB, 11.11
e para	eparo	1	MB, 15.10
	epora	1	MB, 23.8
e por	epor	2	MB, 4.11; MB, 15.10
e trinta	itrinta	3	MB, 14.3; MB, 19.3; MB, 30.4
e vontade	ivontade	1	MB, 12.6

Tabela 30 - Continuação: Hipo-segmentação com o clítico

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
em			
em meza	emeZa	1	MB, 14.16
	Emeza	3	MB, 11.16; MB, 12.10; MB, 25.12
	emmeZa	1	MB, 15.13
	em-/Meza	1	MB, 16.3-4
no			
no ato	noato		MB, 12.8
dia	nodio	1	MB, 23.7
no presente	noperzen	1	MB, 14.11
segundo	noCi/gunda	1	MB, 24.6-7
	naSegunda	1	MB, 4.5
o(artigo)			
dito	odito	2	MB, 11.8; MB, 12.7
lugar	oLugar	1	MB, 15.9
	ulugor	1	MB, 11.14
compromisso menos	on/co. primicio	1	MB, 30.8-9
	Comomena	1	MB, 24.9
	Com. om-/enos	1	MB, 4.8-9
	osnenos	1	MB, 19.11
	Com amenos	1	MB, 30.10
nosso	ono Ir.	1	MB, 30.13
	onoco	3	MB, 24.2; MB, 24.4; MB, 25.6
	ono/co	1	MB, 24.7-8
	ono/Co. Co.	1	MB, 30.6-7
	onoCo	2	MB, 19.10; MB, 30.5
	oNosso	1	MB, 4.8
	onoSo	1	MB, 7.10
santo	oSanto	1	MB, 16.5
	oSonto	1	MB, 23.6
o(pronome)			
fiz	ofis	1	MB, 4.13
	o-/fui	1	MB, 7.17-8
	ufiu	1	MB, 11.17
os			
tristes	ostriste	1	MB, 4.9
aos vinte	aosvinti	1	MB, 11.3
	osvinti	1	MB, 14.2
que			
qeManoel	qeManoel	1	OA, 17.13
se			
acha	ciaxa	1	MB, 19.12
	Ciaxa/rom	1	MB, 12.6-7
	Seacha	1	MB, 4.10
assinaram	Seacenorom	1	MB, 15.12

Tabela 30 - Continuação: Hipo-segmentação com o clítico

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
se - continuação			
devia	Sedeuia	1	MB, 16.5
	Sediuia	1	MB, 23.6
deliberar	Sedilibera	1	MB, 4.4; MB, 7.6
	Sidili-/bora	1	MB, 19.6-7
eleger	ceLeger	1	MB, 12.7
fez	Sefee.	1	MB, 1.9
fizesse	sefizece	1	MB, 7.16
	Sefizece	2	MB, 19.15; MB, 23.9
	Sefizese	1	MB, 16.8
lavrasse	celoualce	1	MB, 15.11
	seLouor	1	MB, 11.8
não	Senaõ	1	MB, 14.10

6.3.2 Hipersegmentação

A hipersegmentação, segundo Oliveira (2006), é o excesso de espaços em branco, ao longo de palavra que atualmente não se divide. A hipersegmentação pode ser motivada ou pela presença de grafema semelhante ao clítico como esta primeira tabela, e a isso o autor chama hipersegmentação motivada pela escrita.

Ainda sobre a presença de clíticos, Oliveira (2006) ressalta que o uso de maiúscula pode marcar uma hipersegmentação da palavra, e quando separando, principalmente, clíticos e preposições, é motivada em função da escrita. Mesmo que a hipersegmentação aponte para uma junção fônica em uma só palavra, a maiúscula

Ou por motivos de escrita lenta e penosa, pela falta de habilidades de escrita dos autores, a esse tópico acrescentou-se a possibilidade do texto ser ditado espontaneamente, ou mesmo lido em voz alta com base em fórmulas textuais anteriores. Assim, o escrivão estaria transcrevendo a fala de um terceiro e não apenas produzindo escrita individual como acontece nos dias de hoje.

Concluiu-se que a rigor este fenômeno se dá por motivação de natureza gráfica, e no máximo a relação com um ditado oral na escrituralização do termo, mas tal fator não pode ser comprovado historicamente e trata-se de uma hipótese. Logo, este ainda permanece com motivação gráfica, porque mesmo que fosse a escrituralização de um ditado, o fenômeno em si não se apresenta com motivação na fala comum e espontânea.

Tabela 31: Hipersegmentação motivada pelo contato com a escrita

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
acima	a Cima	2	MB, 24.15; MB, 30.15
	a Çima	1	MB, 25.13
assinamos	nosa. cinomos	1	MB, 30.14
atual	a tual	1	MB, 23.8
cidade	Ci-/da. de.	1	MB, 7.4-5
compete	Com pete	1	MB, 14.10
compromisso	Com. primico	1	MB, 7.9
	co. primicio	1	MB, 30.9
contar	Com tol	1	MB, 30.12
	com tor	1	MB, 15.11
congregados	Com gre/gadu	1	MB, 30.4-5
consistório	com cis torio	1	MB, 14.16
	Com cis-/torio	1	MB, 12.9-10
	Com',cistorio	1	MB, 24.14
	Cón Sistorio	1	MB, 7.3
declarada	de [Colra]	1	MB, 11.17
fosse	fuo cer	1	MB, 19.11
oficiais	o fi cias	1	MB, 30.6
	o fficiais	1	MB, 19.6
oitocentos	di mil i ou to cento	1	MB, 14.3
	eoito/cen tu	1	MB, 30.3-4
	eouto cento	1	MB, 25.3
propor	di por por	2	MB, 30.6; MB, 30.7
propôs	por. pois	1	MB, 16.4
sepulcro	Si pruco	1	MB, 23.2
sobre	Cuo bri	1	MB, 30.7
	Suo bre	1	MB, 12.1

Tabela 32: Maiúscula para marcar segmentação

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
acima	aCima	1	MB, 12.10
acordo	aCordam-/om	1	MB, 19.14-5
aprovada	aPoruada	1	MB, 7.14
assinamos	aCinomo	1	MB, 25.12
	aCinonmo	1	MB, 24.14
	nos/aSinomos	1	MB, 19.15-6
assinaram	oSinoraõ	1	MB, 16.9
assineï	aCineis	1	OA, 10.26
	eaSine	1	MB, 1.11
	eaSines	1	MB, 7.18
	eaSignies	1	MB, 4.13
	eoCineis	1	OA, 8.32
	i ^a Cineis	1	OA, 6.30
	ia [Conie]	1	OA, 9.10
consistório	ComCistorio	1	MB, 25.12
	ComCistor/io	1	MB, 30.14-5
	ConSistorio	1	MB, 4.1
Domingo	doMindo	1	MB, 24.7
eleger	ceLeger	1	MB, 12.7
emais	eMais	2	MB, 14.6; MB, 19.6
escrivão	EsCriuom	1	MB, 4.13
	EsCrivom	3	MB, 23.11; MB, 25.14; OA, 17.12
	EsCrivo/m	1	OA, 21.17-8
	EsC/riom	1	OA, 27.20-1
	EuesCrivom	1	OA, 28.9
lavrasse	seLouor	1	MB, 11.8
nascimento	donaCimento	2	MB, 11.5; MB, 15.5
	doNacimento	1	MB, 14.4
outubro	deOutubro	1	MB, 4.6
Santo	oSanto	1	MB, 16.5
	oSonto	1	MB, 23.6
sepulcro	[SiPruco]	1	MB, 23.6
sobrescrevi	CubriisCrivis	1	OA, 17.13
	cubriisCriuis	1	OA, 18.23
	Cobr.is/Criuisiacine	1	OA, 10.25-6
	Cobr. isCriui	1	OA, 26.16
	Cubri isCriui	1	OA, 8.32
	Cubri isCriuir	1	OA, 13.13
	Sobre isCri urís	1	OA, 21.18
	Sobr. isCriui	1	OA, 22.8
	CobriisCri/ui	1	OA, 29.10-1

Tabela 33: Hipersegmentação motivada por escrita lenta e penosa

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
aprovada	apor ua do	1	MB, 16.7
atual	Atu al	1	OA, 21.18
de Barros	diBorr.os	1	OA, 10.25
circunstâncias	Ci Cruston cia	1	MB, 30.11
	Cri Com ton cipio	1	MB, 24.10
	Sir Con Ton cias	1	MB, 19.12
comprometer	Comperme/n tol	1	MB, 14.8-9
despacho	dis poxo	1	MB, 1.8
desta	des to	1	MB, 24.6
escrevi	is Criui	2	MB, 1.11; OA, 2.21
	is Crivi	1	OA, 6.30
escrivão	eis [Cxivom]	1	MB, 1.10
	Es Crivom-/atual	1	OA, 2.20-1
	Es Crivom	2	OA, 3.20; OA, 6.30
	Es Crivom	1	MB, 12.11
	is Crivom	1	OA, 18.22
estarmos	es tamos	1	MB, 7.15
fatura	a fo tura	1	MB, 30.7
fizesse	ci fi ze ci	1	MB, 30.13
houve	[hos vi]	1	MB, 30.6
mesa	di Me za	1	MB, 23.5
mesa	i m e za	1	MB, 30.15
nascimento	dona Cimen/to	1	MB, 12.3-4
obrigação	obriga com.	1	MB, 14.9
possível	pu Cil ui	1	MB, 30.11
pompa	pon pa	1	MB, 24.9
	pon pos	1	MB, 30.11
propormos	Por/por cemos	1	MB, 12.7-8
sobrescrevi	Cobr.is/Criuisiacine	1	OA, 10.25-6
	Cobr. isCriui	1	OA, 26.16
	CobriisCri/ui	1	OA, 29.10-1
	Cobri is Criui	1	OA, 9.10
	Cobri iscrivi	1	OA, 28.10
	Cubri isCriui	1	OA, 8.32
	Cubri isCriuir	1	OA, 13.13
	Cobri iscrivri.	1	OA, 27.21
	Sobre isCri urís	1	OA, 21.18
	Sobr. isCriui	1	OA, 22.8
	tempo	ten po	2
do ten to		1	MB, 24.11
todos	tuo dos	2	MB, 12.6; MB, 14.15
	tuo dos	1	MB, 16.9
trinta	i trin to	1	MB, 23.4
uma	hum a	1	MB, 25.8
vinte	vin ti hum	1	MB, 30.3

6.3.3 Concordância Nominal

A concordância nominal é um dos fenômenos mais considerados no estudo das influências de línguas africanas no PB. Por não terem marcação de número regular, como a do português, que em geral se dá pelo acréscimo de *s* e por possíveis adaptações de fonemas vizinhos, autores têm realizado pesquisas no sentido de aferir o comportamento variável da concordância nominal no português popular brasileiro, em especial o português afro-brasileiro.

Nestes dados encontramos alguns casos desse tipo, e por estarem serem do século XIX, decidiu-se por demonstrá-los afim de inspirar mais pesquisas sobre o assunto.

Concordância nominal

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
congregados	estando. Comgregado. o/Ir. Juis e Mais o fficiais da Meza Atual.	3	MB, 19.5;
	estando. Comgregado. em. meza. o Ir/Juis eos mais officiais di Me za.		MB, 23.4;
	estondo. Comgregado. onoco/Ir. Juis e Thezoreiro emais oficial. demeza.		MB, 24.2
	[Estando] Conge-/rgado o Irr Juiz. imais Mezario,	1	MB, 7.5-6
	estando. Comgregad. o Ir. Ju/is i Thezoreiro emais officiais di Meza	1	MB, 15.6
	estondo. Congregado o Ir Juis. e./Thezoreiro e Mais mezorios	1	MB, 14.5
	estando. Comgregodo. em-/Meza. o Ir. Juis emais Mezorios.	1	MB, 16.3
dias	estondo. Com gre/gadu. onoCo. I'. Juis i Thezoreiro emais/o fi cias de Meza	1	MB, 30.4-5
	A 28. dia. do Mes di Junhu. di 1829.	2	MB, 1.3;
	aos vinte. dia do Mes. de Feuereiro demil		MB, 15.4
homens	Aos quinzis. diado Mes di Janeiro di mil i ou to cento	1	MB, 23.3
	neste. Cón Sistorio da. igreja./da N Snra. do Ruzorio dos homem. Perto. desta. Ci-/da. de. de Sonto Antonio do Recife.	1	MB, 7.4
oficiais	estondo. Comgregado. onoco/Ir. Juis e Thezoreiro emais oficial. demeza.	1	MB, 24.3
oitocentos	Aos. 20. diado Mes. de Feuereiro. dimil i 8Cento /e trin ta hum.	1	MB, 16.2

Tabela 34 - Continuação: Concordância nominal

Norma Atual	Escrita Séc. XIX	Frequência	Localização
	osvinti. dias do Mes. di Feue/reiro doano. di mil i ou to cento itrinta/i hum	1	MB, 14.3
	Aos. vin ti hum. di Julho. di mil oito/cen tu itrinta hum.	1	MB, 30.3-4
	A ^o , primeiro de Julho. dimil. eouto cento/e trinta. iduois	1	MB, 25.3
	aos vinte. dia do Mes. de Feuereiro demil/i 8 cento. etrinta i hum.	1	MB, 15.5
pompa	Com amenos/ pon pos. pu Cil ui.	1	MB, 30.11
pretos	este. Cón Sistorio da. igreja./da N Snra. do Ruzorio dos homem. Perto. desta. Ci-/da. de. de Sonto Antonio do Recife.	1	MB, 7.4
	neste. ConSistorio. da-/Igreja deN. Snr ^a . do Ruzorio. dos homens. Preto. des-/ta. cidade. de S. Antonio do R ^e .	1	MB, 4.2
todos	es/te termo oonde. tuodo Seacenorom	1	MB, 15.12
tristes	atendendo ostriste Circontoncias	1	MB, 4.9
	atendendo os triste. CriCon/toncias	1	MB, 7.12
hipercorreção			
quinze	Aos quinzis. diado Mes di Janeiro di mil i ou to cento	1	MB, 23.3

Assim, encerrou-se a descrição linguística preliminar dos fenômenos observados na escrita de Manoel de Barros. Embora não se tenha realizado análises linguísticas, os dados podem servir de subsídio para comparações futuras de várias naturezas, e cumpre com o seu objetivo de integrar um corporar maior do estudo histórico do português popular de Recife.

7 Conclusão

Vai correndo fazendo o vento, deixa a poeira voar.

Agora que eu vou brincar

Vou seguir o meu caminho (...)

Coco do Amaro Branco, comunidade do Amaro Branco de Olinda.

A língua é um objeto essencialmente histórico quando observada em diacronia e funciona muitas vezes como prova histórica, vez que revela aspectos históricos sociais e culturais¹³². Neste trabalho, compreendeu-se tanto a história social da linguagem afro-brasileira, com foco para o contato entre oralidade e escrita e a imersão de indivíduos afro-brasileiro e africanos nessa tradição, como algumas características do português popular falado no Recife. Tendo por base o estudo da micro-história e do cidadão comum, concluiu-se o objetivo de expandir o acesso ao conhecimento da história afro-brasileira e do português falado via escrita da mão inábil de Manoel de Barros, enquanto representante de uso da variedade do português popular do Recife. Com certeza vários tópicos dessa pesquisa merecem mais atenção e mais tempo para serem expandidos e retrabalhados por aqueles que quiserem contribuir para essa mesma história.

Ainda que as análises deste trabalho tenham sido preliminares, conseguiu-se aferir a presença de várias características que ora assemelham, ora divergem, de outras já relatadas ampliando o panorama da localização de certos fenômenos linguísticos para o Recife. O que se espera é que o conhecimento de tal documentação faça ampliar o interesse e a produção de conhecimento sobre a comunidade afro-brasileira do Recife, nas suas nuances históricas e na sua tradição que ainda vive e se perpetua pela contemporaneidade. Assim, como este trabalho se inspirou principalmente nos trabalhos de Oliveira (2005) e Lobo e Oliveira (2009) para o estado da Bahia, espera-se que haja uma valorização das vertentes históricas de estudo da linguística, cujos dados mais antigos certamente remontam a essa mesma região, vez que como visto o Brasil-África começou no Nordeste.

É possível e provável que haja muito mais documentação deste tipo, que embora não apresente tanta novidade histórica, a não ser pelo estudo do funcionamento destas entidades, mostraram-se extremamente relevantes para o estudo diacrônico de variedades não-padrão do português popular, mesmo sendo textos burocráticos. Defendeu-se a hipótese, apontada tanto por fatores sociohistóricos como por fatores linguísticos, da relação destes textos com a fala, fosse pelas condições de produção, fosse pelo letramento e alfabetização informal do autor.

A história não é mais contada pelos "vencedores", ou melhor seria dizer os detentores de poder, mas pelas pessoas da comunidade e sobre a vida cotidiana, que no seu desenrolar, entre

¹³²Se uma comunidade de falantes entra em contato com outra comunidade ou língua, esta deixa marcas linguísticas que permitem provar e compreender este contato, mesmo a ausência de marcas decisivas já demonstram pistas de como funcionou a sociedade para que tal fato ocorresse.

tanta contravenções e complicações ainda pode realizar pequenos milagres a todo momento. De certa maneira, a autora deste trabalho e Manoel de Barros se tornaram mais próximos do que jamais poderiam esperar, e, das letras que escorreram das mãos do escrivão da INSRHP entre 1829 e 1832, escorreram as letras dessa autora entre os anos de 2012 e 2014. Duzentos anos de história que ligam e ligaram as pessoas comuns, como estes autores, com o objetivo de resistir e dar conhecimento daquilo pelo qual batalharam e acreditaram em suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2003. 308p. (Descobrimentos, 4).
- ACQUAVIVA, M. C. *Dicionário jurídico brasileiro*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1995.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 1.ed. São Paulo: O Livro, 1920.
- AMARAL, L. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.
- ARANTES, A. S. Vigilância e punição: educação de meninos negros, brancos e índios na colônia orfanológica isabel (Pernambuco, 1874-1889). In: SANTIAGO, E.; SILVA, D.; SILVA, C. (Orgs.) *Educação, escolarização & identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE | UFPE*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 41-71.
- ARAÚJO, E. *As irmandades do Rosário dos homens pretos em Pernambuco*. Recife: FASA, 2005. 87p.
- ASSIS, V. M. A. de. O estado colonial na sociedade açucareira pernambucana. *Clio*, Série Revista de Pesquisa Histórica. n. 26, v. 2, p. 79-94. 2008.
- Pretos e branco- a serviço de uma ideologia de dominação*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.
- BARBOSA, A. G. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*. 1999. Tese de doutorado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.
- BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 266p.
- BARBOSA, M. do S. F.; ACIOLI, V. C.; ASSIS, V. M. A. de. *Fontes Repatriadas: anotações de história colonial*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.
- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Angela Paiva Dionísio; Judith Chambliss Hoffnagel (orgs.). Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BELLINI, L. Cultura escrita, oralidade e gênero em conventos portugueses (século XVII e XVIII). *Tempo*, n. 29, 2009. p. 211-233.
- BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BORGES, L. C. O nheengatu: uma língua amazônica. *Papia*, v.4(2), p. 44-55, 1996.
- BRASIL. Lei n.º 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a lei que estabelece as diretrizes e bases para educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 20 Ago 2014.
- BUESCU, A. I. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem. *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*, Lisboa, n. 21, p. 11-32, 1999.

BURKE, P. *Arte da conversação*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

A comunicação na história. In: RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. (orgs). *Comunicação e História – Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

BURKE, J. *Osborn's concise law dictionary*. 6. ed. London: Sweet & Maxwell, 1976. 396p.

CALVET, L-J. *Tradição oral & tradição escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. 151p.

CARVALHO, D. G.; NASCIMENTO, M. *Gramática Histórica*. São Paulo: Ática, 2004.

CARVALHO, M. J. M. de. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Tempo*: Rio de Janeiro, v. 3, p. 49-72, 1998.

Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CASTRO, Y. P. de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário Afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks e Academia Brasileira de Letras, 2005. 366p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSERIU, E. *Texlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Narr, 1980.

Gramática, semântica, universales: estudos de Linguística Funcional. Madri: Editorial Gredos, 1987.

COSTA, V. G. *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)*. Tese (Doutorado em História Social), Salvador: UFBA, 2013.

COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1976.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DAVIS, L. Z., *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*, tradução de Mariza Corrêa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE MELLO, M. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Vol. 71. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DINIZ, M. H. *Dicionário Jurídico*. Volumes 1 e 4. 3ª ed. rev., atual e aum. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIA, E. *Fonética histórica do latim*. 2. ed. (2. reimpressão), Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970.

FREITAS, M. M. de. *Reino negro de Palmares*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. 434p.

GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: KATO, M. A. & ROBERTS, I. (orgs.) *Português Brasileiro - Uma viagem diacrônica*. cap. XII. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (orgs.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. 278p.

GUILLIEN, R.; VINCENT, J. *Lexique de termes juridiques*. 4. ed. Paris: Dalloz, 1978. 406p.

- GUIMARÃES, A. S. A. As elites de cor e os estudos de relações raciais. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(2): 67-82, outubro de 1996.
- GOMES, V. S.; IAPECHINO, M. N. K. A inclusão cultural letrada no século XIX: o papel da imprensa. *Solettras*, ano VIII, n. 15. São Gonçalo: UERJ, jan./jun. 2008.
- GÖRLACH, M. *Studies in the history of the English language*. Heidelberg: Winter, 1990 (Anglistische Forschungen; H. 210). *problemas da linguística hist.
- GÖRLACH, M. *New studies in the history of the English language*. Heidelberg: Winter, 1995 (Anglistische Forschungen; Bd. 232). *tipos textuais
- GUERRA, F. *História de Pernambuco*. Vol. 82. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1992.
- HEYWOOD, L. M. (org.) *Diáspora negra no Brasil*. Tradução de Ingrid de Castro, Vompean Fregones, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2010. 223p.
- HOORNAERT, E. *Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HORA, D. da; TELLES, S.; MONARETTO, V. N. O. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 178-196, setembro, 2007.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992, 2008.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Coordenação e assistência de José Carlos Azevedo. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2009. 135p.
- JUCKER, A. H. *History of English and English historical linguistics*. Stuttgart: Ernst Klett, 2000. (UNI WISSEN Anglistik/Amerikanistik). p. 101-102 citação
- JURUÁ, P. *O ritual do Rosário das santas almas beneditas: a presença da Irmandade dos Semirombas e dos Sakáangás na Umbanda*. São Caetano do Sul, 2011. 478p.
- KABATEK, J. Tradições discursivas e a mudança linguística. In: Tânia Lobo (ed.). *Para a História do Português Brasileiro VI*. Salvador: EDUFBA (no prelo). Texto apresentado no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.kabatek.de/discurso/itaparica.pdf>. Acesso em: 05/08/2014.
- KATO, M. A. Como, o que e por que escavar? In: KATO, M. A. & ROBERTS, I. (orgs.) *Português Brasileiro - Uma viagem diacrônica*. cap. XII. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B. ; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (eds.), Frank/Thomas Haye/Doris Tophinke (eds.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p. 43–79.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Sprache der Nähe - Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte, *Romanistisches Jahrbuch* 36, 1985, p. 15-43.
- Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer, 1990. (Romanistische Arbeitshefte, 31).
- Oralidade y escrituralidad a luz de la Teoría del Lenguaje.

- In: *Lengua hablada en La Romania: español, francés, italiano*. Madri: Editorial Gredas, 2007. p. 20-42.
- KLEIN, H. S. The colored freedmen in brazilian slave society. *Journal of social history*, v. 3, n. 1, 1969.
- LEÃO et al. Relações sócio-culturais barrocas nas irmandades de cor nas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. *Dossiê cultura e sociedade na América portuguesa colonial*, v. 5, n. 12, out./nov. 2004.
- LEVI, J. A. *Compromisso e solução: escravidão e as irmandades afro-brasileiras. Origem e Formação das confrarias religiosas no Brasil Colonial (1552-1822)* Berlim: Lit Verlag, 2006, 136 p., (Série: Brazilian Studies).
- LIMA, J. A. de. *Análise do sistema ortográfico do português brasileiro em cartas do séc. XIX*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 167p.
- LINDOSO, D. A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do tombo real. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2005.
- LOBO, T e OLIVEIRA, K. (orgs.). *África à vista*. Salvador: EDUFBA, 2009. 367p.
- LOPEZ, B. S. *The sound pattern of Brazilian Portuguese (Cariocan dialect)*. Tese de Doutorado – University of California, Los Angeles. Ann Harbor: University Microfilms International, 1979.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Ed. da UFBA, 2009.
- LUZ, I. M. Negros com-passos letrados: a ação educativa da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de; SOUZA, Maria José Francisco de; RESENDE, Patrícia Cappuccio. (Org.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 9-437.
- MAC CORD, M. *O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. 294p.
- Identidades étnicas, irmandade do Rosário e Rei do Congo: sociabilidades cotidianas recifenses – século XIX. *Campos*, n. 4, p. 51-66, 2003.
- Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, agosto-dezembro de 2010, vol. 2, n. 4, p. 109-125.
- Trabalho, política e distinção social em três organizações com gente preta e parda: Recife, década de 1840. *Revista Crítica Histórica*. Ano III, n.6, dez. 2012.
- MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. (orgs.). *O Recife quatro séculos de sua paisagem*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1992.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p. (Educação linguística; 2)

- MARQUILHAS, M. R. B. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.
- MARROQUIM, M. *A língua do nordeste: (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Editora Nacional, 1934. (Série V ; 25).
- MATTOS, R. A. de. *História e cultura afro-brasileira*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 175p. (Língua[gem] ; 7).
- O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MELLO, J. M. F. *Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco*. 2ed. Recife: Editora Universitária, 1979, (1ed. 1852).
- MELLO, J. A. G. de. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 abr., 1956.
- MENGHI, Angelo. *Dizionario di terminologia giuridica: diritto e procedura civile*. 2. ed. Firenze: G. Barbèra, 1950. 234p.
- MILLER, J. C. Capítulo 1. In: HEYWOOD, L. M. (org.) *Diáspora negra no Brasil*. Tradução de Ingrid de Castro, Vompean Fregones, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2010. 223p.
- MOYSÉS, S. A. Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, n. 48, 1999.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953. 226p.
- NINA RODRIGUES, R. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008. 254p.
- NOLL, V. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Tradução de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Editora Globo, 2008. 399p.
- OESTERREICHER, W. *El español en textos escritos por semicultos. Competencia escrita de impronta oral en la historiografía indiana*. In: LÜDTKE, J. (comp.). *El español de América en el siglo XVI: Actas del Simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlin, 23 y 24 de abril de 1992*. Frankfurt am Main: Vervuet, Madrid: Iberoamericana, 1994. p. 155-190.
- Automización del texto y recontextualización: dos problemas fundamentales en las ciencias del texto. In: RODRÍGUEZ, E. H. (ed.), *Homenaje Luis Jaime Cisneros*. Vol. 1. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, 2002. p. 343-387.
- Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: FRANK, B. ; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (eds.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tuübingen: Narr, 1997. p. 19-41.
- OLIVEIRA, Klebson (2006). *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. v. 1, 1144p.
- ONG, W. J. *Orality and literacy*. New York: Routledge, 1982, 2002.
- ORIOLI, J. P. *Identidade e mobilidade na comunidade de comerciantes de escravos em Angola no final do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília,

Brasília, 2013. 131p.

PANTOJA, S. *Uma antiga civilização africana: história da África Central Ocidental*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 92p.

PARKVALL, M. *Da África para o Atlântico*. Tradução de Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PERRAUD-CHARMANTIER, A. *Petit dictionnaire de droit*. 10 ed. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1957. 238p.

PESSOA, M. B *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2003.

Os modos de falar do escravo nos anúncios de jornal. *Confluência: Revista do instituto de língua portuguesa*. n. 20, 2 sem. 2000. Rio de Janeiro. p. 85-93.

Do oral e do escrito desde os gregos até a geografia linguística. Recife: Ed. universitária da UFPE, 2010. 92p.

PINA, Rafael de. *Diccionario de derecho*. 3. ed. Mexico: Porrúa, 1973. 362p.

PINTO, A. F. M. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, E. P. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

PINTO, E.P. *O português popular escrito*. São Paulo: Contexto, 1990.

QUINTÃO, A. A. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. 156p.

Lá vem meu parente. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro - A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO JÚNIOR, J. *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 1976.

RODRIGUES, A. D. As línguas gerais sul-americanas. *Papia*, v.4(2), p. 6-18, 1996.

ROSAS, C. *Coco de roda: treze ensaios ilunistas*. Recife: Secretaria de Cultura e FUNDARPE, 1996. 129p.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6. ed., São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.

SAMPAIO, J. da C. "E persuadidoz de que não pode haver sociedade sem que hajão leys que a regulem": documentos administrativos das irmandades de pretos da vila do Recife e suas implicações na sociedade açucareira no século XVIII. *ANPUH*, XXIV Simpósio nacional de história, São Leopoldo, 2007.

SCLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística*. Tradução de Fernando Tarallo [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 358p.

SCHWARTZ, J., As linguagens imaginárias: nwestra ortografia banguwardista, *Revista USP*, n. 12. São Paulo, 1991/1992,

SILVA, A. M. P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000.

Os meninos das aulas públicas de primeiras letras: Pernambuco, primeira metade do século XIX. In: GALVÃO, A. M. de O.; MELO, J. F. de; SOUZA, M. J. F. de; RESENDE, P. C. (Org.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a, v. 1, p. 9-437.

Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007b. 401p.

SILVA, J. F. C. da. *O português afro-indígena de Jurussaca/PA: revisitando a descrição do sistema pronominal pessoal da comunidade a partir da textualidade*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, L. D. Início do povoamento. In: GUERRA, F. *História de Pernambuco*. Vol. 82. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1992.

Duarte Coelho: despontar da colonização. In: GUERRA, F. *História de Pernambuco*. Vol. 82. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1992.

SILVA, L. G. Religião e identidade étnica: Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, v. 44, n. 3, p. 77-96, 2003.

SILVA, P. de. *Vocabulário jurídico*. Atualizado por Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SIMÃO, M. dos S. As irmandades de nossa senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História da África). *Universidade de Lisboa*, 2010.

SLENES, R. W. "Malungu, Ngoma vem": A África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 12, p. 48-67, dez/fev. 1991-1992.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998

SÖLL, L.; HAUSMANN, F. J. *Gesprochenes und geschriebenes Französisch* Berlin: Schmidt, 1985.

SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. de M. Reis do congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista de História*, n. 152, v.1, 2005, p. 79-98.

TINHORÃO, J. R. *Festa de negro em devoção de branco: do carnaval na procissão ao teatro cário*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 154p.

TORRIERI, D. G. *Dicionário Técnico Jurídico*. São Paulo: Editora Rideel, 1999.

VANSINA, J. *How societies are born: governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.

Oral tradition: a study in historical methodology. Traduzido por: H. M. Wright. Chicago: Aldine Publishing Company, 1965.

WA THIONG'O, N. *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*.

Harare: East African Publishers, 1994.

ZIOBER, F. M.; COSTA, P. M.; TELLES, S. Vozes da África em Pesqueira (PE): memória e registro. *Semana internacional de linguística da UNIR*. nov., 2013.

Fontes Manuscritas e Impressas

ANÚNCIOS do jornal Diário de Pernambuco. Transcrição de documentos do Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1831-1846

COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife. 1782; Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-PE), LAPEH, Códice 1303.

MANUSCRITOS da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife. Recife: IPHAN, livro de atas, 1829-1832.

MANUSCRITOS da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife. *Arquivos*. Prefeitura Municipal do Recife. Diretoria de Documentação e Cultura. n. 1 e 2, 1945-51.

ANEXO 1

Figura 6: Imagens da Igreja Nossa Senhora do Rosário



ANEXO 2

Figura 7: Imagens dos Termos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário

Handwritten text on the left page of the document, likely containing the beginning of the terms or a list of names. The text is written in a cursive script and includes several lines of text, possibly names and titles of officials or members of the confraternity.

Handwritten text on the right page of the document, continuing the list or terms. It features several lines of text, including names and titles, and appears to be a continuation of the list or terms from the left page.

Handwritten text on the left page of the document, showing a list of names and titles. The text is written in a cursive script and includes several lines of text, possibly names and titles of officials or members of the confraternity.

Handwritten text on the right page of the document, showing a list of names and titles. The text is written in a cursive script and includes several lines of text, possibly names and titles of officials or members of the confraternity.

ANEXO 3 - Termos

Termo 1 (1829)

1. 3
2. Termo di poçia <[ilegível]>
3. A 28. dia. doMes di Junhu. di 1829.
4. Tondo. Comergados neste Contistorio
5. da Igría de N. S. do Ruzorio dos omens
6. pretos de [comfirco] apocia aos Irmãõ
7. nouamete. eleito Em virtude. do Res –
8. pestoluel. dis poxo. [D I N.º] S^r D.^{or}, Juis
9. de capela p^a Calreza. Sefee. este term´ -
10. o Jues Monoel. diBorros. eis [Cxivom]
11. atual is Criui. eaSine.

Termo 4 (1829)

1. Aos dezoto. doMes. diAgosto. di1829. neste. ConSistorio. da-
2. Igreja deN. Snr^a. do Ruzorio. dos homens. Preto. des-
3. ta. cidade. de S. Antonio do R^e. Estondo. Comgregados
4. o I^r. Juis. imais. MeZarios. p^a. Sedilibera. arespeito do-
5. Festiuidade. de. N. Snr.^a do Ruzario. naSegunda. Do-
6. minga. domes. deOutubro. Segundo. O. Comprimico. e Cos
7. tume Antiquissimo desta Venerada. I^r mandade Propos
8. oNosso I^r. Juis que. adita. Festiuidade. fosse. feita. Com. om-
9. enos. ponpa poçiuél: atendendo ostriste Circontoncias
10. aque. Seacha.. Reduzida. onossa Irm^{da} logo. fuo. por. toda
11. aMeza. aporuada. adita. Porposta epor. estamos. diComum
12. acordo mondor. o I^r. Juis que. se fizesse. este : termo. Eu
13. Monoel. diBarros EsCriuom. [actual] ofis. eaSignies.

Termo 7 (1830)

1. <?>
2. <[Ferustino]>
3. Aos. 25. de Julho. di 183o. neste. Cón Sistorio da. igreja.
4. da N Snra. do Ruzorio dos homem. Perto. desta. Ci-
5. da. de. de Sonto Antonio do Recife. [Estando] Conge-
6. rgado o Irr Juiz. imais Mezario, para. Sedilibira
7. orespeito. do Festiuidade. deN. Snr.^a do Ruzorio
8. no Çegundo Domingo. do Mes de Otubro. Segun
9. [do]. o Com.primico. e Custume Antiquicimo. des
10. ta. Venerada. Irmandade., Porpois onoSo Ir. Juis
11. que. adita. Festiuidade, fusce. feita Com. omenos
12. ponpa, poCiluel. atendendo os triste. CriCon
13. toncias que. Se acha, reeduzida. onoSa Irm^{da}
14. e Logo. fuo, por [tuodaa]Meza. aPoruada. adita
15. [Porposta] e por. es tamos de Comum. a Cordo, m-
16. ondor. mondor. o Ir, Juis que. sefizece. este. Ter
17. mo. EuMonoel. di Borros. Escrivom. atual. o-
18. fui eaSines.

Termo 11 (1830)

- 1.
- 2.
3. Termo. didezencia Cobre. o Ir. P^{or}. Joaõ Pedro
4. Gomes aosvinti. hum. dezembro. dimileoi
5. ito centus. i trinta. e hum. donaCimento. de
6. do N. S^r. Jezis Cristo. Estando. o Ir. Juis i Thezo
7. reiro imais vogais de meza. mondor. o Ir Jues
8. que ceLouor. este Termo. Contra odito P.^{or} Jo
9. aõ Pedro. Gomis por. naõ. quere. Ciruir nodito
10. Corga eterreperzento. peronte esa. meza. ater
11. ronpidior i ce cio deter Pratido humo. eouta.
12. auis cem. atem com. [idizufidente]. aLuis do Comp
13. rimico [Soncondo]. aous. pelo mesmo Sns^a
14. do Ruzorio q^e. naõ [aCeitata] ulugor Como
15. Contas. dituadameza q^e. Ce axaprezente
16. Concistorio Emeza. Com adata qⁱaCima.
17. de [Colra]. _____ Eu Manoel di Barros ufiu
18. iConeime. Como __ Escrivam ____

<11.>

<[Ferustino]>

Termo 12 (1830)

1. Termo deemtra Suo bre. aintrada
2. do F. P.^{or} Antonio, Miguel. — aos vinte hu
3. m. doMes dezenbro di183o dona Cimen
4. to de N. S^r. Jezus Cristo. Estando o Ir
5. Juis e Thezoureiro imais. Voagis [hup-]
6. or fim ivontade. di tuo dos. que Ciaxa
7. rom. de ceLeger. odito F^r no Cargo. de Por
8. por cemos tor diLigente noato. desa
9. [vaCom]. desto Sonto Coza. Com cis-
10. torio EmeZa. Comadata aCima Eu Mon
11. oel di Barros. Es Crivom.

Termo 14 (1831)

1. Termo. dideZentencia Contra o I^r. P^{or}
2. Antonio Miguel. osvinti. dias do Mes. di Feue
3. reiro doano. di mil i ou to cento itrinta
4. i hum doNascimento de Noco. S^r. Jezus
5. Christo. estondo. Congregado o Ir Juis. e.
6. Thezoreiro eMais mezorios mondor Ir
7. Juis que. ce Louorce. este tremo. cobre. u di
8. to. P^{or}. curador. por não quere. Comperme
9. n tol com asua. obriga com. e querendo. en
10. tra naquela. q^e. Senaõ. Com pete. dere
11. prender. os Irmaõ. diMeza. noperzen
12. *[ilegível]* do Ir. Juis cem atem com Alguma.
13. epara [imvitol omoMordono]. do q^e. pa.
14. acontecer. houi. por bem acim ce foZer
15. ce. aonde. tuo dos. Se acinorom
16. com cis torio emeZa. Comadata acim
17. a Eu Monoel. di Borros. EsCrivom

Termo 15 (1831)

1. <16>
2. <[ilegível]>
3. Termo de emtra. Cobre. o Ir. P^{or}. M^{el}. da PaiChao
4. [anos] aos vinte. dia do Mes. de Feuereiro demil
5. i 8 cento. etrinta i hum. donaCimento de.
6. N. S^r. Jezus. estando. Comgregad. o Ir. Ju
7. is i Thezoreiro emais oficiais diMeza
8. houe por fim deceporpor. o dito. Ir M^{el}.
9. do Paxom [ilegível] oLugar dipricurador
10. epor. cer. vondade. dituodomeZa. eparo
11. com tor. mondor. o Ir. Juis que celoualce. es
12. te termo oonde. tuodo Seacenorom
13. Comcistorio emmeZa. Com adata acima
14. Eu Manoel. di Barros EsCrivom

Termo 16 (1831)

1. Termo. para. afatura do Sipruco.
2. Aos. 20. diadoMes. deFeuereiro. dimil i 8Cento
3. e trin ta hum. estando. Comgregodo. em-
4. Meza. o Ir. Juis emais Mezorios. por. pois o -
5. Ir. Juis q̄ Sedeuia fazer. oSanto Sipru
6. co. nodia dequin ta. feira Sonta elogo. fu
7. o. pela Meza. atual apor ua do epara. Cla
8. reza. mandou o Ir. Juis que. Sefizese este
9. termo em q^e. tuo dos. oSinoraõ. EuMonoel.
10. diBorros Escrivom –

Termo 19 (1831)

1. <18>
2. Termo. difesta, <[ilegível]>
3. Aos. 17. di Julho. di mil i ou to cento. itrinta. i hum. nes-
4. te. Comcistorio. daIgreja de N. S. do Ruzario, desta
5. Sidade. de S. Antonio. do R^e. estando. Comgregado. o
6. Ir. Juis eMais o fficiais daMeza Atual. para. Sidili-
7. bora. arespeito. do festa. de N. S. do Ruzario, na cigu
8. nda. Dominga. do Mes de OTubro; Sigundo u Compr-
9. imicio, e Cus tume. Antiquicimo. destaVenerada. Ir
10. mandade. Porpois onoCo. Ir. Juis que. adita Festiuida
11. de. fuo cer feita Com. osnenos. pompas. pociluil. aten
12. dendo. os tristis. Sir Con Ton cias, que. ciaxa. Rududiz
13. ida onoca. Irm^{da}. elogo. fuo. por. tuoda. aMeza. aporuada
14. aDita. porpoto. e por. estamos. diCumum. aCordam-
15. om. o Ir Juis Sefizece. este. Termo. Aonde. Tuodos. nos
16. aSinomos Eu. Monoel. diBorros EsCrivom. Atual

Termo 23 (1832)

1. <2>
2. Termo. pora. afotura. do Sipru co._____ <[ilegível]>
3. Aos quinzis. diado Mes di Janeiro di mil i ou to cento
4. i trin to iduois estando. Comgregado. em. meza. o Ir
5. Juis eos mais officiais di Me za. houue por bem
6. di por. adº. Juis que Sediuiã oSonto. [SiPruco]
7. nodio Qinto. feira. Sonta e oSim. fuo. oporua
8. do. pela. Meza. a tual. epora. tuodo. tempo Com.
9. tol. mondor. o Ir. Juis qº Sefizece. este Termo.
10. em qº. nos tuodos. nos oSimomos Comcistorio Meza,
11. EuMonoel. di Borros. EsCrivom.

Termo 24 (1832)

1. Termo. difesta.
2. Ao. 1º. di Julho. 1832. estondo. Comgregado. onoco
3. Ir. Juis e Thezoreiro emais oficiol. demeza.
4. hou. por. bem. onoco. Ir. Juis deporpor. Co –
5. bre a fatura do fe_usto de N. S. do Ruza
6. des to Cidade. de S. Antonio, do R^e. noCi
7. gunda doMindo. de 8brº. Como. manda. ono
8. co. Antiquicimo. Comprimico.
9. de ce fazer. Comomena. pon pa. poCil
10. a dita. fe_usto. poLo. Cri Com ton cipio.
11. do ten to. Logo. fuo. aporuada. portuo
12. da Meza. p^a. Comtor. a tuodo. mondor.
13. o Dº. Juis pa cor e_usti, Termo. aondi; n-
14. os. aCinonmo. Com', ci_ustorio Com a-
15. data a Cima. Eu M^{el}. diBorros E_uCrivom

Termo 25 (1832)

1. <21>
2. Termo. di dauita. <[Volentino]>
3. Aº, primeiro de Julho. dimil. eouto cento
4. e trinta. iduois doano. do NaCimentude.
5. Noco. Cinhor. Jezus. Christo huo por bem
6. onoco. F. Ex, Juis Pedro do Roxa Como. fe.
7. m. fe e tor. e omonti do Somticimo. Ru
8. zorio fes. dauita. de hum a. Gordi difero. pª.
9. o orco. do Copela. Mahro. Com a inCiguina. do
10. Mesmo. Ruzorio do Snrª, pora tuodo. tempo
11. Comtol. mondor. que. ești, Termo Ci fizece.
12. aondi nos, nos. aCinomo. ComCistorio Emeza
13. Com a data, a Çima Eu Monoel. di Borros
14. EsÇrivom. Atual,

Termo 30 (1831)

1. <25>
2. Termo. difesta, <[ilegível]>
3. Aos. vin ti hum. di Julho. di mil eito
4. cen tu itrinta hum. estondo. Com gre
5. gadu. onoCo. F. Juis i Thezoreiro emais
6. o fi cias de Meza. [hoş vi] por. bem. di por por. ono
7. Co. Co. F. Juis di por por. Cuo bri a fo tura da
8. do festa domeş ma Snr^a. Como. mando on
9. co. primicio na cigunda. dominga. de ou
- 10 .tubro. di ci fazer. adita festa. Com amenos
11. pon poş. pu Cil ui. pela. Ci Cruston cia do
12. do ten po. epara. tuodo. ten po Com tol ma
13. mdor. ono F. Juis q^e ci fi ze ci este om
14. di tuodos noşa. cinomos. ComCistor
15. io i m e za. Com adata a Cima. Eu.
16. Manoel di Borros eşcrivom

ANEXO 4: Termo de Eleição de Manoel de Barros para Juiz (Escrito por Outros Autores)

Termo 31 (1832)

1. Termo da Eleição Nova da Meza
2. Aosvinti nove domes de Setembro ertando : os Congregados
3. em Meza, o Ir. Juis Escr^{am}. eos mais Mesarios declarou o Ir.
4. Juis ser hoje odia marcado pelo nosso comprimicio p^a. Eleicaõ
5. do novo Juis emais oficiais q'. [Ira] servir novam^e. dos propoi
6. tres Irmãos [serdigno] desta Irmand^a. p.^o o Cargo de Juis. pro
7. cedendo avo'otação [procedio] a Meza deSua vontade q^e. seficese
8. em primr^o. lugar o Ir. Escr^{am}. Manoel deBarros com corenta
9. votos. Escr^{am}. com o Ir ex Prod.^{or} Manuel daPaixão com
10. vinte seis votes Thez^o. com trinta quatro Proc.^{or} com vinte
11. sete Zelador com Reeleito Sacristao Reeleito p[sic]te
12. tempo constar mandou onosso Ir. Juis passar este termo
13. emque todos aSignaro'
14. Concistório em Mesa em 29 desetem
15. bro de1833 (Eu. M^{ol}. diBorros. [Pecua.] cuobri
16. iscriui)